



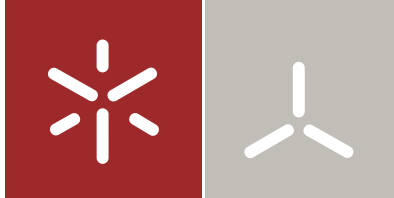
Ana Sofia Matos Ramos

Reconhecimento das Casas Florestais do  
Parque Nacional Peneda-Gerês: Contributos  
para a preservação do património construído  
e paisagístico

[Volume I]







Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura, Arte e Design

Ana Sofia Matos Ramos

Reconhecimento das Casas Florestais do  
Parque Nacional Peneda-Gerês: Contributos  
para a preservação do património construído  
e paisagístico

[Volume I]

Dissertação de Mestrado  
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao  
Grau de Mestre em Arquitectura  
Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação do  
Professor Doutor João Cabeleira Marques Coelho



Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-Não comercial-SemDerivações**  
**CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.





Agradeço,

Ao Isidro que me acompanhou ao longo desta jornada, pelos momentos partilhados no PNPG e por todo o apoio. Provavelmente não estaria a escrever estas linhas se os nossos caminhos não se tivessem cruzado.

À minha família e amigos pela força e amizade.

Ao professor João Cabeleira pela disponibilidade e orientação.

E a todos os guardas-florestais, em especial ao Sr. Fernando e ao Sr. Paulo pela ajuda e partilha, um sincero obrigado.



## Resumo

Os objetos de estudo da dissertação são as antigas Casas de Guarda Florestal existentes na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Estas construções são o símbolo da presença dos serviços Florestais do Estado, em pleno regime de ditadura (Estado Novo) que serviram de abrigo a guardas-florestais responsáveis por determinadas áreas no perímetro florestal das quatro serras que compõem o Parque, a serra da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês.

Incidindo o trabalho sobre obras arquitetónicas do século XX, visa-se aqui reconhecer a importância arquitetónica deste património no contexto cultural da sua formalização, enquadrando-o no panorama da produção rural do Estado Novo em Portugal.

A partir da pesquisa de informação documental e com a realização do levantamento esquemático e fotográfico será possível formar uma narrativa sobre os objetos de estudo. Assim sendo, com o intuito de preservar a memória destas casas abrigo na contemporaneidade, pretende-se interpretar o material construído e identificar o papel das casas florestais no período em que se inseriu. Através dessa análise aprofundada, pretende-se refletir acerca do seu valor, e no estudo das possibilidades de preservação.

Por fim, considerando a história e valor arquitetónico destas casas, pretende-se que o documento reclame o lugar destes objetos entre os bens patrimoniais de uma época.

Palavras-chaves: Paisagem, património, casas de guarda-florestal, memória, intervenção.



## **Abstract**

The objects of study of the dissertation are the old Forest Guard Houses in the area of the Peneda-Gerês National Park. These buildings are the symbol of the presence of the State Forest Services, in full dictatorship (Estado Novo) that served as shelter to forest guards responsible for certain areas in the forest perimeter of the four mountains that make up the Park, the mountains of Peneda, Soajo, Amarela and Gerês.

Focusing the research on architectural works of the twentieth century, it aims to recognize the architectural importance of this heritage in the cultural context of its formalization, fitting it in the panorama of rural production of the Estado Novo in Portugal.

From the research of documentary information and with the realization of the schematic and photographic survey it will be possible to form a narrative about the objects of study. Thus, in order to preserve the memory of these houses shelter in the contemporaneity, it is intended to interpret the built object and identify the role of forest houses in the period in which it was inserted. Through this in-depth analysis, it is intended to reflect on its value, and in the study of preservation possibilities.

Finally, considering the history and architectural value of these houses, it is intended that the document claims the place of these objects among the patrimonial assets of an era.

Keywords: Landscape, heritage, forest ranger houses, memory, intervention.



## **ÍNDICE**

Agradecimentos;	p.vii
Resumo;	p.ix
Abstract;	p.xi
Índice de Figuras;	p.xvii

## **INTRODUÇÃO**

Objeto, objetivos e pertinência;	p.29
Metodologia e estrutura;	p.33
Recursos e Material;	p.37

## **CAPÍTULO I | Enquadramento**

Breve Evolução da Floresta em Portugal;	p.40
O Parque Nacional da Peneda-Gerês:	p.58
Antecedentes;	p.60
Constituição do PNPG;	p.63
Entendimento atual;	p.72

## **CAPÍTULO II | A casa do Guarda-Florestal**

Modelos Arquitetónicos: Construção de um Arquétipo;	p.78
Caracterização da Casa do Guarda-Florestal:	
Implantação;	p.90
Organização Funcional;	p.94
Sistema Construtivo;	p.98
Imagem;	p. 102





### **CAPÍTULO III | Reconhecimento do lugar**

Sobre um património votado ao esquecimento. p.122

Duas amostras: Entre a memória e a experiência do lugar. p.145

### **NOTAS FINAIS | Conclusão**

Possibilidades de intervir no construído. Que futuro? p.173

Referências Bibliografias; p.192

Anexos. p.200



## Índice de figuras

- Fig.1. Patrulhamento da Guarda Florestal. Fonte: VIEIRA 2007, 21.
- Fig.2. Aldeia de Frades. ASMR
- Fig.3. Transporte de madeira do pinhal de Leiria – “carreiros”. Fonte: VIEIRA 2007, 36.
- Fig.4. Cronologia- Evolução Histórica da Floresta e dos Organismos de Tutela. ASMR
- Fig.5. Laboratório de Biologia Florestal, Insectário Fonte: VIEIRA 2007, 212.
- Fig.6. Sementeiras da Mata do Urso. Espalhamento do Mato sobre os regos nas dunas. (1908-1909). Fonte: VIEIRA 2007, 69.
- Fig.7. Trabalhos de arborização na Serra do Marão. Fonte: VIEIRA 2007, 126.
- Fig.8. Viveiro do Escaroupim. Fonte: VIEIRA 2007, 133.
- Fig.9. Trabalho de empilhamento num parque de madeiras. Fonte: VIEIRA 2007, 175.
- Fig.10. Pilha de Cortiça. Fonte: VIEIRA 2007, 111.
- Fig.11. Embarque de tambores de pez e resina. Fonte: VIEIRA 2007, 195.
- Fig.12. Gião, Parque Nacional Peneda-Gerês. ASMR
- Fig.13. Mapa de localização do PNPG – Concelhos. ASMR
- Fig.14. Cronologia Síntese - Evolução Histórica do PNPG. ASMR
- Fig.15. Casa Florestal de Lagos (34.) ASMR.
- Fig.16. Cronologia Síntese – Construção de um Arquétipo. ASMR
- Fig.17. Alçado frontal da Casa Florestal de Leonte. PNPG. ASMR
- Fig.18. Desenho esquemático da Casa Florestal de Leonte. ASMR
- Fig.19. Alçado Frontal esquemático. – Projeto de casa para um guarda. Serra da Boa Viagem. Figueira da Foz. Raul Lino. 1922. Fonte: <https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=188651&img=27604>.
- Fig.20. Desenho esquemático. – Projeto de casa para um guarda. Serra da Boa Viagem. Figueira da Foz. Raul Lino. 1922. Fonte: <https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=188651&img=27604>.
- Fig.21. Alçado Frontal esquemático. – Casa Barata – Projeto do G.A. da Arquitetura Portuguesa. Fonte: RODRIGUES 2019, 42.
- Fig.22. Desenho esquemático. – Casa Barata – Projeto do G.A. da Arquitetura Portuguesa. Fonte: RODRIGUES 2019, 42.



Fig.23. Alçado frontal esquemático. – Tipo de casa para o Bairro Operário da C.P. Torres Vedras.

Fonte: NUNES 1935, 7.

Fig.24. Desenho esquemático. – Tipo de casa para o Bairro Operário da C.P. Torres Vedras.

Fonte: NUNES 1935, 9.

Fig.25. Alçado frontal da Casa Florestal da Gavieira. PNPG. ASMR

Fig.26. Desenho esquemático da Casa Florestal da Gavieira. PNPG. ASMR

Fig.27. Alçado frontal – Casa de Cantoneiro de Ervedal da Beira. Fonte: RODRIGUES 2019, 44.

Fig.28. Desenho esquemático– Casa de Cantoneiro de Ervedal da Beira. Fonte: RODRIGUES 2019, 44.

Fig.29. Alçado frontal – Casa Florestal do Vidoeiro, PNPG. ASMR

Fig.30. Desenho esquemático – Casa Florestal do Vidoeiro, PNPG. ASMR

Fig.31. Ilustração Casas Portuguesas. Raul Lino. Fonte: LINO 1992.

Fig.32. Casa Florestal do Baleiral (14.) ASMR.

Fig.33. Desenho esquemático do Pinhal de Leiria 1940. Fonte: <http://opinhaldo-rei.blogspot.com/2012/07/mapa-de-1940-do-pinhal-do-rei.html>

Fig.34. Tipologia das primeiras casas de guarda – Finais do Séc. XIX. Fonte: <http://opinhaldo-rei.blogspot.com/2012/03/guardas-florestais1.html>.

Fig.35. Tipologia das casas de guarda – Início do Séc. XX. Fonte: <http://opinhaldo-rei.blogspot.com/2012/03/guardas-florestais1.html>.

Fig.36. Tipologia das casas de guarda – Anos 40 do Séc. XX. Fonte: <http://opinhaldo-rei.blogspot.com/2012/03/guardas-florestais1.html>.

Fig.37. Tipologia das casas de guarda – Bairro Florestal de Pedreanes - Anos 50 do Séc. XX. Fonte: <http://opinhaldo-rei.blogspot.com/p/imagens-de-antigamente.html>

Fig.38. Sistema construtivo da Casa Florestal – semelhante ao sistema da Casa Rural. ASMR

Fig.39. Coleção de Fotografias representativas das Casas Florestais do PNPG. ASMR.

Fig.40. Mapa PNPG –Localização das Casas Florestais. ASMR

Fig.41. Esquema - Casa Florestal da Lombadinha (17.) – Percurso pedonal com duração de 1H. ASMR

Fig.42. Esquema - Casa Florestal de Coriscadas (2.) e das Veigas (3.) – Acesso automóvel. ASMR

Fig.43. Casa Florestal de Leonte. 1900 a 1919 (?) Fonte: Centro Português de Fotografia - <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=40826>

Fig.44. Esquematização da tipologia 1. ASMR



Fig.45. Esquematização da tipologia 2. ASMR

Fig.46. Esquematização da tipologia 3. ASMR

Fig.47. Esquema – Orientação das Casas Florestais. ASMR

Fig.48. Percurso pedonal até à Casa Florestal da Lombadinha (17). ASMR

Fig.49. Vista de Cabana Maior. ASMR

Fig.50. Aldeia de Tibo. ASMR

Fig.51. Aldeia de Tibo. ASMR

Fig.52. Casa Florestal da Bela Vista (45). ASMR

Fig.53. Aldeia do Soajo. ASMR

Fig.54. Aldeia submersa - Aceredo ASMR

Fig.55. Casa Florestal da Albergaria (33). ASMR

Fig.56. Casa Florestal de Britelo (30). ASMR

Fig.57. Casa Florestal de Travanca (19). ASMR

Fig.58. Casa Florestal de Coriscadas (2). ASMR

Fig.59. Travanca. ASMR

Fig.60. Sr. Fernando na Casa Florestal da Preguiça. ASMR

Fig.61. Sr. Paulo na Casa Florestal de Travanca. ASMR

Fig.62. Casa Florestal de Travanca 1984. Fonte: Fornecida pelo ICNF.

Fig.63. Mapa atual do PNPG – Zona de Terras de Bouro. ASMR

Fig.64. Mapa do perímetro florestal do Gerês e Terras de Bouro 1939. Fonte: Fornecido pelo ICNF

Fig.65. Principais alterações da tipologia da Casa Florestal da Preguiça. ASMR

Fig.66. Alçados da Casa Florestal da Preguiça. ASMR

Fig.67. Mapa atual do PNPG – Zona do Soajo e da Peneda.

Fig.68. Mapa do perímetro florestal das serras do Soajo e da Peneda 1944. ASMR

Fig.69. Casa Florestal de Travanca, passado vs presente. Fonte: Foto antiga fornecida pelo Sr. Paulo.

Fig.70. Casa Florestal do Mezio, passado vs presente Fonte: Foto antiga fornecida pelo Sr. Paulo.

Fig.71. Principais alterações da tipologia da Casa Florestal de Travanca. ASMR

Fig.72. Alçados Casa Florestal de Travanca. ASMR





Fig.73. Casa Florestal de Travanca, passado 1984 vs presente. Fonte: Foto antiga fornecida pelo ICNF.

Fig.74. Diferentes usos – comparação passado vs presente. ASMR

Fig. 75. Aldeia submersa - Aceredo ASMR

Fig.76. A caminho da Casa Florestal da Lombadinha. ASMR

Fig.77. Aldeia de Estrica – Sistelo. ASMR

Fig.78. Aldeia submersa de Aceredo. ASMR

Fig.79. Passadiços de Sistelo. ASMR

Fig.80. A caminho da Casa Florestal da Lombadinha. ASMR

Fig.81. Barragem de Vilarinho das Furnas. ASMR

Fig.82. Soajo. ASMR

Fig.83. Serra Amarela. ASMR

Fig.84. Que futuro? ASMR



Fig.1. Patrulhamento da Guarda Florestal



## DO ALTO DA SERRA

Por êste magistral, largo horizonte,  
devotamente o meu olhar se expande.  
-Miseria humanidade: abate a fronte!  
Só Deus é grande!

Destas alturas que os meus olhos somem,  
faço um acto de fé e contradição:  
reconsidero quão pequeno é o homem,  
pequeno e vão!

Na aspereza da serra e do deserto,  
mais que poeta e pintor sinto me monge.  
A dois palmos o céu – olhai, que perto!  
E a mil léguas o mundo – olhai, que longe!

Afastado de tudo – poeira fútil! –  
Aqui me purifico e me concentro,  
olhando êste horizonte, e o que é mais útil,  
a mim mesmo me olhando cá dentro...

Olhar nossa alma bem é convertê-la.  
Há almas onde só se aninham cobras.  
Almas de treva! Falta-lhes a estrêla  
das boas obras!

Que subam! Batam asas na amplidão,  
até ficarem brancas, muito puras.  
Meditem e orem. Colham a lição  
destas alturas!

1930.

(LIMA 1939, 33-34)



## **INTRODUÇÃO**

Objeto e objetivos e pertinência;

Metodologia e estrutura;

Recursos e Material;



## **Objeto, objetivos e pertinência**

As casas do guarda-florestal, localizadas na primeira área protegida criada em Portugal, são o objeto de estudo da dissertação. O Parque Nacional da Peneda Gerês localiza-se no Norte de Portugal e estende-se pelos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Terras de Bouro; e Montalegre dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Vila Real sucessivamente.

No início do século XX, a Carta Agrícola e Florestal do País veio confirmar a grande potencialidade desta região serrana para a expansão da área florestal da nação. Contudo, só em 1938, com o Plano de Povoamento Florestal é que o Regime Florestal e a sua expansão se implementaram em grande escala no território, tendo como base sobretudo áreas baldias e terrenos incultos. Este plano, marcou sem dúvida uma época e um estilo de intervenção dos Serviços Florestais, de onde surgiram inúmeras infraestruturas, tais como caminhos, casas de administração, casas de guarda, postos de vigia e rede telefónica. O Parque foi inaugurado em 1970 e faz hoje parte do património natural português, pelo valor da paisagem natural que possui e pelo carácter selvagem do território.

Estas construções são o símbolo da presença dos Serviços Florestais, em pleno regime de ditadura<sup>1</sup> que serviram de abrigo aos guardas-florestais responsáveis por determinadas áreas no perímetro florestal das quatro serras que compõem o Parque, a serra da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês.

Atualmente é possível identificar pelo menos cinquenta e uma casas, distribuídas pelo território. No entanto o abandono das habitações florestais levou à progressiva degradação deste património. Pelo seu aspeto de abandono ou até mesmo ruína, e pelo grande potencial que possuem, que não apenas documental, surge uma vontade de estudar estas construções graníticas, na procura de manter viva as suas memórias.

A principal questão que a investigação pretende equacionar visa a recuperação e possível revitalização do património esquecido no tempo, utilizando a memória como elemento para um apelo urgente à sua preservação. Para que seja possível a perpetuação do património será então necessário compreender a sua origem, entender o seu contexto histórico visando uma reconstrução do passado perdido.

---

<sup>1</sup> Estado Novo.





Neste enquadramento pretende-se entender qual é o valor do objeto de estudo e a importância da recuperação da sua memória, seja ele sob o ponto de vista arquitetónico, histórico, relacionado com a materialidade, ou até mesmo sentimental.

E por fim analisar o que o caso de estudo evoca em relação à sua preservação, isto é, refletir acerca do seu destino para que o património não caia de vez no esquecimento e abandono. Visando entender em que medida é que a preservação do caso de estudo pode ter a memória do passado como elemento ativo, uma vez que permite a ligação com o presente e futuro.

A dissertação tem ainda a expectativa de contribuir para a divulgação da condição das casas-florestais. Com o objetivo de ser utilizada como ferramenta de suporte para possíveis intervenções futuras, reconhecendo a necessidade do estudo prévio para uma melhor escolha nas decisões de projeto, visto que se pretende manter o valor que as casas possuem enquanto imagem representativa de uma época e do território em que se inserem.



## **Metodologia e estrutura**

O primeiro passo para a elaboração da dissertação consistiu na recolha documental, fundamental para o reconhecimento do objeto de estudo. Atendendo ao facto de que a documentação específica em casas de guarda-florestal ser escassa, o estudo é complementado pelo trabalho de campo na busca de material capaz de suportar a avaliação e interpretação gerada das casas florestais. Essa interpretação resultou ainda do diálogo com a população local e do contacto direto com as diferentes realidades do território. A estadia no parque de campismo de Travanca, nos Arcos de Valdevez, durante quatro meses proporcionou uma maior capacidade de análise e reflexão. A permanência na região serrana permitiu uma maior proximidade com o meio que consequentemente deu oportunidade ao levantamento de questões pertinentes para uma reflexão honesta do lugar.

Assim, foram catalogadas as 51 casas do PNPG <sup>2</sup>, e identificada a organização dos diferentes espaços interiores e exteriores, sendo que a maioria do acesso foi garantido pelo estado de degradação em que se encontram. A preferência pelo desenho esquemático deve-se ao elevado número de exemplos existentes no Parque, tornando-se impossível o levantamento métrico de todos eles. Além disso, o trabalho de investigação propõe preservar a memória destas casas na contemporaneidade, daí a prioridade em abordar todo o conjunto em vez de uma seleção representativa que possibilitasse o levantamento rigoroso. A fotografia tornou-se, então, um registo essencial que aliada ao desenho serve como instrumento de análise e via para a captura de memórias

Desta forma, a dissertação parte de um primeiro estudo acerca do contexto florestal português, no Capítulo I. É ainda abordado o enquadramento do território, desde os antecedentes, à criação do Parque Nacional e por fim ao entendimento atual da realidade serrana. O que se pretende é compreender o estado de abandono dos equipamentos florestais pela interpretação do seu passado com o contexto atual.

Posteriormente, no Capítulo II | A casa do Guarda-Florestal, é primeiramente identificada a época em que o objeto de estudo surgiu, de modo a compreender a sua morfologia. De seguida são narradas as características gerais do caso de estudo, seja do ponto de vista da implantação, organização funcional e sistema construtivo. Aqui desenvolve-se uma descrição da volumetria, do espaço e do programa, comparada no final do capítulo com a imagem das casas do PNPG.

---

<sup>2</sup> Parque Nacional Peneda-Gerês



Por fim, no Capítulo III, pretende-se introduzir de forma sucinta conceitos como património, memória e identidade, visando compreender de que forma a memória pode ser utilizada como salvaguarda de um monumento arquitetónico. É de frisar/admitir que essa introdução, se trata de uma breve reflexão, uma vez que se trata de conceitos que já por si são complexos, e não se esgotam num texto só. No entanto, a análise sucinta nasce da vontade de melhor compreender os vários temas para o desenvolvimento de uma consciência que se relaciona com o tema da dissertação. A pequena discussão deixa questões em aberto para repensar o valor das casas florestais.

Ao longo do discurso, é apresentado um registo fotográfico que remete para o segundo volume da dissertação, o Álbum. Que, através da fotografia, pretende expor as marcas do abandono e a descaracterização inerente, ao mesmo tempo que revela o potencial dos diferentes lugares onde se inserem, na expectativa de incentivar a sua preservação. As amostras tratam-se de exemplos atuais com utilização distinta. Através dos antigos/atuais residentes das Casas Florestais, foi possível supor uma comparação entre as vivências do passado e a forma como o mesmo espaço é utilizado atualmente. Este confronto permitiu refletir sobre as possibilidades dos diferentes usos e comprovar a importância do testemunho oral das famílias dos antigos guardas-florestais, que tal como as casas, com o tempo, começam a desaparecer.

Com base no estudo inicial, e na análise feita às casas florestais, nas Notas Finais, dá-se lugar a uma reflexão sobre as premissas do projeto, procurando responder a várias inquietações a cerca do valor, significado e como intervir neste tipo de construções.



## **Recursos e material**

Sobre as Casas Florestais, tal como referido, existe pouca informação disponível. O contacto com os serviços florestais do Norte não foi fácil e segundo consta, o conteúdo da biblioteca do ICNF na sede de Braga foi dispersa por outros locais. Também os fundos bibliográficos da sede do Instituto da Conservação da Natureza (ICNF), em Lisboa, não dispõem de acesso presencial ou por via de catálogo online.

Desta forma, a maioria da informação recolhida deve-se à troca de emails entre membros de instituições que tiveram ou têm contactos com o Parque Nacional ou com as casas florestais. O que tornou necessário a utilização de dissertações como referência, como a de Rodrigues (2019) e Araújo (2016), importante no trabalho de dados e confirmação das características da casa enquanto tipologia.

Nas diferentes Bibliotecas Municipais de Braga encontra-se a maioria da descrição da história florestal do país, assim como a bibliografia de Tude de Sousa, essencial para entender o território serrano na época dos Serviços Florestais, auxiliando a construção e interpretação da narrativa das casas.

Porém, tanto os edifícios, como o território, constituem-se como a fonte principal de informação material. Permitindo o levantamento fotográfico e desenho esquemático das diferentes tipologias, são a principal fonte de reconhecimento que permite confirmar a documentação existente e ainda facultar leituras interpretativas. As fotografias e a história oral da população e residentes dos equipamentos florestais foram deveras importantes.

Os apontamentos imagéticos, produzidos pela autora, e identificados como ASMR, não se tratam apenas de uma representação de apoio à análise, mas do registo documental do território e do objeto de estudo. Este registo que evoca a memória trata-se de um testemunho da autora para com o futuro e representa a experiência pessoal do lugar.





## **CAPÍTULO I | Enquadramento**

Breve Evolução da Floresta em Portugal;

O Parque Nacional da Peneda-Gerês:

Antecedentes;

Constituição do PNPG;

Entendimento atual;



## **Breve Evolução da Floresta em Portugal**

*“A floresta, berço do homem, que lhe deu alimento, que lhe forneceu o primeiro abrigo, a primeira arma, a primeira ferramenta; que lhe proporcionou, talvez, o primeiro sentimento estético e nele acordou a primeira comoção mística; a floresta, de que fez a caravela que lhe permitiu conhecer a extensão do seu mundo, e a primeira cruz que simboliza as grandezas e as misérias, as injustiças e as heróicas renúncias desse mesmo mundo – permanecerá indissolúvelmente ligada aos destinos do homem”.*<sup>3</sup>

Joaquim Vieira Natividade, ilustre agrónomo e silvicultor.

---

<sup>3</sup> CAPUCHA 2006, 16.



Fig.3. Transporte de madeira do pinhal de Leiria – “carreiros”  
– José Neves Vieira

Compreender as Casas do Guarda-Florestal, implica entender a floresta, a narrativa dos avanços e recuos, e a relação peculiar com o Homem. “Da floresta natural, densa e extensa, que foi o berço do homem primitivo, à floresta dos nossos dias, houve sempre uma ligação muito estreita, umbilical, entre a História dos Homens e a História das Florestas. Desta longa e íntima coabitação surgiram representações simbólicas, saberes e práticas, religiões e mitologias, moldaram-se paisagens e desenvolveram-se poderosas manifestações artísticas que fizeram da floresta, a par da sua dimensão económica, social, recreativa e ambiental, um importante património histórico e cultural.”<sup>4</sup> As pesquisas poderiam focar-se em três momentos que marcaram os processos de modificação da vegetação e dos solos. Do período entre a Pré-História recente, a Baixa Idade Média e o Renascimento<sup>5</sup>, é no século XIX que ocorrem transformações florestais importantes.<sup>6</sup>

A época dos Descobrimentos teve um grande impacto na floresta nacional, dada a necessidade de matéria-prima para a construção naval. Porém uma das primeiras ações executadas relativas à florestação remota os séculos XIII e XIV, com a plantação do Pinhal de Leiria, promovida pelo rei D. Afonso III, com o intuito de travar o avanço das dunas e como medida de proteção dos campos agrícolas, sendo aumentado posteriormente pelo rei D. Dinis. Este pinhal torna-se bastante importante no contexto da expansão marítima, assim como para o desenvolvimento económico e crescimento demográfico da região. No entanto é apenas com a proclamação da Lei das Árvores<sup>7</sup> de 1565, que surge uma notória promoção política de florestação.

O século XVIII assinala um período intenso de desflorestação, devido ao crescimento demográfico, arroteamentos e ao aumento do consumo e indústria de produtos florestais. A falta de planeamento e a ausência de vigilância no controle dos cortes, queimadas, fabrico de carvão, entre outros é também um fator importante que levou o país a atingir a sua máxima desarborização. Já em 1789 o naturalista italiano Vandelli<sup>8</sup>, aponta a falta de cuidado na conservação e gestão

---

<sup>4</sup> CAPUCHA 2006, 16.

<sup>5</sup> De onde surgem os primeiros incentivos documentados acerca da arborização dos terrenos incultos.

<sup>6</sup> DEVY-VARETA 1989, 105.

<sup>7</sup> “O principal objetivo da lei de 1565, mais conhecida por “Lei das Árvores”, é explicitamente realçado pela sua designação nas “Leis Extravagantes”: “que se prantem árvores de madeira”. Do ponto de vista meramente jurídico, a “Lei das Árvores” assume uma posição de vanguarda, pela promoção de uma política de reflorestação nos baldios ou propriedades privadas de todos os municípios.” MACEDO 2011, 25.

<sup>8</sup> Domenico Agostinho Vandelli (Pádua, 8 de junho de 1735 – Lisboa, 27 de junho de 1816) foi um naturalista italiano com um importante desempenho no desenvolvimento da história natural portuguesa entre os séculos XVIII e XIX.

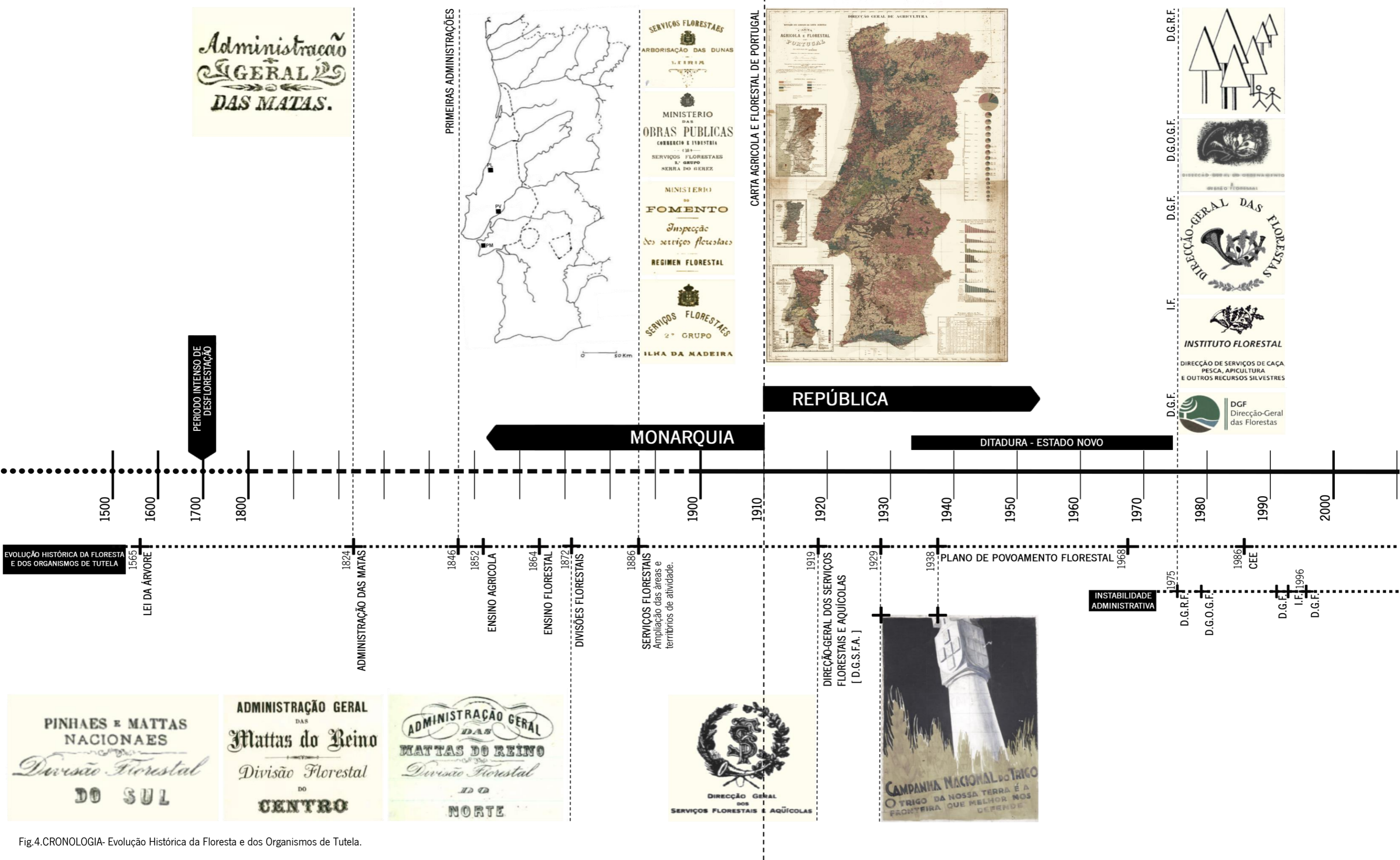


Fig.4.CRONOLOGIA- Evolução Histórica da Floresta e dos Organismos de Tutela.

das florestas do país, na *Memória sobre a Agricultura* (Radich 2000).

Como as estatísticas da Carta Agrícola<sup>9</sup> apenas são concluídas no início do século XX, pouco se sabe acerca do estado da floresta oitocentista. Também as representações cartográficas até à época constituem uma base frágil incapaz de captar a imagem do conjunto florestal. Este interesse em descodificar o território português revelou-se sobretudo a partir do século XIX, não só a nível da área florestal como também em relação às proporções dos diversos tipos de espaços, como agrícola e inculto.

Inicialmente as propriedades privadas do rei eram insignificantes quando relacionadas com a superfície arborizada do país. Segundo Balbi (1822) grande parte da extensão dos terrenos incultos pertencia “às comunidades, grandes senhores, morgadios, ao clero secular, regular e à Coroa”<sup>10</sup>, isto é, pertencia essencialmente ao domínio privado. Em virtude do desrespeito dos deveres administrativos e pela falta de fiscalização sobre os seus bens imóveis, as florestas do Estado iam-se reduzindo a baldios<sup>11</sup>. Havia já na época a consciência do desaparecimento dos bosques, no entanto a ideia de riqueza do Estado aliava-se sobretudo à extensão do espaço agrícola.

Ainda que insuficiente, o domínio florestal aumenta ao longo do século XIX por ação de José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>12</sup>. O naturalista português propõe que a administração dos terrenos do estado fosse gerida por um engenheiro silvicultor, tal como se fazia em países como a França e a Alemanha. Surge assim em 1824, a Administração Geral das Matas, que herdou as coutadas reais, para a gestão do património florestal do Estado. Este regulamento vigorou até 1846, com três administrações: o pinhal de Leiria<sup>13</sup>, os pinhais das Virtudes e Azambuja<sup>14</sup> e o pinhal dos Medos<sup>15</sup> que até então tinham estado sob a alçada da Montaria-Mor. Também com a

---

<sup>9</sup> Anexo 1, Pág. 202-203.

<sup>10</sup> RADICH 2000, 18.

<sup>11</sup> Baldios: “terrenos de logradouro comum dos povos e que se encontram sob a jurisdição administrativa de municípios ou de freguesias” – J. COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941.

<sup>12</sup> “J. BONEFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (1763-1838), intendente-geral das Minas e Metais do reino, desde 1802 até às invasões francesas, é considerado como o primeiro «silvicultor» português, pois tinha estudado silvicultura na Alemanha na qualidade de metalurgia, preocupado com as fontes energéticas da indústria.” DEVY-VARETA 1989, 105.

<sup>13</sup> Localiza-se no concelho de Marinha Grande, no distrito de Leiria.

<sup>14</sup> Localizam-se no concelho de Azambuja, no distrito de Lisboa.

<sup>15</sup> Localiza-se no concelho de Almada, no distrito de Setúbal.

Fig.5. Laboratório de Biologia  
Florestal, Insectário  
–José Neves Vieira





extinção das Ordens Religiosas algumas propriedades florestadas foram considerados utilidade pública caindo sobre alçada da Administração Geral das Matas. Como resultado, em 1847 já estavam submetidas quarenta e oito matas<sup>16</sup> à política florestal. Posteriormente, em 1872, o país é organizado em 3 divisões florestais, a do Norte, Centro e Sul, a cargo de um silvicultor e pelas quais foram distribuídas as 19 administrações criadas no regulamento de 1847 que geriam as quarenta e oito matas então existentes.

No âmbito de adquirir uma melhor gestão do património florestal é posto em questão o modelo mais adequado, surgindo várias tentativas de elaboração de um Código Florestal Português, que, no entanto, não se chegou a concretizar.

O Estado foi reunindo um conjunto de matas de pequenas dimensões dispersas pelo país, das quais a sua utilidade era posta em causa. Desta forma e por conselho do administrador geral, o Estado dispõe de cerca de trinta e uma propriedades do seu património com menos de cem hectares, venda esta que se realizou em prole das necessidades financeiras públicas. Os bens nacionais são então vendidos a ricos lavradores e proprietários urbanos, o que provocou o desmantelamento da floresta eclesiástica. Como consequência o uso dos solos foi completamente alterado, conduzindo à desarborização dos carvalhais e florestação de outras áreas para a produção de cortiça. Mas se por um lado o Património Florestal do Estado se reduzia, os terrenos florestáveis iam aumentando, como é exemplo as duas primeiras administrações Florestais criadas em 1888, a serra do Gerês e da Estrela.

Durante a primeira metade do século a gestão das matas do Estado eram desempenhadas por oficiais da marinha, engenheiros militares sob supervisão do Monteiro-Mor, o qual respondia diretamente ao rei. Estes, são substituídos em 1852 e 1864, por profissionais, com a criação do ensino superior agrícola e florestal em Lisboa, de onde surge uma nova classe de técnicos profissionais aptos para ocupar os quadros administrativos. Desta forma o contexto nacional é alterado pelo desenvolvimento da agronomia e das ciências florestais que vieram contribuir para a modernização da gestão e implantação de novos instrumentos para o ordenamento florestal.

Como referido anteriormente, durante muitos séculos as matas geridas pela administração pública e submetidas à intervenção técnica florestal estavam ligadas à construção civil e naval

---

<sup>16</sup> Houve uma tentativa de identificar quais as quarenta e oito matas submetidas, no entanto na bibliografia disponível é sempre referido este número e não identificado em concreto quais é que são.



Fig.6. Sementeiras da Mata do Urso. Figueira da foz. Espalhamento do Mato sobre os regos nas dunas, (1908-1909)

–José Neves Vieira

e como tal localizavam-se sobretudo no litoral do País.

É com a Criação dos Serviços Florestais, em 1886, que se dá o início aos trabalhos de arborização das serras e das dunas. Incluem-se então os Serviços Florestais na Direção Geral da Agricultura quando numa reforma do Ministério das Obras Públicas é extinta a Administração Geral das Matas, o que resultou na perda de autonomia administrativa visto que o cargo de Administrador Geral é também extinto. Assim sendo, a estratégia da Administração Florestal é alterada voltando-se para o interior serrano do País. No entanto com a crise financeira e social que marcou a década de 90 não foi favorável a criação do Regime Florestal, ficando adiado para os anos 1900.

É também em 1886, pelo decreto de 18 de novembro, que se dá início ao reconhecimento cartográfico e estatístico no domínio agrícola e florestal em todo o país. Apesar de inacabada, a Carta Agrícola e Florestal de Portugal foi publicada em 1910, antes da extinção da Direção dos Serviços da Carta Agrícola em 1911. Esta carta abrangia o território na sua totalidade, no entanto, o Norte carece de informação relativamente ao Sul de Portugal, que usufrui de mais pormenor (especificação das culturas e descrições de espécies), visto que o levantamento cartográfico estava mais avançado na zona do Alentejo. Como era a única representação agrícola e florestal esta foi utilizada em vários estudos até meados de 1959.

A falta de informação e registo para o reconhecimento do país dos anos 1900 foi favorável para a instauração do Regime Florestal<sup>17</sup>, funcionando como uma justificação que se une às causas políticas e socioeconómicas. Foi instruído no princípio do século XX, com os decretos de 1901, 1903 e 1905, procurando responder às necessidades de arborização, cujos principais objetivos incidiam sobretudo no bloqueio da privatização dos terrenos comunitários (baldios), no combate das práticas dos usos do solo nas áreas dos baldios, na proteção contra a degradação dos solos e no aumento da floresta pública.

A arborização e fixação das dunas, promovida por José Bonifácio, decretada em 1802, pouco tinha avançado por causa das invasões francesas e, das guerras liberais. Também as serras se encontravam fragilizadas pela sobre-exploração dos recursos naturais e pela pastorícia. É apenas no século XX que o revestimento florestal das dunas e dos baldios serranos se torna prioritário

---

<sup>17</sup> “Por Regime Florestal entende-se, segundo o decreto que em 1901 o instituiu, “ o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e areias no litoral marítimo”. GERMANO 2000, 9.



Fig.7.Trabalhos de arborização na Serra do Marão.  
– José Neves Vieira

na política florestal, ao qual possuíam um plano de ação em 1910 formulado de acordo com o regulamento de 1903.

No que diz respeito à florestação dos baldios na serra, o regime florestal confronta-se com fortes resistências locais associadas às restrições no uso de terrenos comuns que conduziram a revoltas, fogo posto e conflitos judiciais. Nessa época a população vivia essencialmente da agricultura e da pastorícia, dependendo dos recursos dos baldios que forneciam lenhas, água de regadio, pedra para a construção, cultivo para subsistência e ainda o pasto dos animais.

Em 1929 surge ainda a Campanha do Trigo, um movimento que visava produzir cereal para acabar com os incultos, chegando a atingir máximos históricos de área ocupada por cereais na década de 50 e 60. No entanto também se intensifica a erosão dos solos pobres que justifica o abandono rural consequente da diminuição do rendimento agrícola.

Dadas as circunstâncias até 1933 apenas cerca de 70.000 hectares são submetidos ao Regime Florestal. Foi apenas durante o Estado Novo, com a criação do Plano de Povoamento Florestal (1938-68), que a arborização dos baldios se implementou em grande escala nas serras do interior, sendo a principal novidade a imposição autoritária da arborização dos terrenos baldios, ultrapassando os direitos territoriais das comunidades.

“Este Plano constituiu, pelo rigor da sua conceção e pela sua dimensão, a mais notável obra de fomento florestal em baldios serranos feita pelo Estado português e marcou uma época, uma estrutura organizativa e um estilo de intervenção dos Serviços Florestais. Projetado para um horizonte de 30 anos previa arborizar 420 mil hectares, instalar uma área significativa de pastagens e de reservas de vegetação e construir as infraestruturas necessárias correspondentes, que incluíam caminhos, casas de guarda, casas de administração, viveiros, obras de correção torrencial, postos de vigias e rede telefónica.”<sup>18</sup>

Com o aumento dos materiais de construção e da mão de obra que resultaram da limitação financeira da Segunda Guerra Mundial, o Plano não chegou a concretizar totalmente os seus objetivos. Somente na década seguinte consegue vigorar.

Após uma nova reorganização surge uma das mais duradouras estruturas, a Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (D.G.S.F.A.) que surgiu com a reforma do Ministério da Agri-

---

<sup>18</sup> VIEIRA 2007, 125.



Fig.8.Viveiro do Escaroupim.  
– José Neves Vieira

cultura (Decreto 6308, de 27 de dezembro de 1919). Este serviço atuava como “autoridade florestal nacional” e perdurou até 1975 sofrendo várias adaptações, abrangia muitas áreas técnicas, mas a principal função consistia na gestão das matas públicas. É nesta época que se começa a evidenciar alguma instabilidade administrativa que resulta em frequentes alterações da estrutura. Após o 25 de Abril vários ministérios são reestruturados, incluindo a D.G.S.F.A. que foi renomeada como Direção-Geral dos Recursos Florestais (D.G.R.F.) uma vez que os serviços aquícolas se transferiram para o setor das Pescas. Em 1979 é estabelecida uma nova orgânica com a criação da Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal (D.G.O.G.F.), que estava organizada em serviços de apoio, operativos e regionais. Cerca de dez anos mais tarde (1991) há uma nova alteração de nome, Direção-Geral das Florestas (D.G.F) que foi substituída em 1993 por Instituto Florestal (I.F.) e em 1996 por Direção-Geral das Florestas novamente.

Entre 1940 e 1950 são submetidos cerca de 370.000 hectares de terrenos baldios ao regime e dos quais cerca de 300.000 sofreram planos de florestação. Estas medidas tiveram consequências, tais como: a redução das práticas de exploração (como a pastorícia), a aglomeração de áreas arborizadas com espécies resinosas que possuem uma extrema sensibilidade à propagação do fogo, o aceleramento do despovoamento nas serras sobretudo pela falta de recursos locais e ainda os abusos de autoridade e atos de violência que se assistiam.

Por outro lado, as comunidades serranas puderam usufruir da abertura de novos caminhos, o que contribuiu para a diminuição do isolamento de muitas aldeias; acesso a novos empregos locais, sejam relacionados com a construção de novas infraestruturas como os trabalhos de florestação.

A partir da década de 60 não se verificam submissões notáveis ao Regime Florestal na serra, na verdade o plano estratégico de florestação sofre uma reviravolta. Agora mais orientada para o aumento dos recursos lenhosos relacionados com os interesses industriais, especialmente em áreas privadas, e menos empenhada na proteção e produção das áreas públicas. Tal motivou, nas décadas de 1960-1980 o reforço da administração florestal, com especialização nas áreas do fomento florestal.

Após uma grande devastação dos terrenos florestais privados, o Fundo de Fomento Florestal, presidido pelo diretor-geral da D.G.S.F.A, foi criado em 1945, sendo assim fornecidas plantas a todos os proprietários afetados. No entanto, as iniciativas criadas tiveram pouco sucesso na



Fig.9.Trabalho de empilhamento num parque de madeiras.

– José Neves Vieira

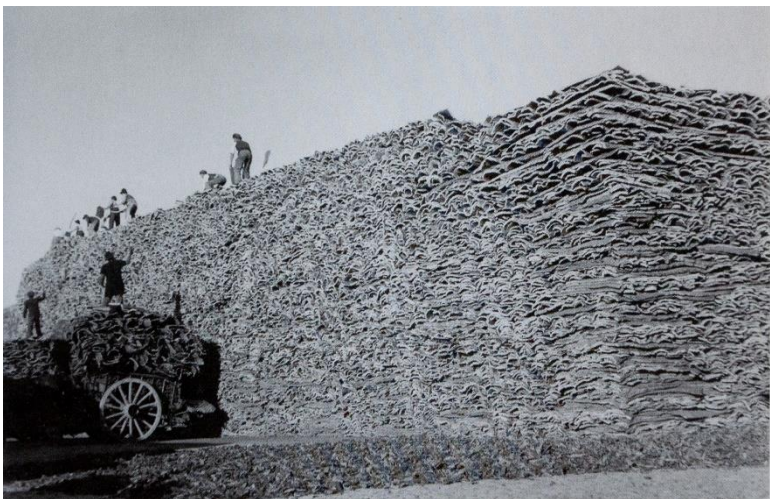


Fig.10.Pilha de Cortiça.

– José Neves Vieira



conversão florestal dos terrenos agrícolas, continuando a ser progressivamente abandonados. Em 1964, o Fomento Florestal passa a possuir serviços centrais de planeamento, execução e fiscalização na arborização e é atribuída autonomia administrativa e financeira. É de referir que no final da década de 60 foram organizados apoios à gestão florestal privada. Por seu turno, em 1977 este fundo dá lugar à Direção Geral do Fomento Florestal que se funde com a D.G.O.G.F em 1982.

Inicia-se assim a expansão do eucalipto sobretudo nas propriedades privadas o que “afeta 85% da floresta portuguesa, quando o total das áreas submetidas ao regime florestal perfaz 15%. São agora os proprietários e os gestores privados os mais importantes protagonistas da floresta do futuro.”<sup>19</sup>. Tal como referido anteriormente, na década de 1980 a capacidade de decisão dos Serviços Florestais é lenta, o que se reflete na política de ação desta época, uma vez que as decisões acerca da floresta são agora assumidas entre vários ministérios, (Agricultura, Administração Interna, Economia, Ambiente e Ordenamento do Território).

No fundo, a expansão florestal deve-se nesta época, ao domínio privado. Apesar dos incêndios serem uma fragilidade a ter em consideração pelos proprietários, esse risco era controlado pelas populações rurais que ao subsistirem dos recursos naturais tornam-se os responsáveis pela limpeza das matas.

Portugal possui condições ecológicas para a exploração florestal, onde se destacam o pinheiro-bravo e o eucalipto para a madeira, (mobiliário e pasta de papel), e o sobreiro trata-se de uma produção não lenhosa, (cortiça). Apesar do declínio a partir dos anos 80, a exploração da resina teve também um papel fundamental nas exportações do país. As primeiras referências remontam ao século XV, no entanto o crescimento deste setor dá-se a partir dos anos 20 do século passado. Esta atividade é bastante benéfica para os pinhais, seja a nível de rendimento económico como um incentivo à limpeza das matas. “As sociedades modernas e desenvolvidas apresentam uma significativa dependência dos produtos florestais, que aliam as suas múltiplas utilidades funcionais a uma imagem e simbolismo de conforto, estética e qualidade.”<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> DEVY-VARETA 1989, 452.

<sup>20</sup> VIEIRA 2007, 175.



Fig.11.Embarque de tambores de pez e resina.  
– José Neves Vieira

Atualmente assistimos novamente a uma profunda e continuada desarborização consequente a problemas estruturais no cadastro do território e mais grave, no desgaste dos terrenos pelos grandes incêndios florestais. No entanto a importância da floresta é determinante, mais do que um espaço privilegiado de lazer e recreio, é considerada uma das soluções do futuro dados os seus benefícios. A presença da floresta, tal como se viu desde o início da história florestal, é capaz de purificar a atmosfera, regularizar os climas e corrigir os cursos de água, controla a erosão do solo nas montanhas e o avanço das dunas na costa. A utilização dos seus recursos foi também desde cedo indispensável, alimentando a atividade agrícola e industrial, mas é necessário um equilíbrio na utilização dos recursos. Daí a necessidade de ordenamento, monitorização e preservação de matas emblemáticas, pelo seu valor ambiental e patrimonial, de que são exemplo a Mata do Gerês<sup>21</sup> ou a Mata do Camarido<sup>22</sup>. Assim como a valorização das especificidades florestais e as paisagens que lhes correspondem, como os carvalhais do Norte ou os soutos de Trás-os-Montes.

---

<sup>21</sup> A mata do Gerês localiza-se em Terras de Bouro no distrito de Braga.

<sup>22</sup> Localiza-se em Caminha, no distrito de Viana do Castelo.



## **O Parque Nacional da Peneda-Gerês**

*“São tantas e tais as provas de solidariedade que o Parque Nacional da Peneda-Gerês tem recebido que bem se pode dizer que grande é a força do homem quando vê a terra fugir-lhe debaixo dos pés.*

*Este naco de terra, onde a natureza tem direito a sê-lo mesmo, onde a vida se confunde a cada instante com o brilhar dos viços, onde os elementos se entrelaçam numa constante renovação, este naco de terra merece em verdade que o deixem descansado, entregue a si mesmo na compassada caminhada de sempre refazer o seu futuro, que se divisa em cada horizonte.*

*E, aqui, nesta serra, tudo é horizonte: verde, escarlate, ouro ou chumbo.*

*De cá de cima, das terras altas, ou dos vales e brechas por onde se fistulam fios de água argêntea, só se vê horizonte.*

*Horizonte que está ao longe, qual meridiano que nos separa do outro lado, onde ferve o reino dos pensantes e donde há-de-vir, apocalipticamente, a destruição humanoide; mas também é horizonte, aqui, ao nosso pé, sob nós, no raiar da laje que vamos pisar ou na auréola de vetusto carvalho ali adiante, ou mesmo no fluir e desvanecer daquele fuminho de outono que quando a noite cai aquela chaminé sopra para o eterno.*

*É aqui, nesta serra, que nós encontramos os deuses que fazem estremecer a quietude das ravinas velutíneas, quando troam a ralharem ao Mundo e levam todos os seres, os que pensam e os que não pensam, a se curvarem em reverencial temor; os deuses que despejam bâtegas de água (santa) que traz o bálsamo da continuação da vida, levando todas as ervas a abrirem os braços em graças à reconfortante euforia da fartura; os deles que bufam o cálido odor que dá alento para fazer tudo medrar, num amplexo revivificante de luz e cor.*

*Aqui, nesta serra, como se encontram os deuses que explicam a vida.<sup>23</sup>*

M. Tavarela Veloso, Diretor de Giesta.

---

<sup>23</sup> VELOSO 1981, 3.

## Antecedentes

O estilo de vida das pequenas comunidades serranas do Norte de Portugal foi objeto de estudo desde o século XVIII, pelo comunitarismo existente com costumes arcaicos praticados pelas populações isoladas nas montanhas.

Tude de Sousa (1874-1951) foi um dos estudiosos interessado pela vida comunitária, na qualidade de técnico florestal destacado para o Gerês<sup>24</sup>, responsável por proteger as reservas florestais e controlar a atividade agropastoril. Aproveitava essa proximidade com a região para tirar notas àquilo que entendia ser cientificamente válido, tanto escrevia sobre as festividades religiosas e crenças tradicionais como a arqueologia, história ou etnografia o que deu origem à publicação de várias obras sobre o Gerês, uma importante contribuição dado o seu sentido apurado de observação.

É com Tude de Sousa que advém a ideia da criação de uma área protegida na região da Peneda-Gerês. O primeiro Administrador Florestal do Gerês (1904-1915), acreditava que o território era digno de proteção pela sua riqueza natural. No entanto a sua constituição apenas se veio a concretizar com o Eng. Lagrifa Mendes em 1971.

Nas primeiras décadas do século XX, esta região era considerada uma área deprimida, com baixa densidade demográfica, vítima de fortes correntes migratórias sazonais e, até à década de 20, migratórias para o Brasil. A população vivia essencialmente da agricultura de subsistência e da pastorícia com condições de vida reduzidas, sendo escassos os equipamentos e recursos essenciais como a água, os esgotos, os serviços de saúde e educação e os transportes. A escala das aldeias ou lugares desenvolvem-se segundo uma organização comunitária, visto que grande parte delas se encontram isoladas em relação à rede de infraestruturas locais. A rodear as povoações encontram-se parcelas de cultivo privadas e extensos baldios desarborizados utilizados para o pastoreio das comunidades serranas.

É com a lei de Povoamento Florestal que se denota uma transformação nesta região. Desde a criação dos Serviços Florestais houve a tentativa de arborizar os baldios do país, no entanto apenas conseguiram atingir esses objetivos durante o Estado Novo através da lei autoritária de 1938 que impunha a reflorestação dos terrenos comunitários apropriados pelo Estado. Com o investimento na florestação começam a surgir as casas Florestais, habitadas pelos guardas e as

---

<sup>24</sup> O Gerês localiza-se em Terras de Bouro no distrito de Braga.

suas famílias. Estas, encontravam-se estrategicamente implantadas, muitas vezes isoladas nos altos das montanhas em zonas de boa visibilidade, mas preferencialmente perto das povoações e dos viveiros florestais para permitir um controle mais eficiente, especialmente nas entradas e saídas das matas de modo a minimizar o furto dos recursos florestais pelas populações.

A forte resistência das populações em relação à arborização destes terrenos e as dificuldades financeiras apontam o maior sucesso de plantações sobretudo para os anos 50 e 60.

Como as correntes migratórias já eram significativas no início do século, torna-se difícil estabelecer uma relação entre a emigração e/ou êxodo rural com a arborização dos baldios. No entanto as transformações da vida económica e social promoveram a desagregação dos sistemas de exploração serrana, diminuindo a atividade agrícola e pastoril o que levou a uma diminuição significativa da população, comprovada pelos censos dos anos 60 a 80.

As vagas de incêndios acabam por destruir grande parte da arborização realizada pelo Estado Novo, que além de serem muitas vezes fogos criminosos, resultam do abandono do corte de matos e ainda outros que derivavam sobretudo do descuido das populações locais ou turistas que posteriormente surgiram com as melhores condições de acesso.

A partir da década de 70 a região depara-se com uma nova fase de evolução com a criação do Parque Nacional visto que a mesma possuía grandes potencialidades para o desenvolvimento, com valores naturais e humanos necessários de preservar. Estes poderiam ser a base para as atividades económicas locais como o turismo, a agropecuária, a silvicultura, a apicultura, a piscicultura ou o artesanato.

Além dos interesses económicos, deve ser protegido o património existente visto que a região é rica em vestígios de várias épocas, seja da Idade da Pedra e da Idade de Bronze, vestígios celtas ou da ocupação romana e medieval. Possui ainda valores antropológicos como o comunitarismo da montanha e arquitetónicos com as construções vernaculares.

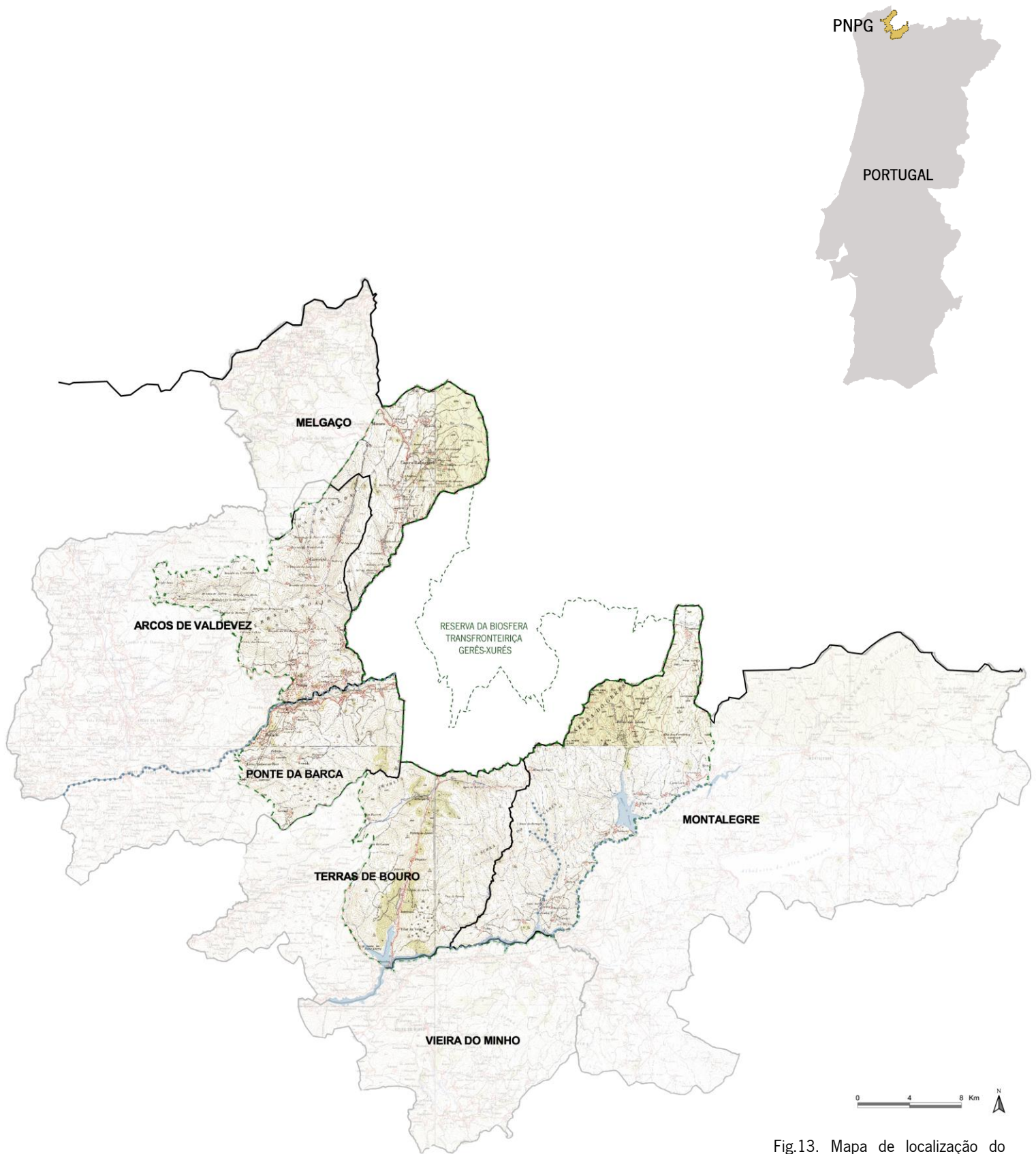


Fig.13. Mapa de localização do PNPG – Concelhos.



## **Constituição do PNPG**

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, PNPG, foi inaugurado em 1970, designado pela ONU como Ano Internacional para a Conservação da Natureza. É o único a possuir o estatuto de Parque Nacional em Portugal com o nível mais elevado da classificação das Áreas Protegidas, tendo como objetivo a “realização de um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas”<sup>25</sup>

Localiza-se a Norte de Portugal, na região do Minho e de Trás-os-Montes, estendendo-se pelos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca do distrito de Viana do Castelo, Terras de Bouro do distrito de Braga e Montalegre do distrito de Vila Real e compreende as serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês. Os limites do Parque implantaram-se de acordo com os valores naturais exigidos e segundo as barreiras físicas existentes, como as linhas de água que se dirigem na generalidade para o rio Lima que atravessa o Parque e o Cávado que serve de limite Sul, assim como as estradas, que funcionam como guias delimitadoras do território. O PNPG partilha fronteira com a vizinha Galiza, onde se localiza o Parque Natural da Baixa Limia - Serra do Xurés (PNBL-SX).

Como o objetivo principal é a preservação dos espaços naturais, torna-se aparentemente contraditória a associação dos conceitos, preservação e turismo. No entanto esta situação seria possível através da localização das Reservas Integrais e Naturais, que possuem finalidades essencialmente científicas que se encontram isoladas por uma zona periférica onde há a possibilidade de desenvolver as atividades turísticas devidamente dimensionadas.

Trata-se de um território de ocupação humana muito antiga, com um património cultural rico e variado. Torna-se assim necessário preservar esse valor patrimonial ao apostar em estratégias de gestão, que englobem os valores paisagísticos e culturais evidenciadores da coexistência entre a natureza e as populações.

Houve, nos finais década de 60, um enorme desenvolvimento nas teorias de conservacionismo, de onde surgiram os alertas para os problemas relacionados com o desgaste descontrolado dos recursos naturais.

---

<sup>25</sup> Decreto-lei n.º 187/71 de 08 de maio, 258.

É em 1969, quando o Eng. Lagrifa Mendes<sup>26</sup> regressa do Brasil, que surge a tentativa de criação de um Parque Natural em Portugal. O contacto que possuía com as práticas americanas e o facto de conhecer bem a região, por já ter trabalhado na Circunscrição Florestal do Porto (onde estava incluída a Administração Florestal do Gerês) facilitou o processo. Lagrifa, tal como Tude de Sousa, acreditava que o território tinha todas as condições necessárias para a criação de um Parque Natural.

Através do apoio do Secretário de Estado da Agricultura e do Governador Civil de Braga foi possível chegar à Presidência da República, o que resultou na promulgação do Decreto n° 187/71, de 08 de maio, data esta oficial da fundação do Parque Natural da Peneda-Gerês. No entanto a inauguração surge da sequência da Lei das Bases da Conservação da Natureza (Lei n° 9/10, de 19 de junho)<sup>27</sup>, tendo já ocorrido no ano anterior, a 11 de outubro, com a presença do Almirante Américo Tomás e de diversas entidades nacionais e estrangeiras.

O decreto que formalizava a criação do Parque, que nunca chegou a ser regulamentado, alterava os domínios administrativos dos terrenos que o constituem, funcionando de forma autónoma tanto a nível financeiro como jurídico. Isto é, as áreas admitidas que pertenciam à Circunscrição do Porto<sup>28</sup> e da Circunscrição de Vila Real<sup>29</sup> saíram do domínio dessas Circunscrições pertencendo agora ao Parque Nacional.

O primeiro Diretor do Parque foi então o Eng. Lagrifa Mendes que é equiparado a Subdiretor-Geral, que depende diretamente da Ex-direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. Apesar da criação do PNPG advir essencialmente de uma influência de índole florestal relacionado com o estudo e defesa dos espaços naturais, verificou-se que este englobava outros domínios além da floresta. Assim sentiu-se a necessidade de o enquadrar num domínio que lhe desse uma maior capacidade de resposta, uma vez que o Parque não é apenas composto por natureza, mas da relação intrínseca com a população que vive no interior.

---

<sup>26</sup> Lagrifa Mendes (? – 1975) Responsável pela constituição do Parque Nacional da Peneda-Gerês em 1971.

<sup>27</sup> Lei esta que criava as bases essenciais para o desenvolvimento de uma política de defesa do ambiente.

<sup>28</sup> Os terrenos das Administrações Florestais de Monção, dos Arcos de Valdevez e do Gerês.

<sup>29</sup> Administração Florestal de Montalegre

Só em 1979 é que o Parque Nacional passou a depender diretamente do Ministro da Agricultura e Pescas. No entanto esse decreto acabou por ser substituído por ser considerada insuficiente a proteção concedida, não chegando a ser implementado.

Desde logo Lagrifa Mendes procurou reunir o corpo técnico com colegas aí fixados e que conheciam bem a região tal como o Administrador Florestal do Gerês, Narciso de Melo, nomeado Chefe da Divisão e o Administrador Florestal de Vieira do Minho, o Eng. Adolfo Macedo.

Houve a necessidade de adaptar o Plano Diretor do Parque Nacional em relação ao modelo perseguido de Parque Natural Americano devido às circunstâncias específicas do território visado. Isto é, a relação de Lagrifa com os Estados Unidos aproximou-o de uma realidade distinta da europeia, uma vez que aí os parques são fundados em grandes territórios desocupados, ao passo que na Europa o território é densamente humanizado e como tal há a necessidade de integrar a população que o habita. Aquando da sua criação, havia no interior do PNPG mais de uma centena de povoações relativamente pouco desenvolvidas e de difícil acesso.

Desta forma o Parque Nacional teve de considerar a especificidade do contexto. O território é então dividido em duas áreas: uma zona denominada inicialmente por “Pré-Parque”, que corresponde ao conceito de um espaço habitado que inclui as Reservas Turísticas e as Reservas Paisagísticas, funcionando como uma zona tampão;

E uma segunda zona, denominada “Parque Propriamente Dito”, mais próxima do modelo americano, que corresponde à Reserva Natural, uma área selvagem sem intervenção humana, onde apenas o gado acedia em pastoreio e onde a poluição mecânica é proibida e ainda as Reservas Integrais, zonas totalmente protegidas que se localizam dentro das Reservas Naturais.

A adesão e apoio dos portugueses à criação do Parque não foi imediata, surge através de intervenções, conferências e de escritos que o próprio Lagrifa Mendes desenvolveu e ainda da ajuda de alguns silvicultores. No entanto não foi totalmente aceite inicialmente, daí ter sido primeiro inaugurado antes de ser formalmente criado.

O próprio Plano Diretor, além dos objetivos de proteção natural, pretendia ainda promover as populações residentes através da troca de conhecimentos com os visitantes, visando o desenvolvimento económico e ao mesmo tempo tentando conjugar a convivência entre os habitantes e os espaços verdes. Na tentativa de se disciplinar, foram criadas diversas zonas de reserva, com diferentes níveis de proteção, “no Parque Propriamente Dito foram desde logo delimitadas zonas de proteção integral, nomeadamente os carvalhais do Ramiscal e de Albergaria, o sobreiral da

Ermida e a Mata de Cabril; no Pré-Parque também se traçaram áreas com maior ou menor proteção, consoante fossem zonas agrícolas ou zonas habitadas, denominadas reservas paisagísticas e reservas turísticas.”<sup>30</sup>

O Parque Nacional tentou assim preservar a natureza através dessas restrições sem que as mesmas prejudicassem os residentes locais, é exemplo disso o caso das indemnizações das populações pelos prejuízos comprovadamente causados pelo Lobo.

Houve também uma tentativa de integrar a população na dinamização do Parque Natural. Uma das estratégias delineadas incidia sobretudo no turismo de natureza de que é exemplo o aproveitamento das antigas casas de guarda-florestal para abrigos de montanha<sup>31</sup>, numa altura em que já não eram utilizadas como habitação dos guardas-florestais. Após a melhoria das condições de acesso e dos meios de transporte, o que permitia a deslocação dos guardas-florestais para os centros urbanos, estas casas tornaram-se vítimas de abandono. As mudanças na Direção-Geral de Florestas no pós 25 de Abril também contribuíram para o abandono das políticas de florestação anteriormente defendidas.

Assim tentou-se inculcar nos habitantes a possibilidade de arrendamento das suas próprias habitações “com equipas a sensibilizar as populações no sentido de melhor explorar as potencialidades turísticas e de preservar a arquitetura tradicional”<sup>32</sup>. Inicialmente assistiu-se a uma forte resistência por parte dos locais em aderir a este paradigma. No entanto na sequência das transformações dos refúgios de montanha surgem algumas vantagens, tais como: desenvolvimento do comércio e serviços locais; melhoria de acessibilidades; investimento na rede de telecomunicações.

Também foi criada uma sede dos serviços do Parque em Braga, local estratégico pela facilidade de encontrar pessoal administrativo qualificado, a par de divisões territoriais para a gestão do Parque nas zonas de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Gerês e Montalegre. O Plano Diretor ainda previa a construção das Portas, isto é, postos de acolhimento para informações e apoio aos visitantes.

---

<sup>30</sup> MACEDO 2011, 9.

<sup>31</sup> Trata-se de Casas de Guarda Florestal inseridas no Turismo de Natureza, que foram objetos de remodelações com vista a proporcionar um acréscimo de conforto ao turista e uma proximidade com o espaço natural e selvagem.

<sup>32</sup> MACEDO 2011, 9.

No entanto a instabilidade política do pós 25 de Abril não foi favorável para a concretização das propostas previstas. Em setembro de 1975, sob a tutela da novel Secretaria do Estado do Ambiente, foi criado um Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico<sup>33</sup>, e a Lei de Bases da Conservação da Natureza<sup>34</sup> foi substituída pelo Decreto de Lei nº 613/76, de 27 de julho atribuindo ao Serviço Nacional de Parques a gestão dos Parques e Reservas. Desta forma o Parque Nacional da Peneda-Gerês perde a autonomia que possuía sendo apenas nos finais de 1979, que o governo reforça o poder do Parque com a publicação do Decreto de Lei nº 519-C/79, de 28 de dezembro. Desta forma o Parque deixa de ser chefiado pela Direção dos Serviços Florestais e passa a depender diretamente do Secretário de Estado da Agricultura e Pescas.

Posto isto a principal preocupação do Parque Nacional era a de conferir valor jurídico ao Plano Diretor visto que este continuava a ser uma mera publicação interna do Parque que servia de orientação para a ação dos seus técnicos. Também pretendiam elaborar uma Lei Orgânica<sup>35</sup> que permitisse cumprir de forma eficaz o que nele se preconizava.

No entanto as limitações orçamentais causadas pela crise económica que o país atravessava na década de 80 fizeram com que as duas primeiras propostas da Lei Orgânica fossem recusadas por serem demasiado dispendiosas.

A crise fez-se também sentir nas atividades do Parque, sendo adiadas algumas das propostas previstas no Plano Diretor, no entanto o facto de possuir uma autonomia financeira permitiu o avanço de novos equipamentos assim como a manutenção do património. Graças às receitas obtidas com a venda de madeiras e atividades turísticas de que são exemplo os parques de campismo, foi possível criar o Museu de Ermida, abrir novos trilhos e transformar mais casas de guarda-florestal em abrigos de montanha. Após uma folga orçamental conseguiu-se construir um Centro de Recuperação de Aves e ainda uma Central de Meleira para incentivo da produção local de mel. É também nesta altura que finalmente a Secretaria de Estado da Agricultura aprova a terceira proposta da Lei Orgânica em 1983, onde as designações são alteradas para Área de Ambiente Rural e Área de Ambiente Natural.

---

<sup>33</sup> Decreto-Lei nº 550/75, de 30 de setembro.

<sup>34</sup> Lei nº 613/76 de 27 de julho.

<sup>35</sup> MACEDO 2011, 11.

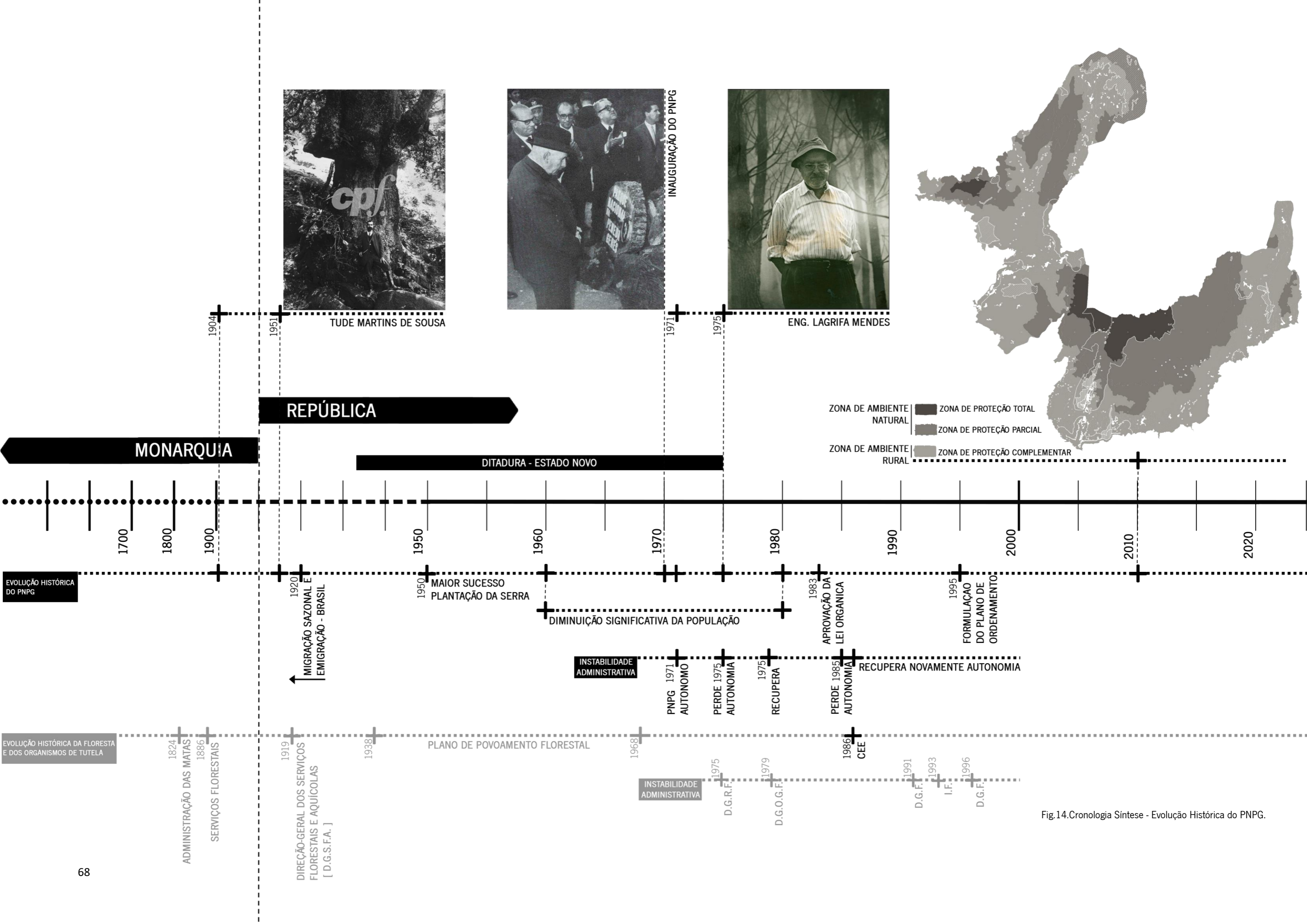


Fig.14.Cronologia Síntese - Evolução Histórica do PNPG.

Quando finalmente parecia que tudo estava numa boa direção o Parque perde novamente autonomia administrativa e financeira assim que a Secretaria de Estado da Agricultura muda a gerência do Parque Nacional da Peneda-Gerês para o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza<sup>36</sup>. Assim como descrito no Decreto-Lei n.º 403/85, de 14 de outubro, o Parque perde as receitas próprias possuindo agora uma dotação anual. A Área de Ambiente Rural e dois pequenos módulos da Área de Ambiente Natural passam a estar sob tutela dos Serviços Nacionais de Parques enquanto o restante pertence à Direção-Geral das Florestas. É apenas com o Governo seguinte que o Parque repõe unidade através do Decreto-Lei n.º 126/86, de 2 de junho.

Torna-se assim necessário a formulação de um Plano de Ordenamento uma vez que o Serviço Nacional de Parques já possuía um quadro orgânico definido para todas as áreas protegidas<sup>37</sup>. Com a aprovação desse plano em 1995, que tinha como objetivo a defesa não só da riqueza natural como também das populações, são alteradas as divisões da Área de Ambiente Natural e de Ambiente Rural relativamente ao anterior Plano Diretor definido pelo Eng. Lagrifa Mendes.

A primeira dispõe de um aumento geral dividido em três zonas de proteção: a proteção total, que visa preservar locais ou elementos com valores naturais físicos e biológicos únicos, raros, ameaçados ou representativos que do ponto de vista da conservação da natureza são notavelmente relevantes; A zona de proteção parcial, que “contem valores significativos e de grande sensibilidade ecológica, nomeadamente do valor florístico, geomorfológico e culturais”<sup>38</sup>; E por último a zona complementar que estabelece a ligação com a Área de Ambiente Rural, esta dividida em zonas com proteções distintas dependendo dos usos existentes.

Com a entrada de Portugal na CEE, surge uma nova estratégia que defende o progresso sustentável das áreas protegidas<sup>39</sup>, o que levou à participação das autarquias aspirando o desenvolvimento local. O Parque tira ainda partido dos fundos comunitários o que permite retomar a ideia da construção das Portas e investir nas infraestruturas das aldeias. Em prol do desenvolvimento local surge a Adere-Peneda Gerês, uma associação que conjuga o Parque Nacional e os

---

<sup>36</sup> Este organismo veio substituir o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico em 1983.

<sup>37</sup> Decreto-Lei n.º 4/78 de 11 de janeiro.

<sup>38</sup> SILVA 2011, 164.

<sup>39</sup> Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro

cinco Municípios que o compõe, estando responsável pela exploração dos equipamentos turísticos como os parques de campismo e as casas-abrigo.

Reformulado pela lei 136/2007, o Instituto da Conservação da Natureza, criado a 24 de maio de 1995, ao qual pertence a tutela do Parque, passa a incorporar a questão da Biodiversidade. Não só houve a alteração de nome para Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade como também a gestão do PNPG passa a ser feita pelo Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Norte de Portugal. Apesar daquilo que se pretendia (uma afirmação na política ambiental e melhores condições de gestão), as especificidades territoriais perdem vantagem sob uma lógica geral.

Segundo os textos de SILVA (2011), em *O Gerês de Bouro a Barroso*, desde os finais da década de 90 registou-se a falta de linhas estratégicas no Parque Nacional, relacionada com uma excessiva e preocupante burocracia e com a mudança constante dos responsáveis na direção, o que trouxe consequências à gestão do Parque, fragilizando-o e impedindo-o de desenvolver as políticas necessárias. Também GAMA (2009), confirma que a falta de planeamento a longo prazo tem prejudicado a valorização do património em causa, devido aos constantes ciclos políticos e consequentes interesses de quem o gere, com mudanças de projetos demasiado breves que acabam por agravar os impactos negativos já existentes.

No início do século XXI surgem grandes contradições que resultam das políticas e dos regimes herdados, tais como a construção de barragens que tanto põe em causa a destruição de patrimónios antigos como a transformação da paisagem, como aconteceu em Vilarinho das Furnas. Denota-se uma grande rutura entre o natural e a atividade humana resultante sobretudo da escassez de recursos e o consequente desânimo das populações residentes que incentiva a migração, assim como o abandono das atividades culturais serranas.

Este afastamento populacional leva à destruição do coberto vegetal, pelos fogos e queimadas não controladas, acelerando os fenómenos erosivos. O abandono da agricultura como principal atividade, torna os habitantes cada vez mais dependentes da atividade turística, debatendo-se agora com a pressão descontrolada do setor.

Deste modo, a ausência de uma estratégia global e a falta do envolvimento das populações na gestão deste património faz com que o Parque Natural perda cada vez mais as especificidades que o caracterizam. É preciso ter em consideração que estes espaços devem-se articular



com a evolução das sociedades urbanas, sendo assim necessário elaborar estratégias de ordenamento que evitem a degradação das áreas naturais e ao mesmo tempo incentivem o reanimar do património social e cultural.

Esta procura de conciliar o Humano com o meio Natural só pode beneficiar a reflorestação, uma vez que as novas técnicas silvícolas podem prevenir os fogos ou outras degradações da floresta, mas nunca seriam bem-sucedidas num espaço totalmente despovoado.

A antiga agricultura de subsistência poder-se-ia converter em agricultura de autoconsumo para a população local, mantendo-se ainda a pastorícia vocacionada para a produção de carne ou derivados do leite. O que consequentemente vai contribuir para o impedimento das propagações dos fogos florestais e assegurar uma maior vigilância da região. Ao mesmo tempo, a arborização e a gestão da floresta projetada pelo Estado por intermédio da Direção Geral das Florestas deveria harmonizar as potencialidades dos espaços verdes com as atividades serranas, em vez de as sectorizar de forma agressiva.

## Entendimento atual

A criação de um Parque Natural, inspirado no modelo americano que teve origem com o Parque Nacional do Yellowstone em 1872, implica em Portugal, adaptações consideráveis, uma vez que também importa preservar o património cultural que o integra. Assim, graças às realidades únicas de povoamento, foi prometido um papel participativo das populações nas decisões do Parque de modo a alcançar os objetivos traçados no plano diretor.

Inicialmente, através dos fundos comunitários europeus, conseguiu-se criar um equilíbrio entre os objetivos de conservação da natureza e a promoção da economia no Parque. No entanto, a contínua limitação de apoios prejudicou os projetos de desenvolvimento onde ainda se acrescentou o desanimo da população. Apesar das atividades turísticas terem sido fundamentais para o apoio à economia local, a população viu-se constringida a abandonar a vida agropastoril. As decisões políticas do Parque anteciparam o despovoamento do território, o que conduziu ao estado atual: aldeias com uma população muito envelhecida, em risco de desertificação pela falta de medidas para incentivar a fixação de populações.

Cinquenta anos após a criação da primeira área protegida em Portugal e única com o estatuto de Parque Nacional, o equilíbrio entre a vida selvagem e o Humano está longe de ser alcançado. Denota-se um afastamento dos objetivos iniciais de preservação e conservação na criação do Parque, predominando a usufruição intensiva do património.<sup>40</sup>

Se aquando da criação do PNPG houve a preocupação em integrar a população uma vez que o território era habitado, hoje a usufruição humana prevalece aos princípios de conservação do meio ambiente. Sente-se a falta de alternativas para o equilíbrio entre a natureza, a população residente e os seus visitantes.

Há uma clara contradição nas medidas que atualmente são tomadas no Parque das previstas na sua origem. É incoerente o foco dado às infraestruturas que proporcionam um maior interesse turístico para a região, como é o caso da implantação de um teleférico<sup>41</sup> desde o Gerês até à Pedra Bela<sup>42</sup>.

A manutenção de áreas balneares em espaços de maior importância é também contraditória, uma vez que além de incentivar a fruição intensiva dos lugares, afeta a conservação do

---

<sup>40</sup> LUSA 2020.

<sup>41</sup> GOMES 2021.

<sup>42</sup> Em Terras de Bouro.

ecossistema. Para além do mais, é nestas zonas de lazer que acontecem acidentes graves, alguns dos quais mortais. O presidente da câmara de Terras de Bouro salienta que, a partir de maio, quando chegam os dias de verão, são vários os acidentes que ocorrem nas cascatas e no rio Homem ou do Gerês. Acrescenta ainda a ocorrência de turistas desorientados na montanha obrigando equipas de salvamento a realizar resgates durante a noite.

Esta crescente pressão sobre a reserva natural tornou necessário o aumento do corpo de vigilância do PNPG, com a criação do Centro de Socorro e Resgate de Montanha<sup>43</sup>, o que é revelador da atual pressão turística. Surgem ainda outras iniciativas como o Programa Anual de Caminhadas Guiadas que promove a divulgação do património cultural e natural. Um turismo de montanha que oferece caminhadas com vários graus de dificuldade, mas incapaz de gerir o número de visitantes ou o seu comportamento.

Por outro lado, a pressão do trânsito automóvel, essencialmente nos meses de verão, em zonas sensíveis do Parque continua a ser uma realidade. A abundância de zonas propícias a banhos como lagoas, rios e cascatas traduz-se na concentração de turistas que põem em risco a defesa e equilíbrio natural do parque, uma vez que a sua maioria se localiza em espaços de grande importância para a conservação do ecossistema.

Como atualmente a população vive essencialmente do turismo, pela falta de motivação à prática de atividades agropastoris, surgem alternativas que incentivam a visita de turistas durante todo o ano. São criados equipamentos capazes de serem utilizados fora da época balnear, como baloiços ou passadiços, responsáveis pelo aumento da pressão humana, automóvel e acumulação de resíduos. Quando, por outro lado, permanece a necessidade de criar melhores condições na deslocação local, como transportes públicos regulares para os centros das vilas. Isto é, criar condições que contrariem o isolamento das aldeias em que a população é essencialmente envelhecida uma vez que os residentes são os principais responsáveis pela preservação atual do território. Assim como carece de controlo dos visitantes nos períodos de condicionamento.

A população residente é então obrigada a ter carro para se deslocar visto que as distâncias aos serviços de saúde e escolas é considerável. Há um claro contraste entre os grandes centros urbanos, com fáceis acessos a transportes públicos e as regiões rurais, especialmente serranas, onde esses serviços não são garantidos.<sup>44</sup> A falta de condições para quem aqui habita é uma

---

<sup>43</sup> MOREIRA 2021.

<sup>44</sup> ADRIÃO 2021.

urgência do meio serrano, já que um dos fatores que legitima a qualidade do Parque são os costumes e práticas ancestrais. Contudo estas tendem a desaparecer quando não são tomadas medidas para garantir a sua continuidade.

Em entrevista ao jornal Público Paulo Carvalho, pastor natural de Ermida, teme que um dia a prática da vezeira<sup>45</sup> desapareça devido à má gestão dos baldios, ao despovoamento e envelhecimento das aldeias de montanha.<sup>46</sup> As promessas de apoios à população ainda ligada à agricultura e ao pastoreio acabam por ter demasiados atrasos que têm graves consequências no PNPG. O zelo pela sobrevivência do gado resulta no abate do lobo-ibérico, espécie em risco de extinção, através de técnicas como as do fojo, as batidas ou os cercos.<sup>47</sup> Mas além da demora das remunerações pela perda de gado, também há quem se aproveite dos subsídios disponibilizados, deixando os animais abandonados na montanha sem qualquer supervisão e na maior parte das vezes, sem sequer residir no Parque.

Também as armadilhas de caça de outros animais contribuem para o desaparecimento do lobo. Atividade esta que, também não respeita os princípios ambientais que deveria, ainda para mais quando não se trata de uma caça de subsistência, mas recreativa.<sup>48</sup>

Alguns residentes, revoltados com a constante degradação do PNPG, desabafam acerca da falta dos guardas-florestais, uma vez que não permitiam que acontecimentos deste género se sucedessem. O desfecho da profissão resultou em incêndios vários que “lavraram” o coberto vegetal do Parque Nacional Peneda-Gerês pela falta de limpeza das matas e florestas. O difícil acesso a estas áreas, dificultam o trabalho dos operacionais, tornando-se por vezes, necessário meios aéreos no combate às chamas, o que põe em risco as matas protegidas pela facilidade de propagação.<sup>49</sup>

A par dos incêndios rurais e da pressão turística, a expansão de espécies exóticas tem-se destacado como uma das principais ameaças à conservação da natureza. Hoje, mais do que nunca, é necessário salvaguardar estes espaços de biodiversidade, com florestas únicas pela extensa área de plantas autóctones.

---

<sup>45</sup> A vezeira é uma prática tradicional do pastoreio comunitário. Consiste na junção do gado de vários proprietários de uma aldeia, que durante os meses quentes são pastoreados à vez em terrenos comuns.

<sup>46</sup> MAIA, 2021.

<sup>47</sup> MAIA, 2020.

<sup>48</sup> SILVA, 2022.

<sup>49</sup> LUSA, 2020.

A prioridade dos investimentos deveria concentrar-se nos princípios de proteção e recuperação e não no seu consumo excessivo. Hoje, o Parque Nacional confunde-se com um parque de diversões turístico. Há um confronto entre habitats naturais, fauna e flora e a proliferação de infraestruturas humanas que aceleram a degradação do património. Para recuperar a natureza exige-se um plano a longo prazo e com objetivos definidos que exigem tempo. No entanto as fragilidades de gestão do território resultam em alternativas imediatas, que estão hoje, sobretudo ligadas a objetivos de desenvolvimento económico, sem serem postas em causa as consequências do futuro.



## **CAPÍTULO II | A casa do Guarda-Florestal**

Modelos Arquitetónicos: Construção de um Arquétipo;

Caracterização da Casa do Guarda-Florestal:

Implantação;

Organização Funcional;

Sistema Construtivo;

Imagem;





## **Modelos Arquitetónicos: Construção de um Arquétipo;**

*“(...) estas arquiteturas esquecidas devolvem-nos hoje a exata dimensão cultural de um longo período da história portuguesa, a sua desconfiança do fenómeno urbano, a utopia ruralista ou o respeito pelos grandes estilos do passado; mas também através do exercício historicista se redescobriam e revalorizavam materiais e técnicas construtivas e se forjou uma coerente ideia de património, já não atuante, é certo, mas essencial para a política de recuperação de monumentos realizada entre nós durante mais de cinco décadas.”<sup>50</sup>*

---

<sup>50</sup> FERNANDES 2003, 7.

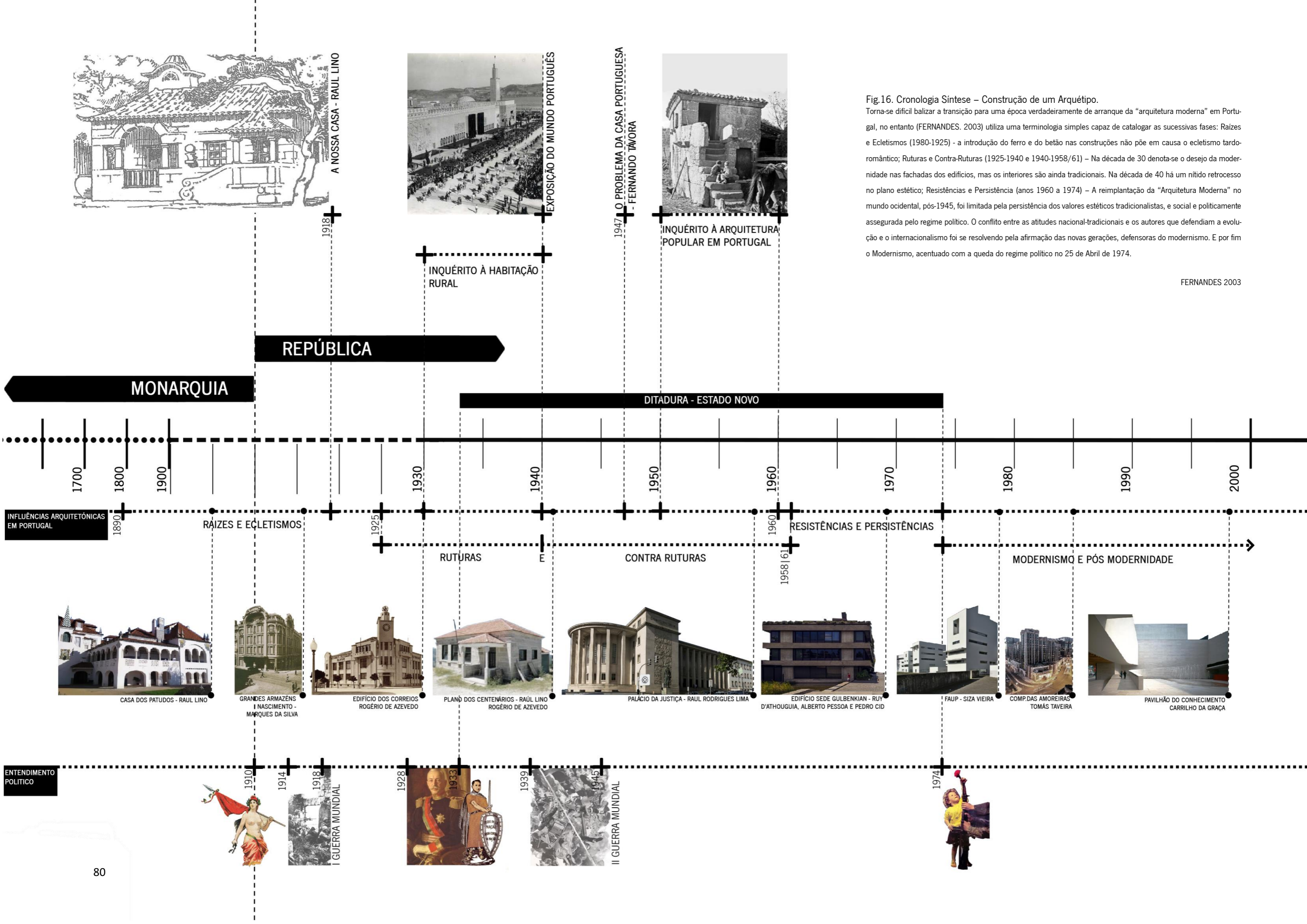


Fig.16. Cronologia Síntese – Construção de um Arquétipo. Torna-se difícil balizar a transição para uma época verdadeiramente de arranque da “arquitetura moderna” em Portugal, no entanto (FERNANDES. 2003) utiliza uma terminologia simples capaz de catalogar as sucessivas fases: Raízes e Eclétismos (1980-1925) - a introdução do ferro e do betão nas construções não põe em causa o eclétismo tardorromântico; Ruturas e Contra-Ruturas (1925-1940 e 1940-1958/61) – Na década de 30 denota-se o desejo da modernidade nas fachadas dos edifícios, mas os interiores são ainda tradicionais. Na década de 40 há um nítido retrocesso no plano estético; Resistências e Persistência (anos 1960 a 1974) – A reimplantação da “Arquitetura Moderna” no mundo ocidental, pós-1945, foi limitada pela persistência dos valores estéticos tradicionalistas, e social e politicamente assegurada pelo regime político. O conflito entre as atitudes nacional-tradicionais e os autores que defendiam a evolução e o internacionalismo foi se resolvendo pela afirmação das novas gerações, defensoras do modernismo. E por fim o Modernismo, acentuado com a queda do regime político no 25 de Abril de 1974.

FERNANDES 2003

O século XX revelou-se um período de conteúdos contrastantes da arquitetura portuguesa, seja no processo de afirmação identitária, seja na procura e assimilação da modernidade. A arquitetura da casa do guarda-florestal está associada a um quadro assumidamente nacionalista que se revela sobretudo na década de 40 “como uma reação estilística de tipo conservador e historicista”<sup>51</sup>. Portanto o seu carácter específico advém essencialmente do contexto político em que surgiu. A chamada arquitetura do Estado Novo impõe-se de modo complexo e polémico, confrontando-se o panorama arquitetónico entre discursos, muito mais do que meramente estilísticos.

A situação política e económica, no Portugal pré-revolução de abril, atravessou vicissitudes decorrentes da implantação da república, da participação na primeira Guerra Mundial, instabilidade governativa e instauração do Estado Novo, a instauração do regime ditatorial de Salazar, que perdurou durante 48 anos.

No contexto antecedente à II Guerra Mundial, a arquitetura produzida, adquiriu uma importância crucial enquanto veículo de afirmação do regime político. Assim, a promoção de habitação, equipamentos, infraestruturas e eventos efémeros, expressava uma ideia de família, trabalho e pátria em concordância com a ideologia do regime. “O discurso científico, teórico e académico sobre a arquitetura habitacional encontra-se dominado por um quadro terminológico de semânticas ambíguas, naturalmente relacionadas com contextos culturais, históricos ou socioeconómicos específicos.”<sup>52</sup>

Tal como em toda a Europa, após os inquéritos relacionados com a higiene, o governo preocupou-se sobretudo, no alojamento de classes trabalhadoras, suportando assim a estratégia de desenvolvimento agrícola e industrial. A par da importância da floresta descrita em capítulos anteriores que justifica o papel do Guarda-Florestal, são claras as oportunidades provenientes dos produtos florestais para a indústria.

Surge assim a necessidade de refletir acerca dos tipos de habitação que respondessem à imagem do regime e à ideia de “casas económicas”<sup>53</sup>, procurando-se compensar a crise de habitação. Neste âmbito, é possível relacionar as tipologias das casas económicas com as casas de

---

<sup>51</sup> FERNANDES 2003, 17.

<sup>52</sup> LAMEIRA 2019, .29.

<sup>53</sup> “Termo utilizado para identificar soluções de baixo custo de resposta à falta de habitações para as classes mais desfavorecidas.” LAMEIRA 2019, 106.

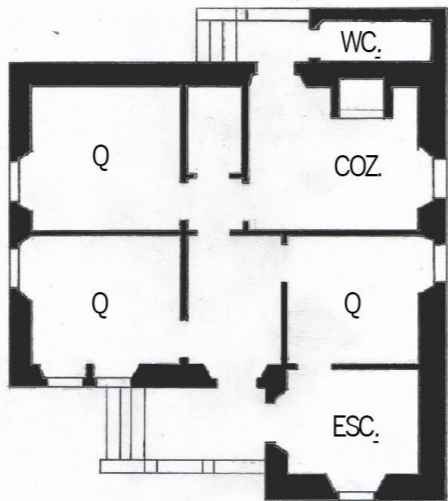


Fig.17. Alçado frontal – Casa Florestal de Leonte. PNPG

Fig.18. Desenho esquemático.

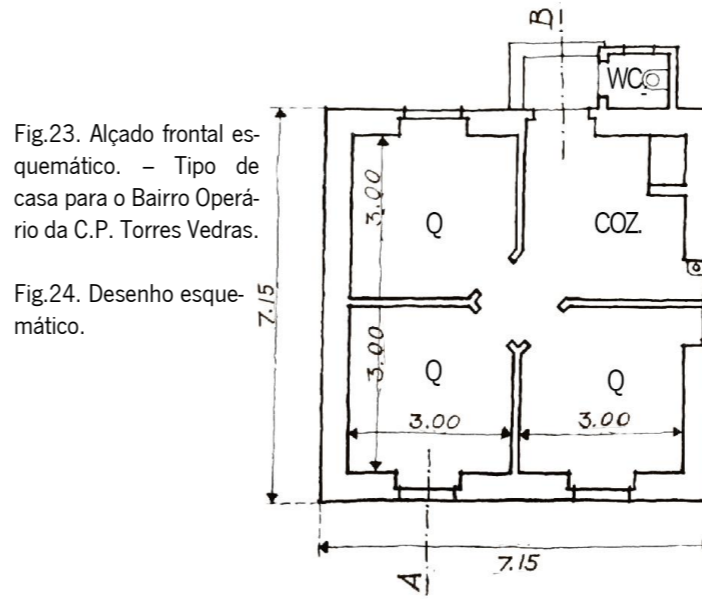


Fig.23. Alçado frontal esquemático. – Tipo de casa para o Bairro Operário da C.P. Torres Vedras.

Fig.24. Desenho esquemático.

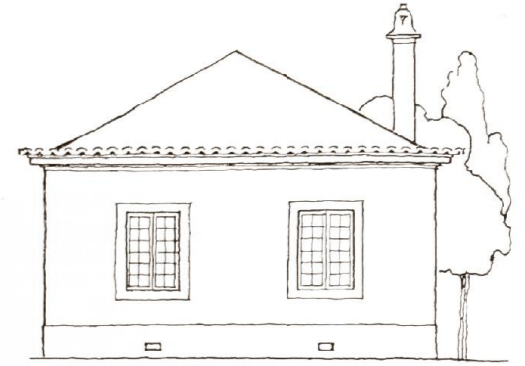


Fig.19. Alçado Frontal esquemático – Projeto de casa para um guarda. Serra da Boa Viagem. Figueira da Foz. Raul Lino. 1922

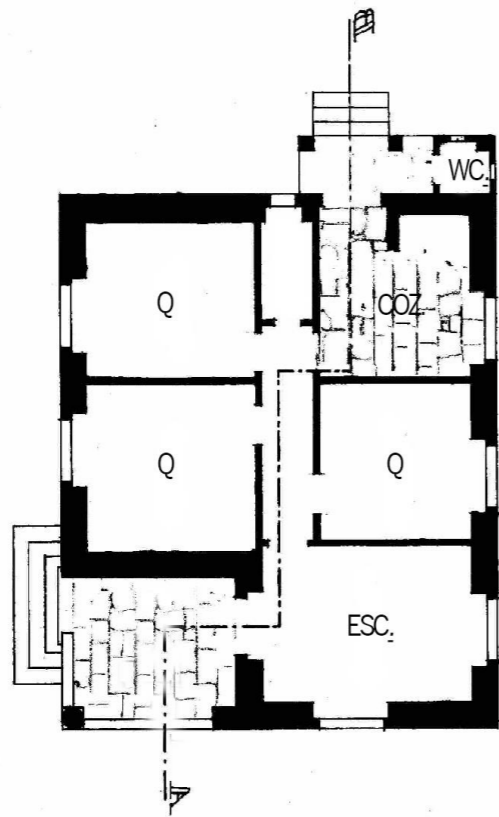


FIG.20. Desenho esquemático. Raul Lino. 1922

Fig.25. Alçado frontal – Casa Florestal da Gavieira. PNPG

Fig.26. Desenho esquemático.

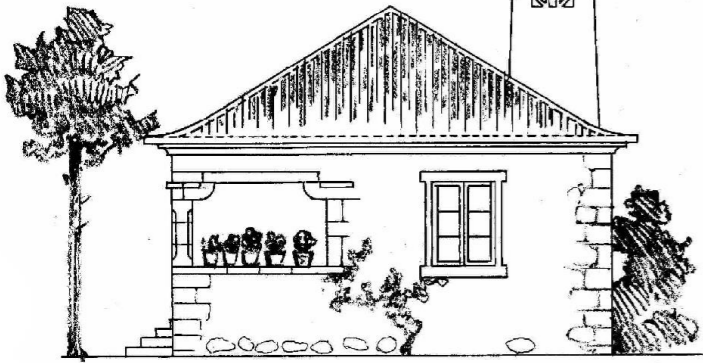
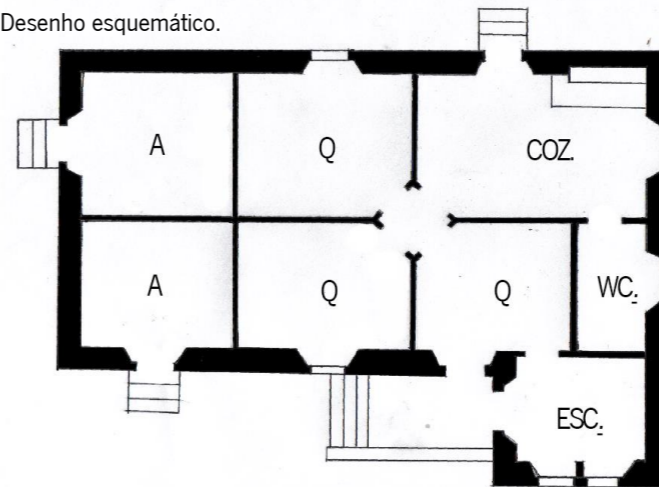
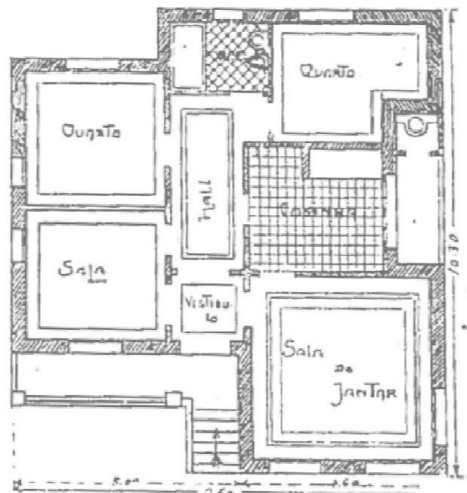


Fig.21. Alçado Frontal esquemático – Casa Barata – Projeto do G.A. da Arquitetura Portuguesa.

Fig.22. Desenho esquemático.



guarda-florestal pela simplicidade da construção, pelo corpo saliente do escritório e pelo dimensionamento da habitação. Por exemplo, poderemos constatar tal facto através da Casa do Guarda-Florestal da Gavieira e o tipo de casa desenvolvido para o Bairro Operário da C.P. em Torres Vedras, onde se denota uma clara referência na distribuição dos diferentes compartimentos da casa.

A Casa económica, expressa ainda a ânsia por uma arquitetura portuguesa, questionava-se sobretudo “em que estilo construir”, debate multidisciplinar com origem em finais do século XIX e prolongado pelo século XX, ainda que com diferentes formulações.

A preferência pelas formas decorativas de “cunho retrogrado” trata-se de uma reação ideológica do regime contra os “excessos” e radicalismos das propostas modernas.

É sobretudo nas obras de pequeno equipamento que se intensifica o tema “da casa portuguesa”<sup>54</sup>, onde é defendido um tipo específico de habitação popular, presumivelmente de características nacionais. Este movimento, cujos antecedentes remontam a 1890, foi sem dúvida a expressão que vigorou durante o regime como representação da nação.

De entre outros autores, foi o arquiteto Raul Lino (1879-1974) quem defendeu esta arquitetura de pendor nacionalista. O seu repertório, tais como *A Nossa Casa*, de 1918, assim como *Casas Portuguesas*, de 1933, tornaram-se “uma base importante para o firmar da futura arquitetura de feição regional-tradicional do Estado Novo”<sup>55</sup>, onde as propostas que surgem do modelo da casa portuguesa servem ainda de inspiração para os programas de habitação social e equipamentos públicos.

Anti modernista e de cariz conservador, estabeleceu uma série de princípios contrários às intenções inovadoras do moderno que surgiam na mesma época, Raul Lino presava pela “atenção à proporção e disposição geral, na planta como nos alçados; paredes de caiação, branca e em cor, nos vãos moldurados; cobertura de telha sanqueada com a graciosa curva tradicional e beiral; utilização de alpendre; revestimento azulejar”.<sup>56</sup> Decorrendo destes temas, Lino sugeria séries tipológicas que poderiam ser aplicadas fosse no Norte, Centro ou Sul.

A adoção de um formulário oficial para a arquitetura obriga a aplicação das referências

---

<sup>54</sup> “Arquitetonicamente tem uma caracterização ambígua que dessa maneira molda as suas formas e estilos. Trata-se de uma edificação (não exclusivamente habitacional) que amalgama elementos oriundos de diferentes expressões e culturas. Assim, pode variar, numa composição livre, entre elementos de gosto popular e elementos da arquitetura erudita, construindo sempre a vontade de legitimar uma tradição supostamente genuína e base da nação.” LAMEIRA 2019, 107.

<sup>55</sup> FERNANDES 2003, 44.

<sup>56</sup> Idem.



Fig.27. Alçado frontal – Casa de Cantoneiro de Ervedal da Beira.

Fig.28. Desenho esquemático.

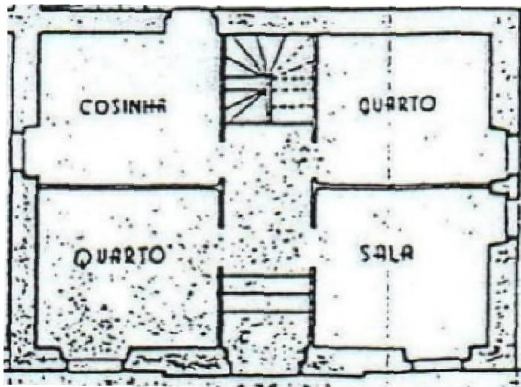
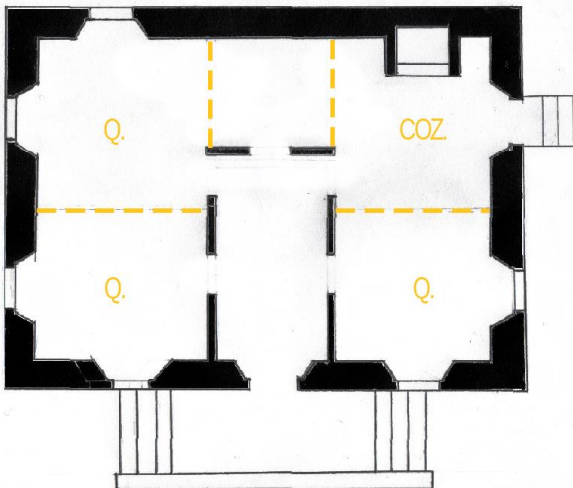


Fig.29. Alçado frontal – Casa Florestal do Videiro, PNPG.

Fig.30. Desenho esquemático.



tradicionalistas na encomenda pública. Revela-se assim um período contraditório onde a renúncia do modernismo conduz a um nítido retrocesso estilístico, apoiado por atitudes revivalistas, em prol de uma estética própria do estado que se afirma sobretudo em 1940 com a exposição do Mundo Português.

A diversidade dos programas desenvolvidos reúne-se sob uma expressão arquitetónica coesa, sejam equipamentos bancários, da justiça, de saúde, comunicação ou até os de educação, que no caso foram elaborados modelos tipológicos “regionalizados”<sup>57</sup> de escolas por Raul Lino e Rogério de Azevedo<sup>58</sup>. O mesmo aconteceu com os edifícios de apoio à reflorestação do país, projetos-tipo elaborados segundo um programa base previamente estabelecido. Desta atividade de florestação resulta uma significativa alteração da paisagem no território português, sendo este o caso que mais interessa focar por estar associado à construção das casas do guarda-florestal, um exemplo da arquitetura do regime do setor agrícola.

Tanto as escolas do Plano dos Centenários, como as casas dos cantoneiros evidenciam características semelhantes a algumas habitações florestais. Apesar da organização distinta possuem proporções aproximadas, de acesso central e construídas segundo orçamentos reduzidos, daí a utilização dos materiais endógenos. Na investigação de David Rodrigues (RODRIGUES, D. N. C. 2019) é feita a comparação entre a Casa de Cantoneiro de Ervedal da Beira e a Casa Florestal da Garcia inserida no Pinhal de Leiria, as quais possuem uma aproximação muito evidente, tanto nos aspetos formais como no desenho da planta. No entanto, o Parque Nacional da Peneda Gerês possui também um exemplo que se pode relacionar com ambas, a Casa Florestal do Videiro.

A casa arquetípica do gosto “Estado Novo”, descrita por Fernandes (2003) em *Português Suave*, lê-se na perfeição na casa do guarda-florestal. “Uma ampla cobertura em telha (vidrada nos casos mais luxuosos) com beiral (...); as fachadas, pintadas de branco ou cores claras (sugerindo a caiçã), incorporarão a utilização de pedra no soco e nas molduras dos vãos, nestes por vezes com estilização classicizante; incluirá portadas de madeira, pintada de verde, na proteção desses vãos. Apresentará ainda, se possível, um alpendre coberto, ou avarandados com coberturas em telha justapostas ao corpo principal; e algum trabalho em azulejos ou cerâmica com moti-

---

<sup>57</sup> MONIZ, G. C. (2005). Pág.68-79.

<sup>58</sup> Dos vários programas desenvolvidos resultam diferentes tipos de expressão arquitetónica que se justifica pela dicotomia dos autores na experimentação do moderno e subordinação a formulários da arquitetura do regime.

\*NOTA - O tracejado amarelo, trata-se de uma suposição da organização espacial pela impossibilidade de acesso ao interior da casa, no entanto, foi possível através da fachada fazer uma interpretação da mesma. Também se supõe a existência de revestimento no passado, aproximando-se da imagem da Casa de Cantoneiro.

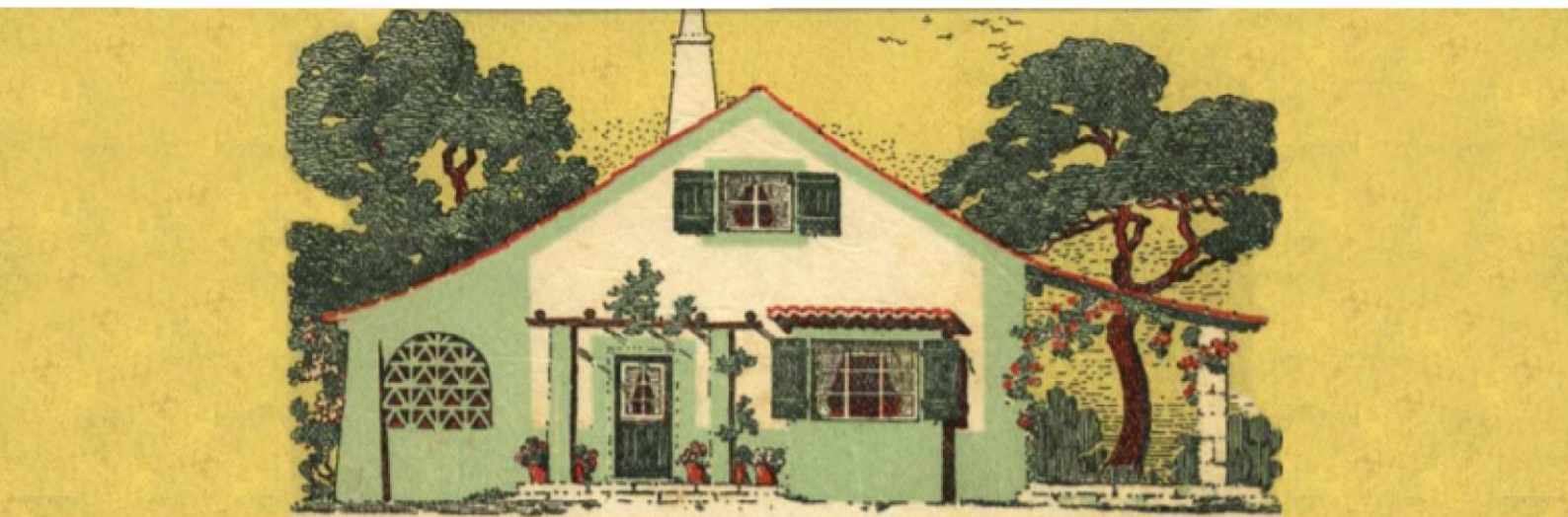


Fig.31. Ilustração Casas Portuguesas. Raul Lino



vos tradicionais, e peças em ferro forjo, com floreiras, catava-ventos e portões. É a “Casa Portuguesa” que regressa em forma!”<sup>59</sup>

Após a primeira edição do *Inquérito à Habitação Rural (1930-1940)*, começam a manifestar-se cada vez mais opositores ao movimento da casa portuguesa. Inicialmente apoiado pelo regime, o inquérito procurou relacionar as condições socio—económicas com as condições de habitação e entender como ambas se associam. No entanto, acabou por ser utilizado pela oposição como arma contra o regime quando foram reveladas as más condições de vida, tornando-se uma prova do falhanço político do governo e uma prova de que a imagem “romântica” de Raul Lino não correspondia à realidade.

Em relação à casa portuguesa, esta era sempre olhada a partir do exterior definindo um programa estético, já no *Inquérito da Habitação Rural* ela é mostrada a partir de dentro, em busca de melhores condições de vida para as famílias que nela habitam.

No entanto, as conclusões do inquérito foram insuficientes para contrariar o movimento da casa portuguesa visto que correspondem aos anos de afirmação do regime, suportada sobretudo por António Ferro com a “Campanha de bom gosto” e outras iniciativas<sup>60</sup> que exploram a casa como símbolo da nacionalidade.

A publicação do artigo *O problema da Casa Portuguesa* em 1947, pelo arquiteto Fernando Távora, foi um dos apelos iniciais para a formulação de um inquérito sobre a arquitetura em Portugal, no entanto, a sua concretização apenas se realiza dez anos mais tarde. É sobretudo em 1948, no I Congresso Nacional de Arquitetura que a ação de resistência contra a arquitetura do Estado Novo ganha maior expressão, multiplicando-se as referências do modernismo e onde se intensifica o questionamento da arquitetura do regime. É neste panorama que surge em 1955, o *Inquérito da Arquitetura Popular em Portugal*, pela urgência de um conhecimento mais detalhado da arquitetura vernacular do país.

Fernando Távora, acreditava que o estudo da Arquitetura Portuguesa ainda não estava feito, daí a urgência de o concretizar, visto que a “verdadeira casa popular” possa dar «grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é mais funcional e a menos fantasiosa, (...) aquela que está mais de acordo com as novas intenções».<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> FERNANDES 2003, 168.

<sup>60</sup> Iniciativa utilizada para a promoção da ideologia salazarista. Existiu ainda um concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal e a exposição do mundo português.

<sup>61</sup> LEAL 2000, 175.



## **Caracterização da Casa do Guarda-Florestal**

*No meio das árvores, a casa é vestígio frágil de urbanidade e da presença do Homem na floresta. É o “ponto” no meio da folha de Fernando Távora que organiza o espaço\*, e daí o meu fascínio.*

*\*Em “Da organização do Espaço”, Fernando Távora começa o capítulo, “Dimensões, Relações e Características do Espaço Organizado”, escrevendo que “quando sobre uma folha de papel branco marcamos um ponto, poderemos dizer, embora convencionalmente, que esse ponto organiza tal folha, tal superfície, tal espaço”<sup>62</sup>*

---

<sup>62</sup> TEIXEIRA, P. (2016) Pág.21.



## **Implantação**

Tal como descrito no capítulo anterior o território português caracteriza-se pelos avanços e recuos de uma política florestal. O investimento nos trabalhos de reflorestação por parte do Estado Português conduziu à criação de um conjunto de medidas necessárias para o sucesso da floresta. Se as infraestruturas forneciam as condições para a arborização, os equipamentos criados asseguravam a sua gestão e conservação. Assim sendo, uma das principais medidas foi a criação de um corpo de guardas que residia dentro dos perímetros florestais nos quais era concedida a construção de uma casa de guarda-florestal em uma área específica denominada cantão.

Com efeito, tanto a profissão de guarda-florestal como a construção destas casas são assuntos merecedores de reconhecimento, por serem um símbolo da ação dos Serviços Florestais do Estado, em pleno regime de ditadura.

Detentores de carecerem de conhecimentos técnicos específicos que ultrapassem as funções de simples polícia, o cargo de guarda-florestal demonstra a tentativa de melhorar a fiscalização dos perímetros florestais. Nesta lógica, a construção de habitações permitia um controlo local permanente das áreas de trabalho, assegurando-se as condições mínimas de habitabilidade para que tanto os funcionários dos Serviços Florestais como as suas famílias pudessem viver a tempo inteiro no interior da floresta.

O primeiro conjunto de casas de guarda-florestal foi construído em 1790<sup>63</sup> no pinhal de Leiria, a de Sapinha, em Pedrianes, na Cova do Lobo e por último a dos caminhos de Carvide. Face ao aumento demográfico e dos trabalhos de reflorestação houve a necessidade de aumentar o número de guardas no Pinhal do Rei e conseqüentemente o número de habitações, em 1839 contavam-se doze construções ao passo que em 1940 já existiam cerca de trinta.

Tal como em todo o país estas casas eram implantadas nas entradas ou saídas das matas ou próximos dos viveiros florestais de modo a melhor controlar quem entrava ou saía com recursos do perímetro, o que permitiu reduzir os roubos ou prejuízos que até aí se sucediam.

A escolha do local de implantação era determinante sobretudo para o êxito dos trabalhos de florestação. Torna-se assim necessário seguir um conjunto de particularidades que permitiram dar resposta às necessidades locais, tais como o seu posicionamento relativo a outras casas do

---

<sup>63</sup> GONÇALVES 2017.

território e quando possível nas proximidades das povoações. Os acessos e as condições do próprio cantão eram também tidos em consideração, uma vez que são mais adequados os terrenos férteis e próximos de nascentes, capazes de dar resposta a uma agricultura de subsistência e para o abastecimento de água. No caso das serras, estas casas encontram-se muitas vezes isoladas na montanha, em zonas abrigadas, mas de boa visibilidade, aptas para acolher os profissionais da floresta e as respetivas famílias. Daí a necessidade de o edifício estar preparado para a autosuficiência da família.

De facto, tornava-se difícil encontrar um local que correspondesse a todas as especificidades, o que resultava em pequenas alterações ou adaptações do modelo consoante as características próprias do terreno.



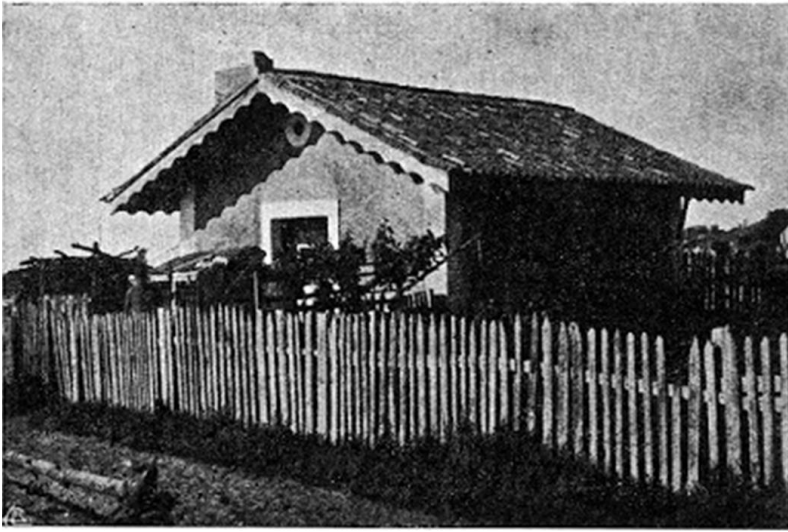


Fig.34. Tipologia das primeiras casas de guarda – Finais do Séc. XIX



Fig.35. Tipologia das casas de guarda – Início do Séc. XX



Fig.36. Tipologia das casas de guarda – Anos 40 do Séc. XX



Fig.37. Tipologia das casas de guarda - Bairro Florestal de Pedreães - anos 50 do Séc. XX



## Organização funcional

A maioria destas habitações, foram construídas segundo um projeto-tipo elaborados sequencialmente de 1888 a 1973, no entanto a criação destes modelos habitacionais não foi iniciada apenas em 1888. Estes surgem da continuidade de experiências anteriores que resultam num modelo que estipula o programa-base essencial para uma casa de guarda implantada nas áreas florestais que, caso-a-caso, podem sofrer ligeiras adaptações.

As primeiras casas, que se encontravam no Pinhal de Leiria possuíam apenas duas divisões e posteriormente quatro, “até se tornarem mais confortáveis possuindo uma casa de cómodos anexa.”<sup>64</sup> É possível identificar casas com grandes telhados inclinados, de madeira ou pedra, que tanto podiam ser unifamiliares como coletivas ou geminadas. De acordo com Jorge (2003), a partir da Implantação da República, a casa do guarda-florestal fica reduzida a um piso só, dos dois pisos que possuía anteriormente. (Figuras 34 a 37).

O programa base possuía as acomodações necessárias para uma resposta autossubsistente. No entanto com a necessidade de obter um orçamento controlado, as dimensões das divisões eram reduzidas. O modelo define uma planta simples, de dimensões mínimas, mantendo-se a sua estrutura organizativa, na generalidade por cerca de 80 anos.

A cozinha constituía o espaço comum da casa, a qual detinha já um quarto de banho integrado no seu volume. O escritório era essencial, visto que dava apoio à função administrativa do guarda-florestal. Além disso, a casa detinha três quartos, um principal (para o guarda e a sua esposa) e dois para os filhos, um para rapazes e outro para raparigas. Existiam ainda os arrumos, agora integrados na habitação, que serviam para guardar os utensílios do serviço e os bens pessoais do guarda.

A chaminé, situada na cozinha ou sala comum, também obedece a um modelo específico, destacando-se como elemento característico que se repete por todas as casas do país.

De modo a providenciar condições de salubridade, procurava-se uma boa exposição solar das casas, de modo a aproveitar o máximo da iluminação natural no interior da habitação. Como o escritório era considerado um dos espaços mais importantes da casa, indispensável à função

---

<sup>64</sup> RODRIGUES, D. N.C. (2019). Pág.25

do guarda-florestal, este detinha particular presença na composição do alçado, era a dependência que determinava a fachada principal do edifício.

Raul Lino, em “Casas Portuguesas”, “sugere que em termos de implantação, a posição mais vantajosa da casa isolada, para efeitos de iluminação natural, é quando em planta as diagonais fiquem orientadas segundo as linhas Norte-Sul e Este-Oeste, porque assim todas as fachadas recebem raios solares, uma após outra.”<sup>65</sup> A posição do escritório na casa permitia ainda beneficiar do acesso direto pelo exterior para facilitar o contacto com os administradores que lá se dirigiam para efetuar os pagamentos ou as medições e o preenchimento dos talões de venda. Dado o carácter profissional deste espaço, havia uma maior preocupação para que o escritório permanecesse fora do alcance das crianças ou do espaço privado da casa.

Além do edifício principal, erguem-se diversos anexos que serviam de apoio para garantir a autossubsistência dos moradores. Tal como o edifício principal, também estas estruturas evidenciavam a correspondência a um modelo, pelo que maior parte dos anexos das casas do Parque sejam semelhantes. Esse modelo incluía um forno e compartimentos para os animais, como galinheiros, coelheiras ou pocilgas.

O terreno adjacente à casa era utilizado para o cultivo próprio uma vez que precisavam de uma maior autonomia por se localizaram em locais isolados e afastados das povoações, estaria assim, de certo modo, assegurada uma ideia de autossuficiência.

É no final do século XIX que surge a necessidade de criar um modelo único capaz de se reproduzir em todo o país. Desta forma o Estado investe em arquitetos capazes de elaborar um projeto viável em qualquer parte de Portugal, onde a técnica e materiais empregues correspondessem às do local da sua implantação. O modelo das casas-tipo foi então desenvolvido por um grupo de arquitetos, dos quais se destacam Rogério de Azevedo, Viana de Lima e Raul Lino que pertenciam aos Serviços de Construção da Direção Geral e Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), instituição responsável pelo desenvolvimento desta proposta.

Assim nasce uma série de casas-tipo que após serem testadas permitiram otimizar soluções organizativas, técnicas e de imagem.

---

<sup>65</sup> In LINO, Raul – *Casas Portuguesas*. *Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia, Lisboa, 1992, p 27.* - ARAÚJO 2016, 73.

As suas variações são referentes à localização das instalações sanitárias no interior da casa e à integração dos arrumos, no entanto também a imagem da casa teve mudanças de carácter decorativo e até mesmo arquitetónico.

O último projeto modelo foi desenhado pelo arquiteto Francisco Santos em 1948, onde são então acrescentados os já mencionados arrumos, ambos com acesso pelo exterior, um deles funciona como arrecadação de serviço à habitação e outro de apoio à atividade do guarda.

As principais críticas relativas à existência de um modelo de casa repetido por todo o país baseavam-se nos climas distintos de Portugal, o que pede diferentes soluções construtivas. O uso de materiais locais nas fachadas baseava-se na tentativa de coordenar os projetos com uma ideia de formulário local, mas pouco mais do que isso.

Sistema Construtivo da Casa Rural Tradicional

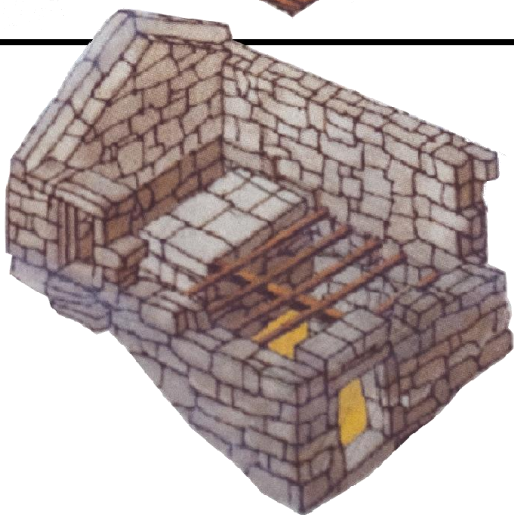


Fig.38. Sistema construtivo da Casa Florestal – semelhante ao sistema da Casa Rural.

Frontão- elemento estético que indica o acesso principal - Cornija de pedra

Cobertura Inclinada de 4 águas, com beirado à portuguesa - Formada por asnas assentes nas paredes exteriores.

Parede de alvenaria de pedra em aparelho dobrado caíada a branco

Aros de janelas e portas exteriores são fixados à cantaria de granito



ASNA SIMPLES



ALPENDRE



Pormenor no volume do escritório da fachada principal - floreio

Escadaria exterior que termina num alpendre - por vezes coberto.

Pavimentos - soalho à inglesa pregado sobre vigamento de pinho

Embasamento em granito - Sistema de ventilação com caixa de ar de 50 cm.



PAREDE INTERIOR



SISTEMA DE VENTILAÇÃO

## **Sistema Construtivo**

A necessidade de obedecer a um orçamento reduzido resultou em divisões limitadas e até na redução de elementos decorativos. Na escolha dos materiais prevaleciam as características de durabilidade e segurança não sendo comprometidos pela necessidade de custos reduzidos. As características construtivas variam entre a alvenaria de pedra ou o tijolo, em paredes duplas que obedecem a uma série de regras consoante a região onde se inserem.

As fundações, construídas em alvenaria de pedra e assentes em argamassa hidráulica de cimento e areia, criam um soco que eleva a casa em 0,50cm da cota do terreno criando uma caixa de ar sob o soalho da casa. Esta caixa, permite precaver humidades ascensionais e ventilar os pavimentos através de pequenas aberturas na fachada, denominadas gateiras.

As paredes exteriores, na região do Norte, são geralmente de alvenaria de pedra, assente com argamassa de cimento ou de cal hidráulica, por ser um material abundante no país. No entanto existem ainda exemplos de Casas Florestais construídas com paredes duplas de tijolo vazado ou maciço que, tal como as fundações, permite a ventilação das paredes. Como se tratam de paredes estruturais, estas apresentam espessuras significativas, o que permite ainda a abertura de vários vãos nas fachadas, que respondem às condições necessárias de salubridade.

As fachadas podem apresentar-se com a alvenaria de pedra à vista, atualmente o mais comum no Parque Nacional devido à degradação e abandono, ou paredes rebocadas com argamassa de cimento e areia. Os detalhes decorativos são simples e variados, pois procuram, sempre que possível, incorporar expressões locais. Com cintas de betão em torno das janelas e portas nas construções de alvenaria de tijolo, ou cantaria de pedra nas construções de alvenaria de pedra. Da mesma forma, os cunhais poderiam ser produzidos em tijolo maciço ou pedra.

Dependendo dos materiais disponíveis, as paredes interiores podiam utilizar o mesmo material das paredes exteriores no caso da alvenaria de tijolo furado ou o tabique. Os pavimentos são construídos sobre vigas de madeira e posteriormente assoalhados, exceto a cozinha e as instalações sanitárias que possuem pavimentos com betonilha de cimento, assente sobre um aterro. A cor é também uma característica recorrente destas casas, o verde-escuro é utilizado nas portas exteriores e nos aros das janelas, e o branco nos caixilhos. Já as “portas interiores, os rodapés, os tetos e armários” são pintados em “marfim creme”, ou verde-claro.

O telhado é composto por asnas de madeira assentes nas paredes exteriores, “sobre as quais são ainda assentes os contrafrechal, as madres, os varedos, as ripas, as linhas e a fileira”<sup>66</sup> Em algumas Casas do Guarda-Florestal, havia a possibilidade de acesso ao sótão, nesse caso a estrutura do telhado é suportada por pontaletes, apoiados nas paredes intermédias. No PNPG, de entre as casas analisadas, acredita-se não haver muitos exemplos com acesso ao sótão, no entanto a impossibilidade de acesso ao interior em certos casos, assim como a condição atual de ruína não permite uma confirmação. Sabe-se apenas do caso único da Casa Florestal de Travanca que em tempos era utilizado através de uma escada vertical, sendo que atualmente esse acesso não existe.

---

<sup>66</sup> RODRIGUES 2019, 33-35.





Fig.39. Coleção de Fotografias representativas das Casas Florestais do PNPG.





1. Casa Florestal da Portelinha
2. Casa Florestal de Corricadas
3. Casa Florestal das Veigas
4. Casa Florestal de Lamas de Mouro
5. Casa Abrigo do Bico de Pássaro
6. Casa Florestal de Cainheiras
7. Casa Abrigo do Barreiro
8. Casa Florestal de Pousios de Cima
9. Casa Florestal de Pousios de Baixo
10. Casa Florestal de Tieiras
11. Casa Florestal da Sr. da Peneda
12. Casa Florestal de S. Bento do Cando
13. Casa Florestal da Gavieira
14. Casa Abrigo do Baleiral
15. Casa Florestal de Lordelo
16. Casa Florestal de Vilela Seca
17. Casa Florestal da Lombardinha
18. Casa Florestal da Junqueira
19. Casa Florestal de Travanca
20. Casa Florestal do Mezio
21. Casa Abrigo de Adrão
22. Casa Abrigo de Murço
23. Casa Florestal Entre os Outeiros
24. Casa Florestal do Ramil
25. Casa Florestal de Paradela
26. Casa Florestal de Lindoso
27. Casa Florestal de Cidadelhe
28. Casa Florestal de Porto Chão
29. Casa Abrigo da Sr. da Penha
30. Casa Florestal de Britelo
31. Casa Florestal de Rebordinhos
32. Casa Abrigo da Pena do Eido
33. Casa Florestal da Albergaria
34. Casa Florestal de Lagos
35. Casa Florestal da Bouça da Mó
36. Casa Florestal de Leonte
37. Casa Florestal da Preguiça
38. Casa Florestal da Junceda
39. Casa Florestal do Videiro
40. Casa Florestal do Zanganho
41. Casa Florestal de Lamas
42. Casa Florestal da Pereira
43. Casa Florestal da Assureira
44. Casa Florestal da Pedra Bela
45. Casa Abrigo da Bela Vista
46. Casa Abrigo de Ventezuelo
47. Casa Florestal da Ermida
48. Casa Florestal da Malhadoura
49. Casa Abrigo de Pitões das Junias
50. Casa Florestal de Sezelhe
51. Casa Florestal das Leiras

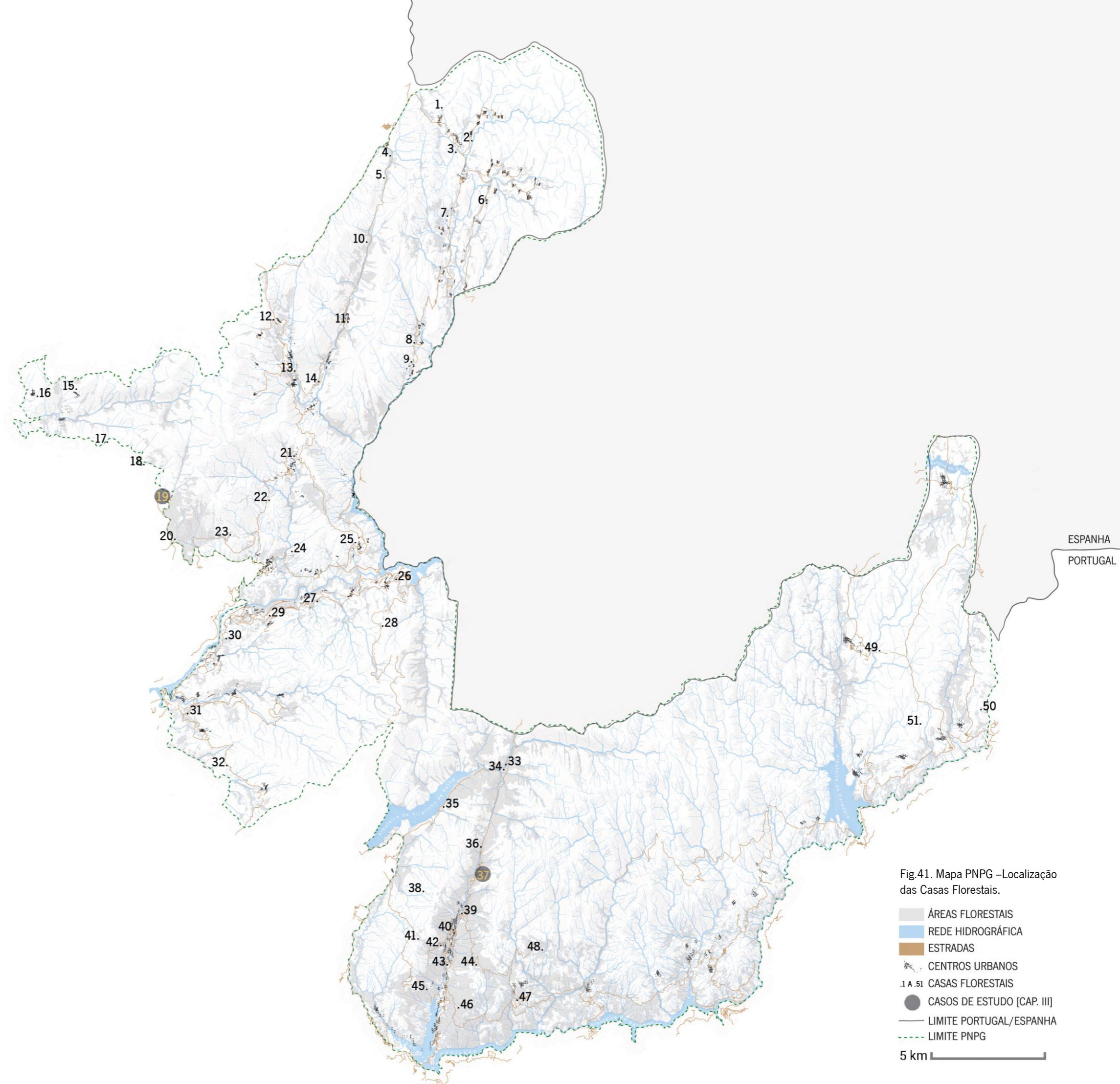


Fig.41. Mapa PNPNG –Localização das Casas Florestais.

- ÁREAS FLORESTAIS
  - REDE HIDROGRÁFICA
  - ESTRADAS
  - CENTROS URBANOS
  - 1 A 51 CASAS FLORESTAIS
  - CASOS DE ESTUDO [CAP. III]
  - LIMITE PORTUGAL/ESPANHA
  - LIMITE PNPNG
- 5 km

Atualmente, é possível identificar no PNPG cerca de cinquenta e uma construções dos Serviços Florestais, não tendo sido considerada a de Palheiros por estar totalmente destruída<sup>67</sup>. Do mesmo modo, a denominada Casa Florestal do Clube Académico, em Terras de Bouro, não foi tida em consideração pela incerteza de ter pertencido a um Guarda-Florestal e ainda por se distinguir de todos os outros modelos existentes no Parque. No entanto, a Casa Florestal do Videeiro (39.), Zanganho (40.), Pereira (42.), Assureira (43.) e a da Pedra Bela (44.), apesar de possuírem um desenho distinto dos restantes exemplares, aparecem em algumas descrições dos perímetros florestais, sempre referidas como Casa do Guarda, sem qualquer outra descrição, assim como pelas populações locais.

Na zona da casa florestal da Bouça da Mó (35.)<sup>68</sup> restam apenas as cavaliças, um anexo distinto que possui uma forma em L. Das restantes cinco casas referidas, a do Videeiro e a do Zanganho parecem ter uma configuração semelhante à casa do cantoneiro, referida no subcapítulo “Modelos Arquitetónicos: Construção de um Arquétipo”. A Casa Florestal da Pedra Bela possui uma torre de vigia que a distingue das restantes, no entanto de todas, é a que mais se aproxima do desenho-tipo, pelo alpendre coberto em uma das fachadas, o desenho das janelas decoradas com cantaria de pedra e pelo sistema construtivo. Também a Casa Florestal da Pereira possuía uma torre de vigia, agora inexistente.

Existem ainda outro tipo de edifícios associados que não foram tidos em consideração, sejam sedes, postos de guarda fiscal ou quartéis por não possuírem as mesmas características da típica casa do guarda-florestal e por ser difícil a sua identificação.

É de frisar que foram ainda incluídas as casas que se encontram no limite do Parque Natural, uma vez que esses limites foram definidos a partir de barreiras físicas existentes, tais como caminhos ou rios para uma melhor identificação. O que não invalida que exemplos como a Casa Florestal da Lombardinha façam parte do PNPG apenas por se encontrarem na margem oposta dos caminhos que o delimitam.

---

<sup>67</sup> Segundo consta no blog *mina carris* já não existe qualquer vestígio da mesma. BARBOSA 2020.

<sup>68</sup> Inicialmente considerava-se as cavaliças a casa florestal da Bouça da Mó, no entanto aquando da entrega da dissertação, veio-se a descobrir, em conversa com locais, que a casa já desapareceu, restando apenas o anexo.

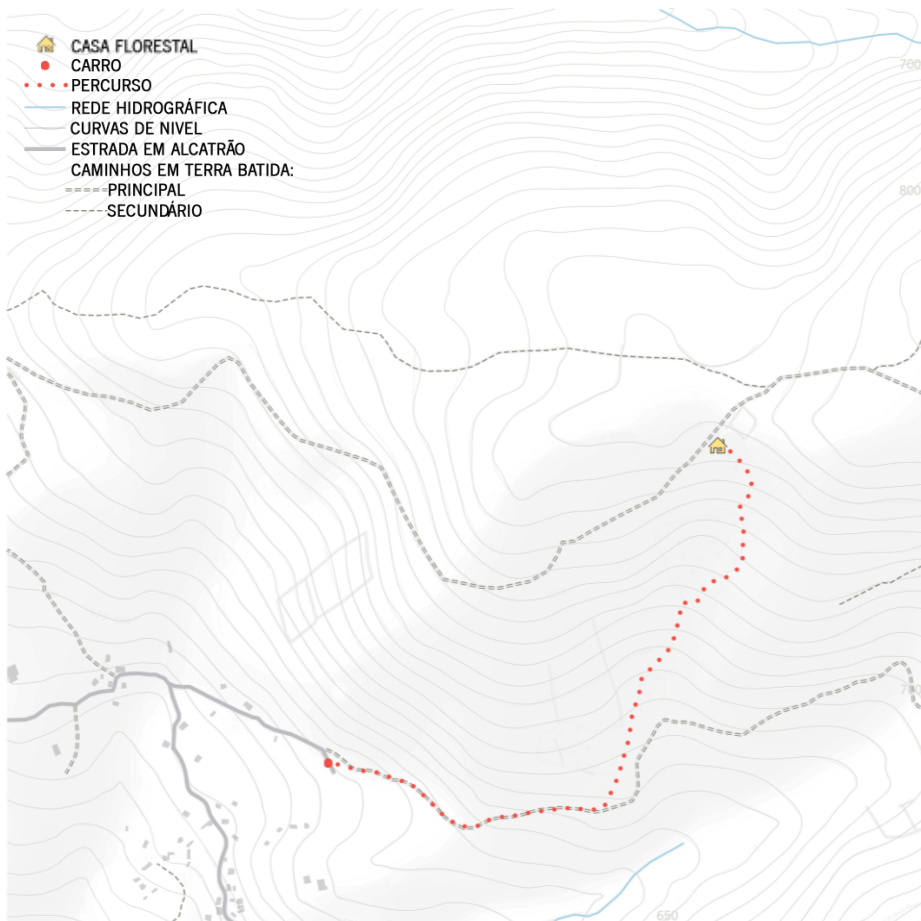


Fig.41. Esquema - Casa Florestal da Lombadinha (17.) - Percurso pedonal com duração de 1H.

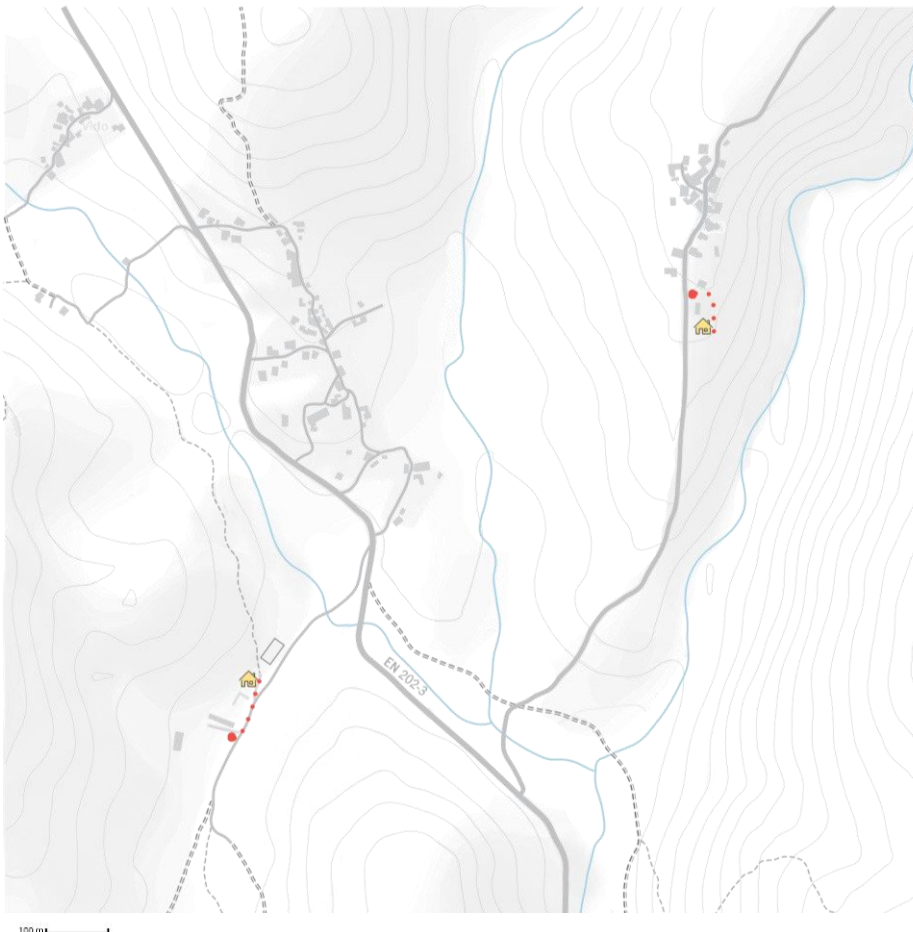


Fig.42. Esquema - Casa Florestal de Coriscadas (2.) e das Veigas (3.) - Acesso automóvel.

Como o PNPG se encontra num território montanhoso acidentado, com variações de cota relevantes que conferem um relevo vigoroso, a distância entre algumas casas florestais e as aldeias aparenta ser reduzida, no entanto o declive das encostas e ainda os difíceis acessos levavam a um total isolamento das famílias que as habitavam. Atualmente é ainda possível reconhecer os vestígios da sobrevivência no alto das montanhas, tais como os campos de cultivo, muitas vezes em socacos e ainda anexos vários destinados aos animais domésticos. Os tanques de água e a proximidade de nascentes é também uma característica constante das várias habitações. Nas suas proximidades é possível ainda reconhecer os viveiros outrora construídos, pelos aglomerados de árvores existentes nestes locais e pela disposição regular que apresentam.

A distinção entre as casas isoladas de povoado, presente no quadro síntese do anexo 2, foi feita mediante a proximidade com a aldeia vizinha e condições de acesso atuais. É de ter em consideração que maior parte das estradas em terra batida se encontra em muito mau estado, como tal, nem todos os veículos são capazes de aceder a algumas destas casas, é exemplo a Casa Florestal da Portelinha ou a de Lordelo. Em casos como a Casa Florestal da Lombadinha, da Junqueira ou até mesmo da Junceda foi necessário fazer um trilho a pé, muitas vezes com a duração de mais de uma hora para lá chegar. Nos restantes exemplos, como a Casa Florestal da Malhadoura, apesar de não ser aconselhável, tive de sujeitar o meu veículo às fracas condições do terreno de modo a conseguir visitar todas as casas do Parque Nacional no período estipulado para trabalho de campo. Apesar de ainda existirem caminhos em mau estado, sobretudo aqueles que pertencem às casas mais isoladas, é notória a evolução das condições das estradas, que possibilita um acesso melhor e mais rápido. Uma realidade totalmente distinta da época em que foram construídas, o que as tornava ainda mais distantes de tudo.

A análise *in situ* dos edifícios permitiu identificar três tipologias distintas das casas do Guarda-Florestal no PNPG com variáveis formais, seja na matriz de organização interna, nos elementos de identidade ou pela época de construção. Assim, foi possível verificar com exemplos do Parque a elaboração de alguns dos vários modelos que foram surgindo, onde é notória a tentativa de melhorar os problemas encontrados das tipificações anteriores.

Quanto ao processo de tipificação das casas, este foi feito mediante as condições de abandono de cada uma, isto é, por vezes o acesso ao interior apenas era possível pelo estado de degradação em que se encontravam, permitindo desenhar os vestígios interiores e ampliar a base de dados necessária à organização dos diferentes modelos. Outras vezes, havia a possibilidade de



Fig.43. Casa Florestal de Leonte. 1900 a 1919 (?)

entrar por estarem a ser utilizadas por entidades privadas ou do Estado. No entanto, os desenhos das fachadas também permitiram identificar a tipologia e ainda supor a organização interior, uma vez que eram construídas segundo os mesmos projetos-tipo. Assim, sempre que era impedido o acesso ao interior, o modelo era interpretado a partir da configuração das quatro fachadas.

Baseado em outras casas florestais, localizadas fora do Parque Nacional, foi possível obter a cronologia na aplicação de cada tipologia. No entanto, não significa que esse período corresponda à construção exata de cada casa no Parque, uma vez que a falta de apoio documental da biblioteca do ICNF, em Lisboa, não permitiu confirmar a data de construção de todos os edifícios. Houve, no entanto, sempre que possível, a tentativa de saber com a população local o ano de construção de cada casa, o que resultou por vezes em informações incoerentes. Segundo a bibliografia encontrada, credita-se que a tipologia número um tenha surgido na década de 20, a número dois na década de 30 e ainda a terceira tipologia na década de 40.

No PNPG apenas seis das casas são totalmente distintas dos três tipos referidos, todas elas apresentam um piso só, ao contrário de outros exemplos encontrados no resto país, o que indica que todas tenham sido construídas posteriormente à implantação da república. No entanto, no Centro Português de Fotografia, encontra-se uma imagem da Casa Florestal de Leonte com dois pisos, que acredita-se ter sido anterior ao exemplo atual.

# TIPO 1

36. CF DE LEONTE  
38. CF DA JUNCEDA  
41. CF DE LAMAS



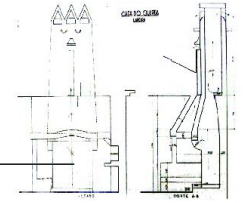
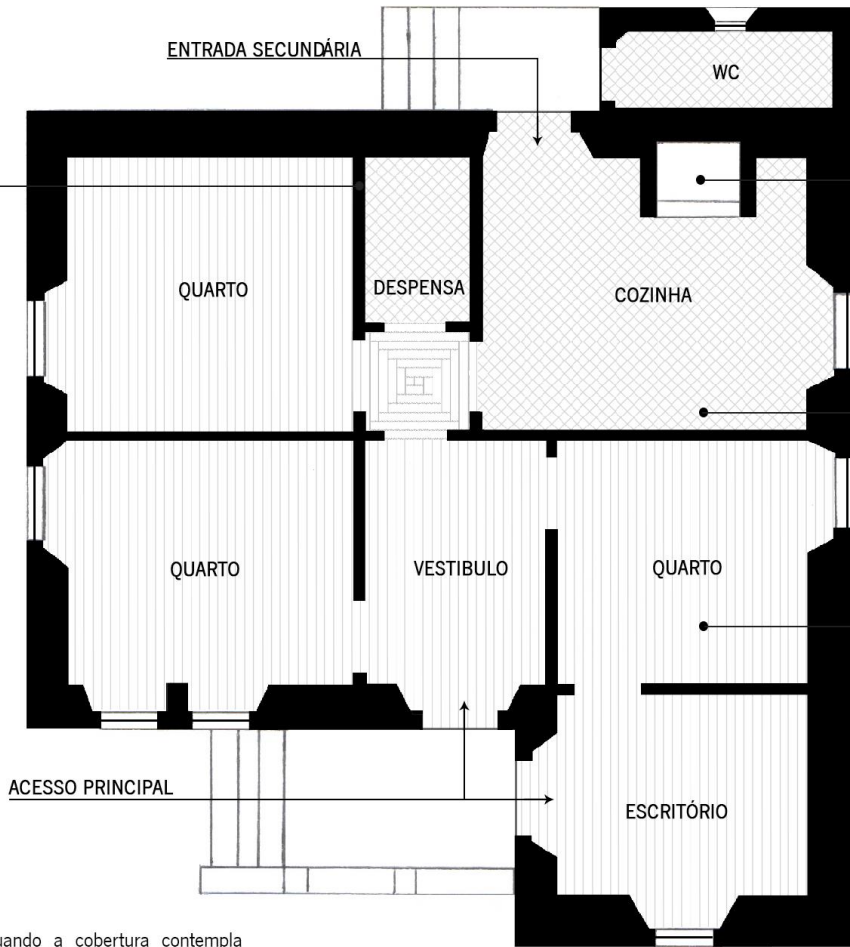
Parede de tijolo



Alvenaria de tijolo  
OU



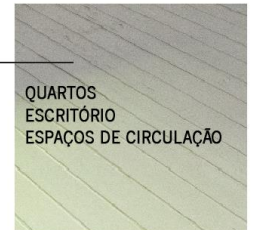
Tabique



Projeto-tipo - Lareira



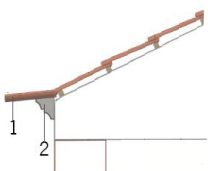
COZINHA / WC  
Pavimento cerâmico



QUARTOS  
ESCRITÓRIO  
ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO  
Pavimento assoalhado

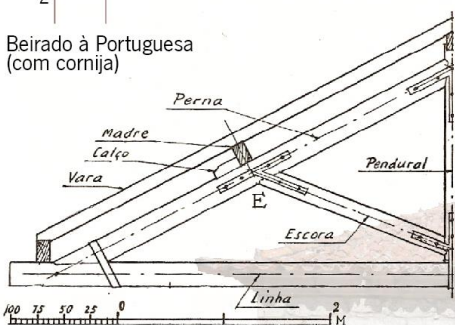
Escala 0 1 2 M

Fig.44. Esquemática da tipologia 1.



Quando a cobertura contempla beirado, aplica-se um conjunto de 2 peças, denominadas de capa e bica (1.)  
A cornija trata-se de um elemento decorativo opcional (2.)

Beirado à Portuguesa (com cornija)



Todos os materiais de carpintaria empregues nos vigamentos, soalho, forro dos tetos, barrotes e caixilhos são concebidos em pinho nacional.

Telha portuguesa ou marselha

Frontão no volume do escritório: Elemento estético que indica o acesso principal.

Asna simples

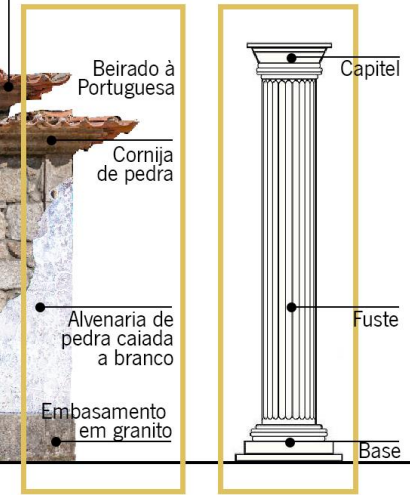


Peitoris: Madeira na fachada  
Granito nas restantes

Cantaria de pedra



0,50CM CAIXA DE AR



Sistema de ventilação

Portas exteriores Aros das Janelas Verde garrafa	Caixilhos Postigos Branco	Portas Interiores Portadas Rodapés Tetos Marfim/creme	Portas Interiores Portadas Rodapés Tetos Verde claro
--	---------------------------------	---	--



Localizadas no concelho de Terras de Bouro, apenas três casas das cinquenta e uma identificadas, obedecem ao primeiro tipo. Supõe-se ainda, que este seja o modelo mais antigo por não serem integrados os arrumos de serviço e o dos bens pessoais do Guarda, tal como acontece nas duas tipologias que se seguem.

Com o acesso ao interior da Casa Florestal de Lamas foi possível identificar todos os elementos anteriormente referidos que caracterizam o programa geral da casa, isto é, o escritório, localizado na fachada principal e com acesso direto do exterior. Do vestíbulo, onde se encontra um segundo acesso ao interior da casa, é possível aceder a dois dos quartos e ainda a um pequeno espaço de distribuição com forma quadrangular. Por sua vez, dá acesso a outro quarto, a uma pequena despensa e ainda ao núcleo de serviço, este possui um segundo acesso do exterior para a cozinha, e é onde se encontra a instalação sanitária da casa.

Nos exemplares referentes a esta tipologia, a alvenaria de pedra caiada a branco é utilizada na estrutura principal do edifício, no entanto, o volume que corresponde às instalações sanitárias é construído em alvenaria de tijolo. No interior tanto se encontra paredes de tijolo como de tabique.

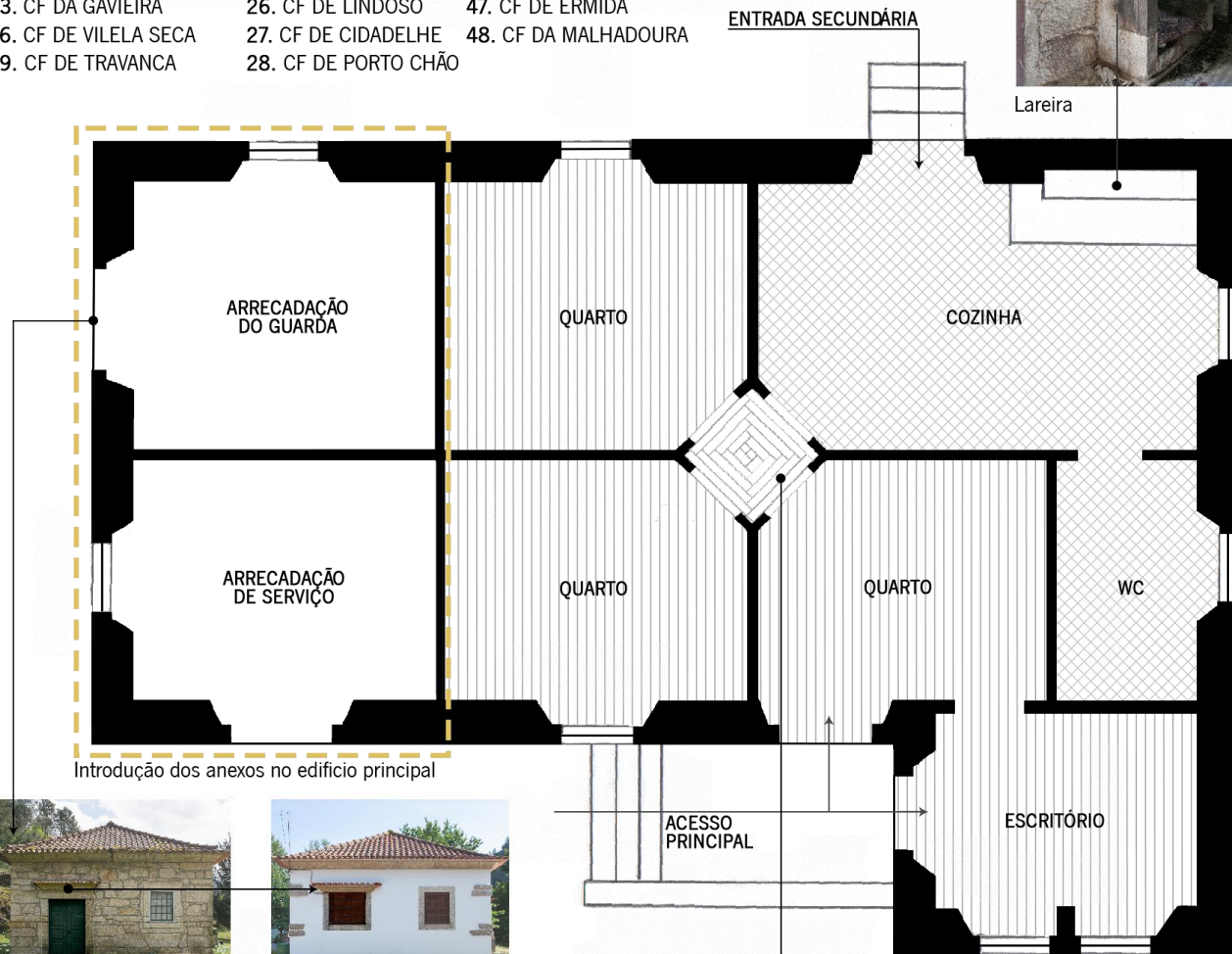
Na figura 45 é possível reconhecer os diferentes pavimentos utilizados nas Casas de Guarda-Florestal nos vários compartimentos, assim como a paleta de cores recorrentemente utilizada no interior e exterior. São ainda identificados alguns pormenores decorativos, tais como o frontão no volume do escritório, a cantaria de pedra dos vãos e o denominado beirado à portuguesa, que além do seu desenho característico revela o espírito da linguagem nacionalista desenvolvido pelo regime.

## TIPO 2

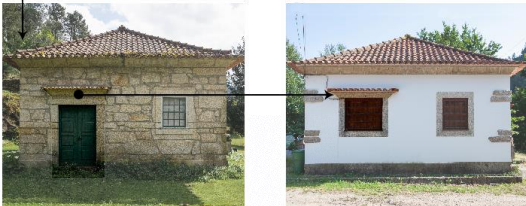
- |                         |                             |                      |
|-------------------------|-----------------------------|----------------------|
| 3. CF DAS VEIGAS        | 20. CF DO MEZIO             | 30. CF DE BRITELLO   |
| 4. CF DE LAMAS DE MOURO | 22. CF DE MURÇO             | 33. CF DA ALBERGARIA |
| 10. CF DE TIEIRAS       | 23. CF DE ENTRE OS OUTEIROS | 34. CF DE LAGOS      |
| 11. CF DA SR DA PENEDA  | 26. CF DE LINDOSO           | 37. CF DA PREGUIÇA   |
| 13. CF DE GAVIEIRA      | 27. CF DE CIDADELHE         | 47. CF DE ERMIDA     |
| 16. CF DE VILELA SECA   | 28. CF DE PORTO CHÃO        | 48. CF DA MALHADOURA |
| 19. CF DE TRAVANCA      |                             |                      |



Lareira



Introdução dos anexos no edifício principal



Principais alterações entre as casas do PNPG



Núcleo de circulação



Variações no frontão do escritório



Utilização de beirais no topo das portas dos anexos



Escala 0 1 2 M

Fig.45. Esquemática da tipologia 2.

Variabilidade da dimensão e proporção dos vãos



A tipologia número dois, parece surgir de forma a colmatar alguns problemas anteriormente encontrados. As principais alterações encontram-se na integração dos anexos no corpo principal da casa, servindo agora de arrumos para o agregado familiar e ainda para guardar as ferramentas inerentes à atividade do Guarda-Florestal. A instalação sanitária, agora localizada no interior da casa, é acedida pela cozinha. Em relação ao modelo anterior, o vestíbulo desaparece, sendo que o acesso principal da casa é feito diretamente para um quarto<sup>69</sup> ou para o escritório, onde a passagem interior entre ambos é mantida. O núcleo de circulação torna-se central, ainda com forma quadrangular, que distribui para os outros dois quartos e para o núcleo de serviço da casa, onde consta a entrada secundária.

A principal alteração entre as casas do PNPG que pertencem a esta tipologia é a utilização de uma janela em vez de porta no núcleo dos arrumos, o que conseqüentemente acrescenta uma passagem no interior do edifício. O exemplo da Casa Florestal da Preguiça é o único que repetindo o modelo, é construída em espelho. A Casa Florestal das Veigas, a de Lamas de Mouro e a do Mezio foram alvo de projetos de recuperação, com alterações significativas, especialmente no interior.

Existe ainda algumas variações entre as casas que pertencem a esta tipologia, seja no desenho do frontão do escritório, surgindo modelos simplificados relativamente à tipologia anterior, como também na dimensão e proporção, como são exemplo os vãos.

---

<sup>69</sup> A representação dos quartos segue os exemplos dos desenhos de projeto e das memórias descritivas encontradas, no entanto, existe a possibilidade de um quarto estar destinado a receber a família e tornar-se assim num espaço comum da casa, o que não compromete a função inicial de pernoitar.

### TIPO 3A

- 1. CF DA PORTELINHA
- 7. CA DO BARREIRO
- 17. CF DA LOMBADINHA
- 18. CF DA JUNQUEIRA
- 21. CA DE ADRÃO
- 25. CF DE PARADELA
- 29. CA DA SR DA PENHA
- 31. CF DE REBORDINHOS
- 32. CF DA PENA DO EIDO

Janela quadra com capialço - anexos

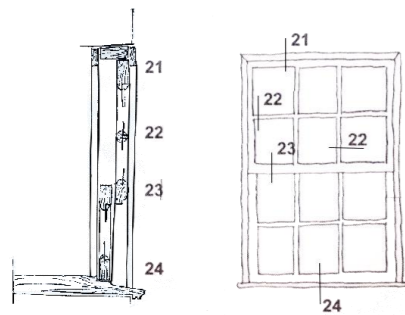
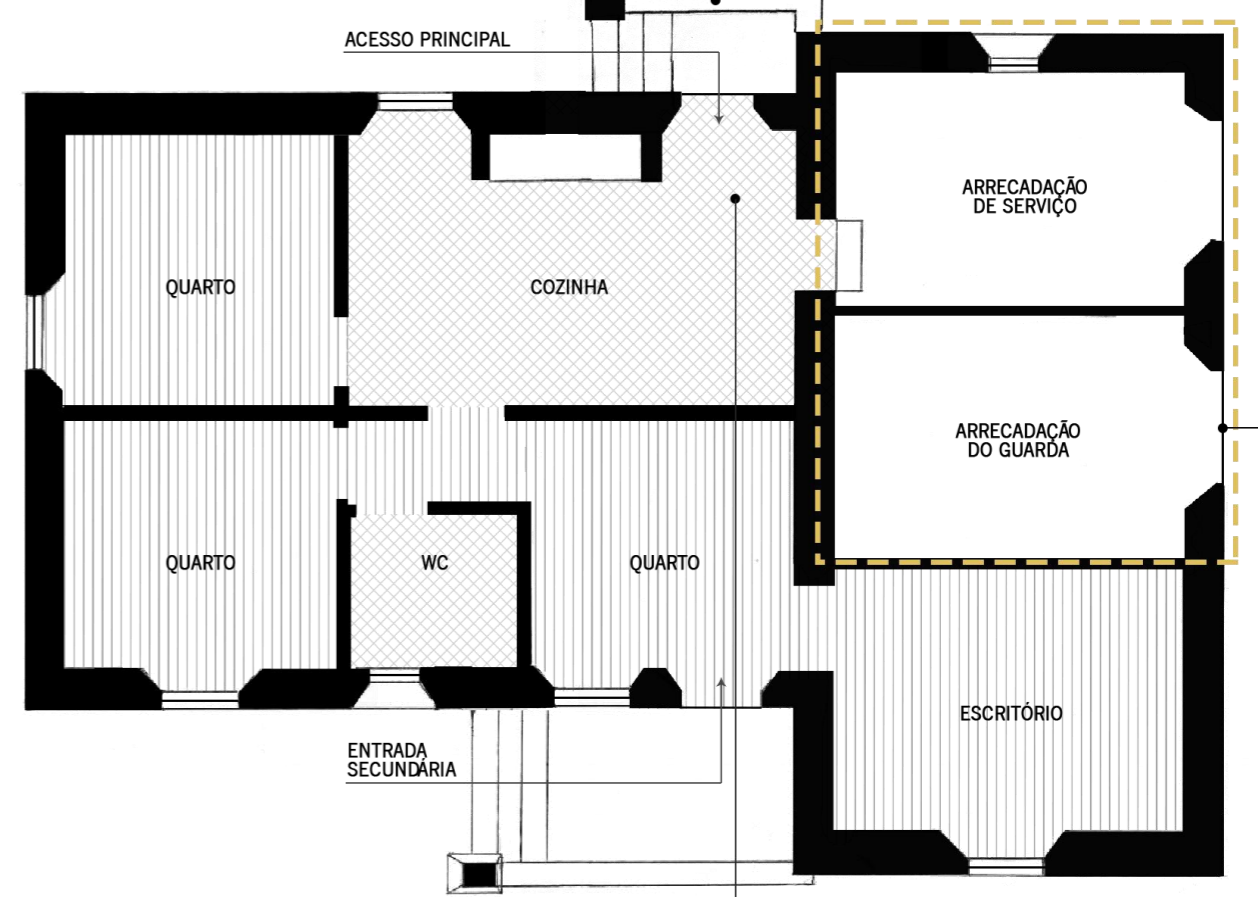
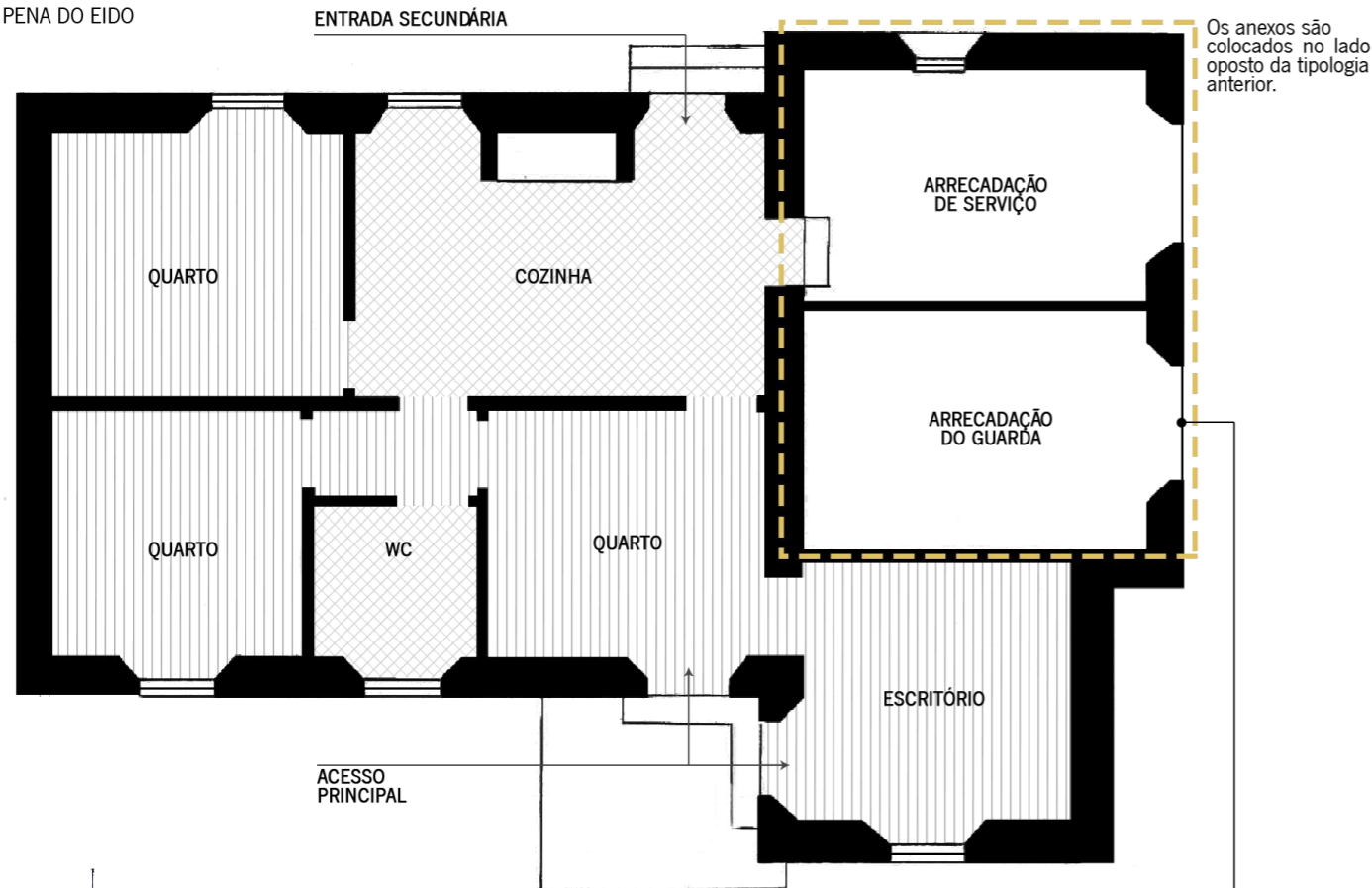


### TIPO 3B

- 2. CF DE CORRISCADAS
- 15. CF DE LORDELO
- 5. CF DO BICO DO PÁSSARO
- 24. CF DO RAMIL
- 6. CF DE CAINHEIRAS
- 45. CF DA BELA VISTA
- 8. CF DE POUSIOS DE CIMA
- 46. CF DE VENTOZELO
- 9. CF DE POUSIOS DE BAIXO
- 49. CF DE PITÕES DAS JUNIAS
- 12. CF DE S. BENTO DO CANDO
- 50. CF DE SEZELHE
- 14. CF DO BALEIRAL
- 51. CF DAS LERIAS



Introdução de um alpendre - Possível indicação de alçado principal



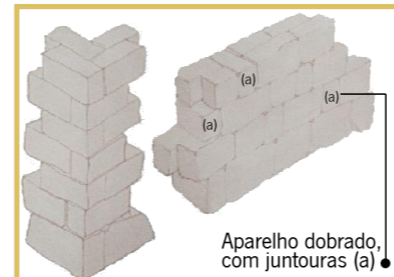
Janela de guilhotina



Pormenor decorativo na cantaria dos vãos



Principais alterações - Porta dos anexos substituída por janela



Travação de cunhal



Principais alterações - Porta dos anexos substituída por janela



Perfil de muro



Introdução de uma janela quadrada com capialço



Casa Florestal da Sr. da Penha

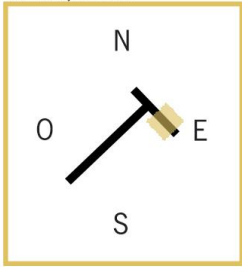
Relativamente à última tipologia, esta é dividida em dois, onde são distinguidos alguns aspetos formais, essencialmente nas fachadas entre o modelo denominado A e o modelo B.

Há uma clara alteração na organização dos compartimentos, na busca de obter uma melhor distribuição interna e eliminar alguns dos inconvenientes considerados nos modelos anteriores. O acesso principal continua a ser feito para um dos quartos e para o escritório, assim como a entrada secundária, que se localiza na fachada posterior com acesso ao espaço comum da casa. No entanto, no modelo B é introduzido um alpendre na entrada da cozinha, e o acesso direto do exterior para o escritório é eliminado, o que indica uma nova proposta de entrada principal na casa. A principal alteração relativa às tipologias anteriores, encontra-se no núcleo de distribuição, trata-se de uma espécie de antecâmara em forma de corredor onde se encontra a entrada para dois dos quartos, para a instalação sanitária e por último a cozinha. Pela primeira vez, o acesso a um dos quartos é colocado na cozinha. As arrecadações mantêm-se integradas no volume principal da casa, desta vez no lado oposto, e um deles com ligação ao interior.

De acordo com a organização espacial, os modelos A e B são bastante semelhantes, sendo que a diferença mais evidente está no tamanho do escritório, que no caso da tipologia B é alinhada com a entrada dos arrumos, assim como no acesso ao interior. Também a fachada onde se encontra o escritório possui alterações significativas com a introdução de uma janela quadrada com capialço.

Tal como acontece nos exemplos dos projetos-tipo número 2, também são recorrentes as ligeiras alterações entre as habitações do mesmo modelo no Parque. Por norma os arrumos encostados ao escritório da casa, deixam de ter acesso exterior, sendo substituído por uma janela, e acrescentado uma entrada no quarto adjacente. A par disso, surgem um ou outro desvio de paredes no interior, por vezes tentativas de alinhamentos que podem resultar da fase de construção do edifício. Existe ainda o caso único da Casa Florestal da Sr. Da Penha, que apresenta todas as características do modelo 3, no entanto possui mais uma janela na fachada principal.

ORIENTAÇÃO IDEAL



ESCRITÓRIO

EIXOS PRINCIPAIS

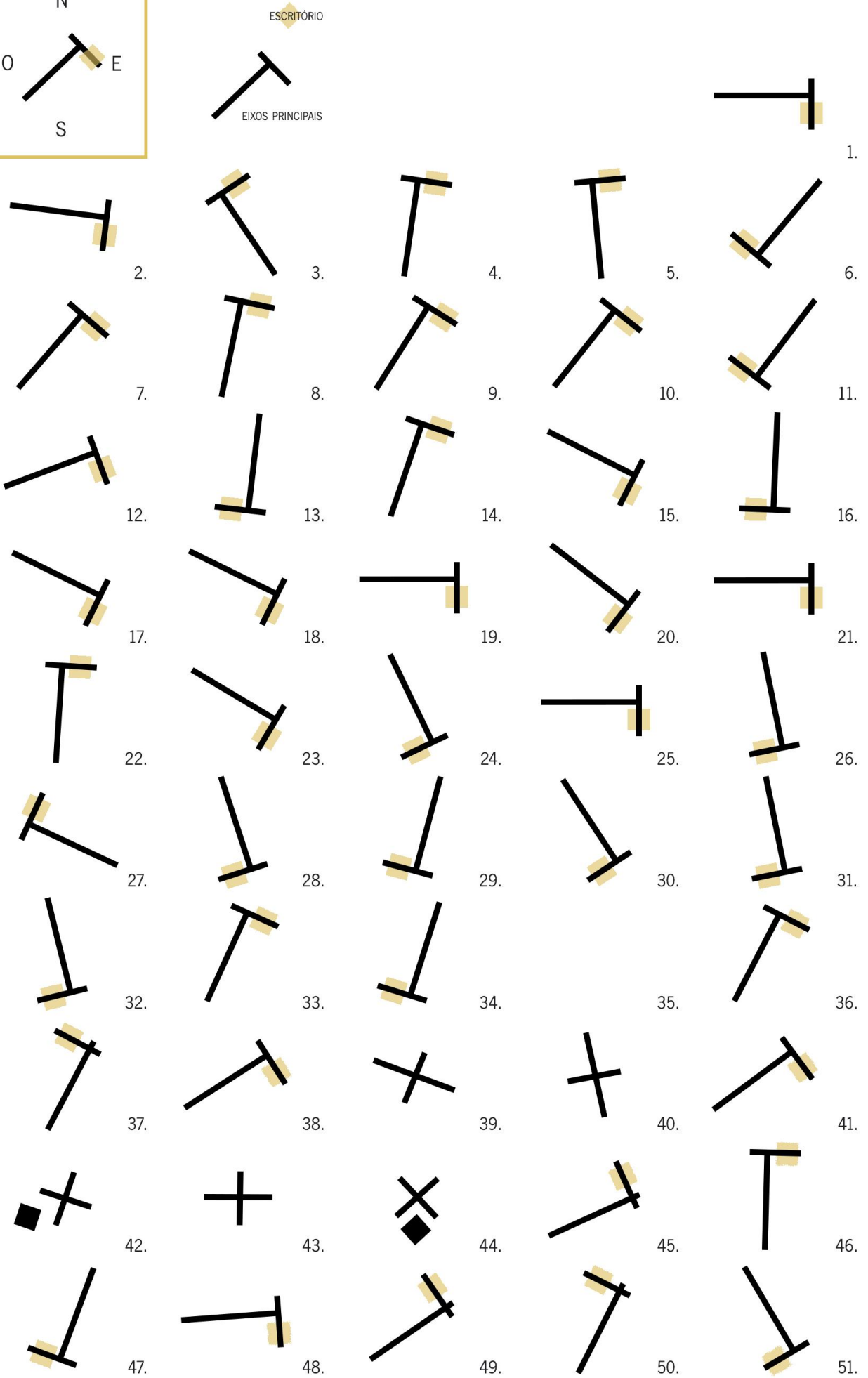


Fig.47. Esquema - Orientação das Casas Florestais

A par dos aspetos tipológicos, há outras lógicas formais, essencialmente construtivas, que se repetem nas cinquenta e uma habitações de Guarda-Florestal, tais como a presença de uma caixa de ar sob o piso interior da casa, que resulta em alpendres, essencialmente na entrada principal, com uma pequena escada para resolver o desnível. Todas as habitações são construídas segundo paredes de alvenaria contínua de pedra nas paredes do perímetro, por ser um material abundante na região, já as paredes interiores tanto podiam ser em tijolo como é exemplo a Casa Florestal de Cainheiras e de Pousios de Baixo, ou em tabique como a Casa Florestal de Lamas. Relativamente ao revestimento, por norma eram caiadas a branco, apesar de atualmente serem mais os exemplos que se apresentam em pedra à vista. No entanto é possível observar em todas as casas que o desenho das fachadas está preparado para a possibilidade de aplicação do revestimento, sendo opcional a sua utilização.

Tal como referido anteriormente, no que diz respeito à orientação das casas, havia a preferência por voltar a fachada principal a sudeste visando aproveitar o máximo de incidência solar para o interior dos espaços. No entanto, a posição das Casas de Guarda no PNPG é variada, o que pode ser consequente das circunstâncias específicas da sua implantação. Em outros casos é notória a vontade de voltar o escritório para a paisagem, visando uma boa visibilidade sobre a montanha.

O quadro (anexo 2) corresponde a uma síntese base para análise e classificação do acervo identificado, sendo aí possível compreender as constantes e variantes do conjunto. Assim é possível relacionar todos os elementos caracterizadores das casas, seja a nível da sua localização, do acesso, da envolvente mais próxima, ou a tipologia a que pertencem.<sup>70</sup>

Um dos aspetos que mais interessa focar é o estado de conservação destes edifícios, uma vez que este património é vítima de uma eminente descaracterização dos vários exemplares. Os exemplos aqui tratados são alvo de roubo e vandalismo, o que acelera o processo de decadência. Daí a necessidade de análise do seu valor, seja simbólico ou patrimonial, de modo a deter informação de suporte a opções de ordenamento e em intervenções futuras. É importante referir que todos os elementos que caracterizam a casa devem ser preservados, pois são os responsáveis pela identidade e carácter de uma época.

---

<sup>70</sup> A par das categorias colocadas na tabela, foram também tidas em consideração, no início da investigação, aspetos como o tipo de abastecimento de água, saneamento e eletricidade, sendo posteriormente retiradas pela falta de informação obtida, uma vez que a maioria das casas se encontra ao abandono. Apenas se sabe que algumas Casas Abrigo ou tinham energia elétrica ou fotovoltaica. No entanto, a casa do Bico do Pássaro, Penadoeido, Pitões das Júnias e Baleiral não possuíam qualquer tipo de energia elétrica.

Tal como Almeida Garrett referia “as ruínas do tempo são tristes, mas bellas, as que as revoluções trazem ficam marcadas com o cunho solene da história. Mas as brutas degradações e as mais brutas reparações da ignorância, os mesquinhos consertos da arte parasita, esses profanam, tiram todo o prestígio.”<sup>71</sup>

A lareira, por exemplo, é um elemento primordial. Localizado sempre na cozinha, possui um desenho típico, sendo considerado “um dos mais belos e característicos elementos decorativos das moradias portuguesas”<sup>72</sup> Assim como a técnica construtiva, “que resulta da aplicação de materiais de qualidade e perenidade e cujo acabamento ou configuração poderá conter singulares elementos ou trabalhos.”<sup>73</sup>

Para a classificação do estado de conservação foram inicialmente identificados três níveis, o da ruína, quando o edifício vê perdida a sua integridade, o de abandono, quando o edifício não é utilizado, mas mantém a sua integridade, e por fim o de utilização, quando este se mantém em funcionamento ainda que possa deter outras funções. No entanto, a discrepância entre a condição das casas da mesma categoria era tanta que foi necessário distingui-las entre bom estado, mau estado ou razoável, uma vez que os edifícios em abandono tanto podem estar próximos de atingir o estado de ruína, sendo categorizados como mau estado, ou por outro lado, em bom estado, com condições mínimas para a sua ocupação.

Após a Revolução de Abril, assiste-se a uma mudança política e socioeconómica significativa, com repercussões na atividade florestal. Os Guardas-Florestais acabaram por migrar para os centros urbanos, e as suas casas deixaram de ser uteis, uma vez que as políticas de florestação até aí implantadas deixaram de ser uma prioridade económica. Neste cenário, a própria profissão sofre grandes alterações, resultando na sua extinção, com o Decreto-Lei n.º 22/2006, da Direção-Geral dos Recursos Florestais e passa a ser integrada no Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SPNA), da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Com efeito, as casas foram cedidas, em 2001 a organizações ou entidades em prole de prosseguir com os objetivos de desenvolvimento das zonas rurais e da preservação dos recursos naturais, da paisagem e do ambiente.<sup>74</sup> Algumas destas casas foram transformadas em Casas

---

<sup>71</sup> Almeida Garrett 1846 In ROSAS 1995.

<sup>72</sup> MARTINS 1933, 15.

<sup>73</sup> RODRIGUES 2019, 131.

<sup>74</sup> Idem, 171.



Abrigo<sup>75</sup> pela Adere-Peneda Gerês. Destinadas ao turismo rural, tornaram-se abrigos de montanha que acolhiam visitantes, surgindo assim algumas adaptações, como a melhoria da infraestrutura de abastecimento elétrico ou a reorganização da distribuição interna. No entanto, por volta de 2010, estas casas são voltadas ao esquecimento, pela falta de incentivos monetários para recuperação e pelo isolamento que muitas possuem. Como tal a adaptação do turismo como refúgio acabou por não ser viável, resultando em vários assaltos e outros problemas difíceis de resolver.

Atualmente, outras funções permitem reativar estas casas, tal como acontece na Casa Florestal de Travanca, transformada em um equipamento de apoio ao parque de campismo ou a da Pereira, como sede de um clube desportivo. Existe ainda o núcleo museológico que se encontra em Rebordinhos e ainda uma restauração no Mezio. A única casa que permanece com a função inicial de habitação é a da Preguiça, no Gerês, onde reside um antigo guarda-florestal.

---

<sup>75</sup> Dai a distinção entre Casa Abrigo ou Casa do Guarda-Florestal no Quadro.



### **CAPÍTULO III | Reconhecimento do lugar**

Sobre um património de referência votado ao esquecimento.

Duas amostras: entre a memória e a experiência do lugar.



## **Sobre um património de referência votado ao esquecimento.**

*“Estas memórias fragmentadas de um passado prestes a desvanecer-se sem remissão, permitem seguir uma espécie de narrativa subterrânea de um país condenado pelo abandono da memória”<sup>76</sup>*

---

<sup>76</sup> SILVA 2014, 45.

A particularidade do Parque Nacional da Peneda-Gerês, deve-se não só ao seu ambiente natural como, pela ocupação humana. Esta “Paisagem Humanizada”, que resulta da ocupação ao longo de mais de 5 000 anos, torna-se tanto paisagem “natural” permanente como também o são as montanhas e vales que o constitui. A marca deixada pela ocupação do Homem na serra é o que distingue este Parque Natural, uma vez que o território é resultado de sedimentos decorrentes da ação humana ao longo dos tempos numa transformação ativa dos lugares.

Assim, os vestígios do passado que resistem no território vão se sobrepondo em camadas, tornando-se necessária a proteção da imagem do Parque como um todo, sem negligenciar os elementos produzidos pelo Homem que há tanto tempo o caracteriza.

No domínio da valorização do património, as casas do guarda-florestal são mais um dos elementos representativos do PNPG. Os mais antigos vestígios de povoamento remontam ao período do Neolítico, são eles os diversos dólmenes que representam o núcleo megalítico. Destacam-se a Anta do Mezio, no Soajo e as diversas mamoas identificadas ao longo do Parque. Há ainda registos de ocupação pré-romana onde se pode salientar a via militar que ligava Braga e Astorga. Da época medieval restam inúmeras construções relacionadas com o sistema de vida agropastoril que tendem a ser substituídas por construções recentes, resultado dos efeitos da emigração que contrastam com as construções tradicionais.

Ao nível da paisagem, as casas florestais são a materialização do sistema económico e social caracterizador de uma época, de um dos estratos construtores da paisagem. A casa conta uma história que ultrapassa a dimensão de quem as habitou. Torna-se testemunho de uma época de atuação ativa na florestação de territórios montanhosos, e, conseqüentemente na organização, imagem e potencialização económica destas zonas. São uma referência com qualidades significativas que identifica uma época, como carácter de documento, como fonte de informação histórica e como testemunho de dados artísticos, técnicos e culturais.



Fig.49. Vista de Cabana Maior | 125

Este fascínio inerente às Casas Florestais, não provém do edifício em si, mas pela sua presença singular na floresta. Olhar sobre a Casa Florestal como individual “é como cortar as raízes que a prendem à terra”, afastando o impacto que possuem como um todo, “perde-se a força e a autenticidade que representam”<sup>77</sup>. Para lhes atribuir o devido valor não nos devemos centrar apenas em um lugar específico, mas antes no território em que se insere e do qual depende. Estas habitações formam um conjunto indissociável. O conjunto lugar-território forma uma unidade que mesmo quando as partes possam parecer isoladas, funciona racionalmente num território contínuo, ligado por uma rede de caminhos, e gerido por uma comunidade profissional e organizada. É o perfeito funcionamento de conjunto assim como a lógica construtiva que lhes conferem durabilidade e eficácia.<sup>78</sup>

Raul Lino, defendia que “por vezes é tão importante o monumento em si como o quadro geral em ele que se situa, quantas vezes a paisagem é mais interessante que a obra do Homem.” Apesar de que, a denominada paisagem natural que vemos hoje no Parque não se trata de uma paisagem primitiva, mas antes uma paisagem construída, que resulta da longa ocupação do Homem. E ainda acrescenta, “mas, as mais das vezes é o conjunto de elementos – arquitetónicos, paisagísticos, pinturescos, sentimentais, que é preciso respeitar”.<sup>79</sup>

A política de florestação dos baldios, é mais um acontecimento que transformou o território, possuindo uma grande influência no desenho e na organização do espaço que se constrói consoante uma lógica operativa de funcionamento. O Plano de Povoamento Florestal é responsável pela imagem que hoje conhecemos do PNPG. É impressionante o protagonismo das árvores na transformação da paisagem.

Estas construções, que fazem parte de uma estratégia florestal são adaptadas ao meio e função, transportando para o presente a ação dos guardas-florestais, responsáveis pela unificação dos povoados com a construção de caminhos e estradas. Os guardas-florestais foram responsáveis por unificar as habitações rurais que viviam na solidão da serra pela falta de acesso, incapazes de funcionar como um todo.

---

<sup>77</sup> ARQUITETOS 2004.

<sup>78</sup> VIANA 1999, 35.

<sup>79</sup> LINO 1941, 15.





Fig.50. Aldeia de Tibo | 127

Daí que apesar do negativismo associado<sup>80</sup>, permaneça a preocupação em manter o elo com o passado, histórico e comum.

Surge assim, a complexidade em distinguir o meio natural da intervenção humana, uma vez que a reflorestação se trata de uma intervenção do homem no território através de um elemento natural que são as árvores. Mas esta artificialização da paisagem, surgiu também da necessidade de preservar uma memória do passado e da vontade de lhe fazer história. Uma vez que, a par das políticas económicas do Estado e ambientais, a floresta está associada à reconstrução de uma identidade florestal que existira e foi ao longo dos tempos destruída pelo Homem.

É interessante refletir acerca das dimensões desta paisagem, enquanto resultado do imaginário, que nos conduz a identificar uma realidade do passado, e enquanto realidade construída, após a concretização dos perímetros florestais. No entanto, estas transformações não são necessariamente negativas, visto que a permanência humana foi muitas vezes responsável pelas qualidades cénicas do Parque que tanto impressionam.

“A paisagem é o resultado físico e produto cultural, no tempo e no espaço, seja do ponto de vista do imaginário visual e literário, seja na sua dimensão física, de objeto. É sempre um processo cumulativo, resultante da ação ou da visão do homem sobre o território. Compreendê-la como consequência, implica, forçosamente conhecer-lhe as causas. É aí que, penso, reside a importância de lhe fazer História.”<sup>81</sup>

Enquanto imagem e objeto, o Parque Nacional construiu-se ao longo do tempo mediante a sua própria realidade serrana. As marcas geradas pela longa ocupação são resultado da sobrevivência de quem aqui habitou. A adaptação ao terreno acidentado da montanha gerou uma paisagem moldada em socacos, agora permanente e natural apesar da artificialidade inerente. A exploração agrícola, como base cultural, subsistiu durante centenas de anos sem ter o mesmo impacto da industrialização, responsável pela destruição natural do território. A paisagem é então resultado do equilíbrio entre a adversidade do meio natural e da cons-

---

<sup>80</sup> Decorrente de um período ditatorial e de más condições de vida.

<sup>81</sup> TEIXEIRA 2016, 19.



Fig.51. Aldeia de Tibo | 129

tante interação humana que em prol da subsistência gerou mudanças permanentes na forma e na imagem do PNPG. É um processo cumulativo, evidente na sobreposição dos vestígios que são capazes de nos dar a conhecer a história do lugar e a sua sobreposição de camadas assim como compreender o resultado físico do objeto.

No entanto a consciência do valor da paisagem enquanto património começa a surgir em simultâneo com a sua própria destruição. Utilizando o PNPG como referência, considerado Parque Nacional desde 1970, permanece em eminente descaracterização pelo abandono e falta de preservação dos elementos que o constituem. As mudanças sociais e económicas intensificaram o despovoamento de várias aldeias e consequentemente o abandono da atividade agrícola, o que contrasta com a usufruição intensiva do património por visitantes em prol do desenvolvimento económico agora sustentado essencialmente pelo turismo. O que resulta na priorização deste setor quando a proteção e conservação era o objetivo principal na criação do Parque Nacional.

Ao longo dos últimos anos, em Portugal, têm existido um crescente interesse na preservação e divulgação do património arquitetónico, porém ainda é notório o abandono em que muito dele se encontra, esquecido e desintegrado do contexto que se insere.

As Casas Florestais são mais um dos casos de abandono que conduz à progressiva degradação do património. Enquanto conjunto possuem um valor peculiar, são marcos que definem o território e são sobretudo fragmentos de factos civilizacionais. A par do reconhecimento da evolução continua de ocupação, e das próprias estruturas sociais arcaicas, o interesse pela paisagem natural, procura compreender o território como o lugar onde se concretiza a identidade de um povo. E como tal, o estado de degradação destas casas acentua a necessidade de salvaguarda, para que se mantenham vivas as suas memórias, agora perdidas no tempo.

O tempo é sem dúvida uma grande questão na arquitetura. Foi sobretudo no século XIX que o valor histórico e documental foi atribuído a monumentos, assumindo se como símbolos das civilizações, sendo que



Fig.52. Casa Florestal da Bela Vista | 131

o passado interessa como instrução dos povos.

Alois Riegl (1858-1905), historiador de arte austríaco, interessado na proteção de edifícios antigos, começou a questionar o que as pessoas valorizavam neles. No seu ensaio escrito em 1903, *O culto moderno dos monumentos*<sup>82</sup>, distingue o valor de antiguidade, histórico, memória, uso e de arte, indispensáveis na abordagem em como lidar com a conservação tendo em consideração o legado da história e da memória intrínseca. Assim, o autor não faz distinção entre monumentos “maiores” ou “menores”, reconhece que tudo o que faz parte do passado pode vir a ter importância para uma determinada comunidade.

Da condição da existência do tempo, resulta a necessidade de responder às solicitações culturais das várias épocas e à forma como as sociedades reinterpretem as possibilidades formais e espaciais que o facto arquitetónico contém.

Desde o século XX, têm vindo a ser produzidas inúmeras Cartas e Convenções Internacionais que abordam o tema do património. A Carta de Atenas de 1931 incentiva o inventário e arquivo dos monumentos históricos e o estudo da melhor utilização dessas informações. No entanto é na Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 2000, que se desenvolve o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado à paisagem, com objetivos de promover a sua proteção, gestão e ordenamento. É de frisar que o tratado aplica-se a todo o território, sejam áreas naturais, rurais, urbanas ou periurbanas, da vida quotidiana ou até paisagens degradadas.

Françoise Choay, também aborda o conceito de património no seu livro *Alegoria do Património*. Traçando um percurso evolutivo, reflete sobre conceitos como o tempo, a história e a memória do património e o modo como estes influenciam a arquitetura.

Atualmente, o património é considerado um valor material e imaterial, que demonstram civilizações passadas, o que corresponde ao legado cultural que herdamos do passado vivida no presente e que transmitimos para o futuro. “O património expressa a identidade histórica e as vivências de um povo” contribuindo para “manter e preservar a identi-

---

<sup>82</sup> RIEGL 2014.



Fig.53. Aldeia do Soajo | 133

dade de uma nação”<sup>83</sup>. Torna-se assim um recurso fundamental para o entendimento e construção de uma presença cultural de um tempo, além de ser uma expressão material de uma sociedade.

Na Carta de Cracóvia de 2000<sup>84</sup> é referida a identidade como um referente coletivo que advém dos valores atuais de uma comunidade e pelos valores autênticos do passado.

Segundo Santos (1994)<sup>85</sup> a identidade surge da interação dos indivíduos na sua realidade quotidiana. Desta forma as sociedades “são resultados de processos (mitológicos e históricos) de (com)textualização e de (des/re)contextualização de identidades culturais, ao longo do tempo”. No entanto, tal como a paisagem, a identidade, seja individual ou social não é estável, causa a relação entre lugares e identidades, uma vez que os limites territoriais são cada vez mais indefinidos. A globalização estabelece relações económicas, tornando cada vez mais fácil o consumo e a produção pelo mundo inteiro, assim como a circulação de bens e de pessoas. Através dos meios de comunicação são divulgadas informações, culturas e religiões, são partilhadas diferentes ideias e modos de vida pelos mais variados locais, agora menos distantes. Desta forma é diminuído o espaço geográfico pelo encurtamento do tempo uma vez que o que acontece em um determinado lugar hoje, têm um impacto imediato sobre as pessoas a grandes distâncias.

Este consumismo global de bens culturais resulta na criação de identidades partilhadas. O que torna cada vez mais complexa a caracterização de uma determinada identidade cultural, visto que a rápida circulação de informações se dissolve entre lugares e culturas. Com a aceleração do tempo e a constante aceleração da nossa realidade experimental, somos seriamente ameaçados por uma “ampla amnésia cultural”.<sup>86</sup> Daí o crescente interesse pelos povos do passado e a vontade de preservar os elementos materiais, como artefactos, escritos ou edificado e não-materiais, como ideias e comportamentos que são preservados através da memória social.

---

<sup>83</sup> RODRIGUES 2017, 4.

<sup>84</sup> Relativamente à paisagem, a Carta de Cracóvia reconhece que “a sua conservação, preservação e desenvolvimento centram-se nos aspetos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis. É importante compreender e respeitar o carácter das paisagens e aplicar leis e normas adequadas que harmonizem os usos mais importantes do território com valores paisagísticos essenciais. Em muitas sociedades, as paisagens possuem uma relação histórica com o território e com as cidades”

<sup>85</sup> SANTOS 1994.

<sup>86</sup> PALLASMAA 2018, 29.





Fig.54. Aldeia submersa - Aceredo | 135

“As questões do património e da memória são essenciais para o entendimento de um lugar. A memória é indispensável para a Arquitetura, é a junção do passado ao presente. Nesta continuidade, a autenticidade do património tem de ser verificada pela memória.”<sup>87</sup> É como uma salvaguarda, possibilitando o passado de se tornar presente e que este presente perdure como uma memória futura, de modo que não seja esquecido. E por isso é através dela que é possível reconhecer e preservar acontecimentos passados.<sup>88</sup>

Existe uma relação memória-património que será sempre recíproca, isto é, da mesma forma que a memória, através da sua presença, ajuda na preservação do património, também o património permite a perpetuação de memórias. Muitas vezes através da intervenção, que deve surgir antes que o património se transforme apenas vestígios. Contudo é necessário um equilíbrio quando se está a intervir, procurando encontrar um diálogo entre duas realidades estabelecidas, a pré-existência e a nova construção. “Para conseguir este equilíbrio é preciso não esquecer o carácter simbólico associado ao património, a memória. E mais do que apenas intervir, é necessário perceber a importância desse simbolismo num contexto social e cultural, para o conseguir preservar e realçar.”<sup>89</sup>

Antes do aparecimento da escrita, nas sociedades ditas “selvagens”, a memória era entendida como um processo de transmissão de conhecimentos, via oral. Posteriormente, o conceito da memória sofre uma grande evolução visto que se torna possível a eternização de saberes. Surge o registo de acontecimentos e de tradições de uma sociedade.

Atualmente, este conceito continua em constante expansão, representa o registo de ideias, conhecimentos e do passado. Porém também está relacionada com o fenómeno de lembrança e do esquecimento, sendo que a lembrança possui aspetos afetivos, sentimentais e valorativos. O esquecimento é a ausência destes gestos, havendo maior ou menor dificuldade para recordar certos factos. Contudo, a memória não é apenas o ato de lembrar ou recordar, também possui uma relação com o tempo, funcionando como ponte de ligação entre três dimensões tem-

---

<sup>87</sup> BARBOSA 2013.

<sup>88</sup> “We may live without her [architecture], and worship without her, but we cannot remembre without her.” J. Ruskin. FORTY 2000, 206.

<sup>89</sup> PANCADA 2018.



Fig.55. Casa Florestal da Albergaria | 137

porais, o passado, o presente e o futuro.

Com o desenvolvimento das sociedades, há uma grande evolução coletiva, desta forma, a presença da memória deixa de ter apenas um carácter individual, e passa a ser entendida como uma memória estruturada por acontecimentos vividos dentro de uma comunidade, podemos designar de memória coletiva uma agregação de memórias individuais. Um dos processos de construção da memória coletiva na sociedade é sustentada por lugares. Tanto a criação de memórias está associada a um lugar, como um lugar pode estar associado a uma memória passada, através da recordação de acontecimentos relevantes.

Uma característica regular na arquitetura é a utilização de obras arquitetónicas para homenagear pessoas ou eventos sociais da história que resistissem à fragilidade da memória humana, no entanto, é frequente a sobrevivência do objeto e o esquecimento do propósito que comemora. A noção da memória como parte necessária da experiência dos edifícios comuns reapareceu sobretudo no século XVIII, desenvolvendo-se em formas distintas, cada uma com um propósito diferente.

Ruskin (1819-1900)<sup>90</sup>, por exemplo, no século XIX defende que a arquitetura por si só é a memória do trabalho mental e manual do ser humano. Mais que individual a memória é coletiva, e a arquitetura é o meio de uma nação constituir a sua identidade através de memórias compartilhadas. Daí que a diferença entre história e memória é indistinguível, para Ruskin, os dois termos tornam-se sinónimos pois estão intimamente relacionados. O principal impacto dos seus argumentos esteve relacionado com a preservação de antigos edifícios, defendendo que a arquitetura não pertence a ninguém em particular, nem mesmo ao presente, mas a todos os tempos, chegando ainda a afirmar "a memória não se refere apenas ao passado, mas é uma obrigação que o presente tem para o futuro"<sup>91</sup>.

Tal como Adrian Forty descreve no texto "Memory" em *Words and buildings*, o modernismo errou ao supor que a novidade era possível sem o reconhecimento do contexto carregado de memórias do qual ne-

---

<sup>90</sup> John Ruskin (1819-1900) foi um importante crítico britânico. Conhecido pelos seus ensaios sobre arte e arquitetura extremamente influentes até aos dias de hoje.

<sup>91</sup> "memory' relates not just to the past, but is an obligation that the present has towards the future - when we build, let us think that we build for ever. Let it not be for present delight, not for present use alone; let it be such work as our descendants will thank us for, and let us think, as we lay stone upon stone, that a time is to come when those stones will be held sacred because our hands have touched them, and that men will say as they look upon the labour and wrought substance of them, "See! this our fathers did for us." FORTY 2000, 211.



Fig.56. Casa Florestal de Britelo | 139

cessariamente emergiu. É apenas nas últimas fases históricas, essencialmente no século XX, que de um modo geral se verifica uma obsessão pelo tema da memória, onde são investidos estudos históricos, desenvolvidos arquivos e programas de património. No entanto, a memória, neste período, obtém significados diferentes que variam de autor para autor.<sup>92</sup>

Além dos vários argumentos que foram surgindo ao longo das décadas e que associam a memória à arquitetura podemos ainda tal como Ruskin, relacionar o tema com a identidade, também referida anteriormente associada ao património.

A memória “está na base da construção da identidade”<sup>93</sup>, uma vez que reflete os acontecimentos vividos de um grupo ao longo do tempo. No entanto, é necessário frisar que a preservação de identidades sociais não consta apenas nos objetos materiais como a Casa do Guarda-Florestal.

Num mundo altamente tecnológico, a noção da importância da memória oral parece sumir com mais força que o próprio esquecimento dos vestígios arquitetónicos. A oralidade é também uma importante forma de reprodução do saber, sobretudo nas comunidades rurais, é uma forma particular que nos permite reproduzir e entender as suas vivências do passado.

A análise da casa do guarda enquanto projeto tipológico, que surge de uma estratégia política de um estado ditatorial permite-nos compreender a dinâmica funcional desde a tipologia até à escala do território. No entanto, as memórias descritivas dos projetos não nos permitem prever de que forma as casas eram habitadas pelos guardas e respetivas famílias. Nem de que forma a mesma tipologia se adaptava a cada lugar onde era inserida.

Uma vez negligenciada a importância deste grupo social que são os guardas e as suas repetitivas famílias perde-se uma grande parte da história do território, que apar das ruínas nas serras também eles começam a desaparecer.

---

<sup>92</sup> Um dos exemplos mais conhecidos é o arquiteto Italiano Aldo Rossi (1931-1997), associado à reinvenção da memória, defende que para desenvolver novas formas na arquitetura requer o estudo da existente, e que a cidade não deve ser apenas estudada através das suas relações funcionais, mas através do registo do passado que é evidente no presente. “the city itself is the collective memory of its people, and like memory it is associated with objects and places. The city is the locus of the collective memory. This relationship between the locus and the citizenry then becomes the city's predominant image, both of architecture and of landscape, and as certain artifacts become part of its memory, new ones emerge. In this entirely positive sense great ideas flow through the history of the city and give shape to it.” FORTY 2000, 217

<sup>93</sup> RODRIGUES 2017, 5.



Fig.57. Casa Florestal de Travanca | 141

Assim, e tal como o documentário do realizador Manuel Mozos, *Ruínas*, onde são expostas as marcas do abandono na paisagem, o Álbum<sup>94</sup> pretende demonstrar “a constante descaracterização, o desleixo e abandono da memória arquitetónica, outrora significativa, que pura e simplesmente é deixada em estado de silenciosa agonia, em nome de uma ideia abstrata de progresso.”<sup>95</sup> Surge como um incentivo à preservação das Casas de Guarda-Florestal do PNPG e da memória que cada uma evoca. A representação do estado atual, seja de abandono, ruína ou utilização, pretende comprovar a urgência de valorização deste património. Trata-se da minha obrigação no presente para com o futuro. É ainda uma homenagem a todos os guardas-florestais do Parque pela falta de reconhecimento da sua história e profissão.

---

<sup>94</sup> Volume II da dissertação.

<sup>95</sup> SILVA 2014, 12.





Fig.58. Casa Florestal Coriscadas | 143



## **Duas amostras: Entre a memória e a experiência do lugar.**

*“A arquitetura é necessária para criar o fundo e a tela de projeção das lembranças e emoções. Acredito em uma arquitetura que desacelera e foca a experiência humana, em vez de acelerá-la ou difundi-la. Na minha opinião, a arquitetura deve proteger as memórias e proteger a autenticidade e independência da experiência humana. Sendo fundamentalmente a forma de arte da emancipação, a arquitetura faz nos entender e lembrar quem somos”<sup>96</sup>*

---

<sup>96</sup> PALLASMAA 2018, 31.

Os património arquitetónico não se reduz aos grandes monumentos, estendendo-se a uma amplitude de construções que revelam modos de fazer e viver a paisagem. Poderemos então salvaguardar o testemunho humano num dado território?

“Devemos preocupar-nos, porque esta visão redutora da monumentalidade é o que está na base dos inúmeros crimes cometidos contra o nosso património, contra a nossa memória coletiva, contra a monumentalidade dos lugares e da própria paisagem que também é cultura, poesia”<sup>97</sup>.

A reflexão e análise das casas florestais visa contribuir para o reconhecimento de parte deste património. Uma vez que falha a salvaguarda dos vestígios que o caracterizam, assim como o registo, sendo que a escassa documentação existente se encontra em uma biblioteca do ICNF em Lisboa, sem qualquer tipo de catálogo de pesquisa, fácil acesso do público ou reflexão a partir do campo disciplinar da arquitetura considerando a amplitude de escalas (do edificado à paisagem).

Tal como citado no documentário “Ruínas” de Manuel Mozos, “tudo são restos de épocas em que os empreendimentos do Estado alimentavam centenas de famílias e lhes garantiam casa, cuidavam da paisagem e da arquitetura, deixavam uma ideia de eternidade e segurança em cada pedra assente num parapeito, em cada viga de betão lançada sobre o vazio”<sup>98</sup>. No entanto as casas do guarda-florestal caminham cada vez mais para uma “dimensão sem-tempo” uma vez que a par do objeto arquitetónico, a memória coletiva que lhe é inevitavelmente associada se encontra em riscos de erosão.

Numa tentativa de “acender ainda um ofuscado brilho”<sup>99</sup>, pareceu imprescindível o contacto com as famílias que fizeram parte ativa da história dos guardas-florestais. Uma vez analisada a lógica funcional e características da época, a conversa com os residentes permite compreender melhor a forma como habitavam a casa e distinguir as principais diferenças da realidade atual para assim poder refletir acerca do seu futuro. O seu testemunho é também a salvaguarda do património nacional, trata-se de uma oportunidade de partilhar e preservar a memória de um passado, hoje, votado ao esquecimento. É a história oral<sup>100</sup> que ainda está por escrever.

---

<sup>97</sup> PESSANHA, M. (2003). Pág.76.

<sup>98</sup> SILVA, B. S. (2014). Pág.26.

<sup>99</sup> Idem. Pág.26.

<sup>100</sup> A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste na realização de entrevistas com pessoas que podem dar o testemunho sobre acontecimentos ou outros aspetos da história.

O considerável número de exemplos que integram o Parque Nacional tornou necessária uma seleção dos casos que se baseou tanto pela proximidade desta população, mas essencialmente pelas circunstâncias presentes nas casas. Isto é, baseou-se nas funções atuais, visto que permite uma comparação entre o seu presente e passado.

A Casa Florestal da Preguiça trata-se do único exemplo no PNPG, onde é mantida a função de habitação, servindo de residência a um atual vigilante da natureza. Já a Casa Florestal de Travanca, trata-se de um exemplo com uma função distinta sendo utilizada como núcleo de recepção/bar de um parque de campismo. Esta última escolha deve-se à oportunidade que tive de pernoitar ao longo de quatro meses no acampamento, aprofundando a experiência do lugar que não seria possível através de visitas esporádicas. Permitiu um contacto com uma realidade que me era desconhecida e possibilitou uma maior proximidade com a população local do PNPG, que teve um papel fundamental para entender o território onde se inserem as casas florestais. A estadia no parque de campismo de Travanca tanto permitiu entender e refletir acerca dos diferentes usos adaptados atualmente às casas, como também supor as vivências do passado, enquanto o acampamento se encontrava encerrado ao público.



Fig.60. Sr. Fernando na Casa Florestal da Preguiça.



Fig.61. Sr. Paulo na Casa Florestal de Travanca



Fig.62. Casa Florestal da Preguiça 1984.



Na Casa Florestal da Preguiça<sup>101</sup> vive atualmente o Sr. Fernando Lage e a sua família, naturais da Vila do Gerês. A casa localiza-se na freguesia de Vilar da Veiga no concelho de Terras de Bouro onde se concentram o maior número de casas de guarda-florestal. Na qualidade de vigilante da natureza, o Sr. Fernando explica que após as renovações feitas pela Adere Peneda Gerês, em algumas casas florestais transformadas em abrigos turísticos, pediu para se mudar para a Preguiça.

*«Eu não era guarda-florestal. Aqui, por volta de 86 acabaram os guardas no Parque, ficou apenas um que trabalhou comigo. Eu era guarda da natureza na altura, só depois em 92 é que acabou a rede de guardas da natureza e passou a ser vigilantes. Eu vivia lá em baixo, junto à Vila do Gerês e depois em 89 pedi para vir para aqui, porque estavam a arranjar a casa e eu como sabia pedi ao engenheiro para viver aqui. Porque tinha um quintal para cultivar e uma fazenda.»*

Segundo o Sr. Fernando, antes da casa florestal ser abandonada e posteriormente restaurada, viveram na Preguiça dois Guardas-Florestais, o Sr. Barros e o Sr. Gonçalves, que tiveram de abandonar a casa aquando da reforma.

*«Isto não tinha nada, o quintal estava vazio, fui eu que plantei tudo. Estava tudo cheio de mato porque houve uma fase, quatro ou cinco anos, em que ficou ao abandono, só depois em 86 é que foi restaurado. Tinha apenas as leiras, os socalcos.»*

Caso não fosse a facilidade de acessos que o carro permite, assume que hoje talvez não vivesse lá, uma vez que se encontra a pelo menos uma hora de distância a pé da vila. No entanto refere que essa era a realidade no tempo dos trabalhos florestais. As crianças tinham de fazer esse caminho para a escola, todos os dias, mesmo com chuva ou neve. Assim como os que moravam em Leonte<sup>102</sup>, que demoravam quase duas horas a chegar ao centro.

Nos mapas das figuras 63 e 64, é possível distinguir as casas que se encontravam mais afastadas da Vila do Gerês. Também no mapa do perímetro florestal da Serra do Gerês, de 1939, é possível identificar as habitações que já estavam construídas e aquelas que se propunham cons-

---

<sup>101</sup> Identificada com o número (37.)

<sup>102</sup> Identificada com o número (36.)

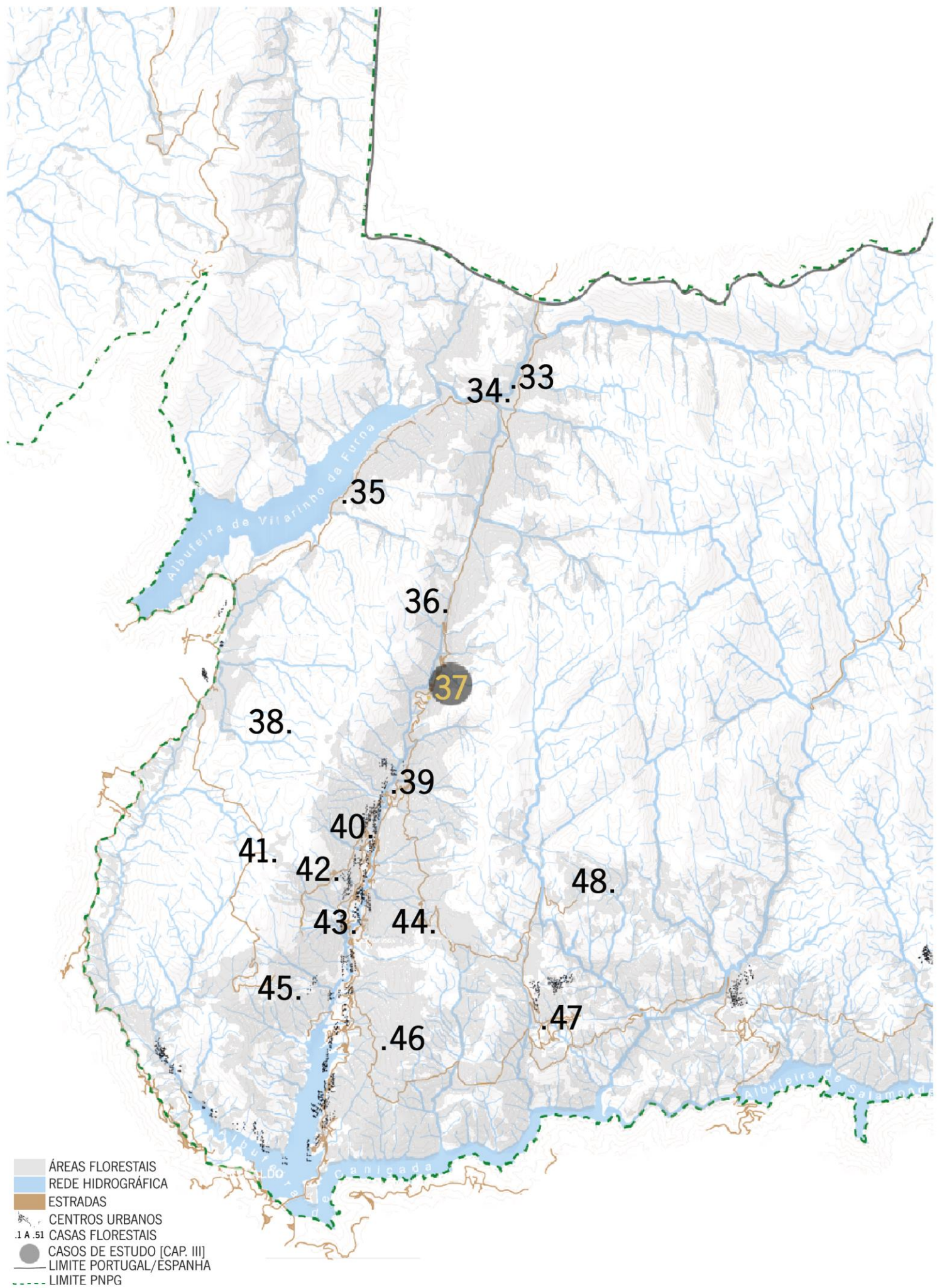


Fig.63. Mapa atual do PNPg – Zona de Terras de Bouro

# PERIMETROS FLORESTAIS DO GEREZ E TERRAS D'BOURO

ESCALA 1:50000

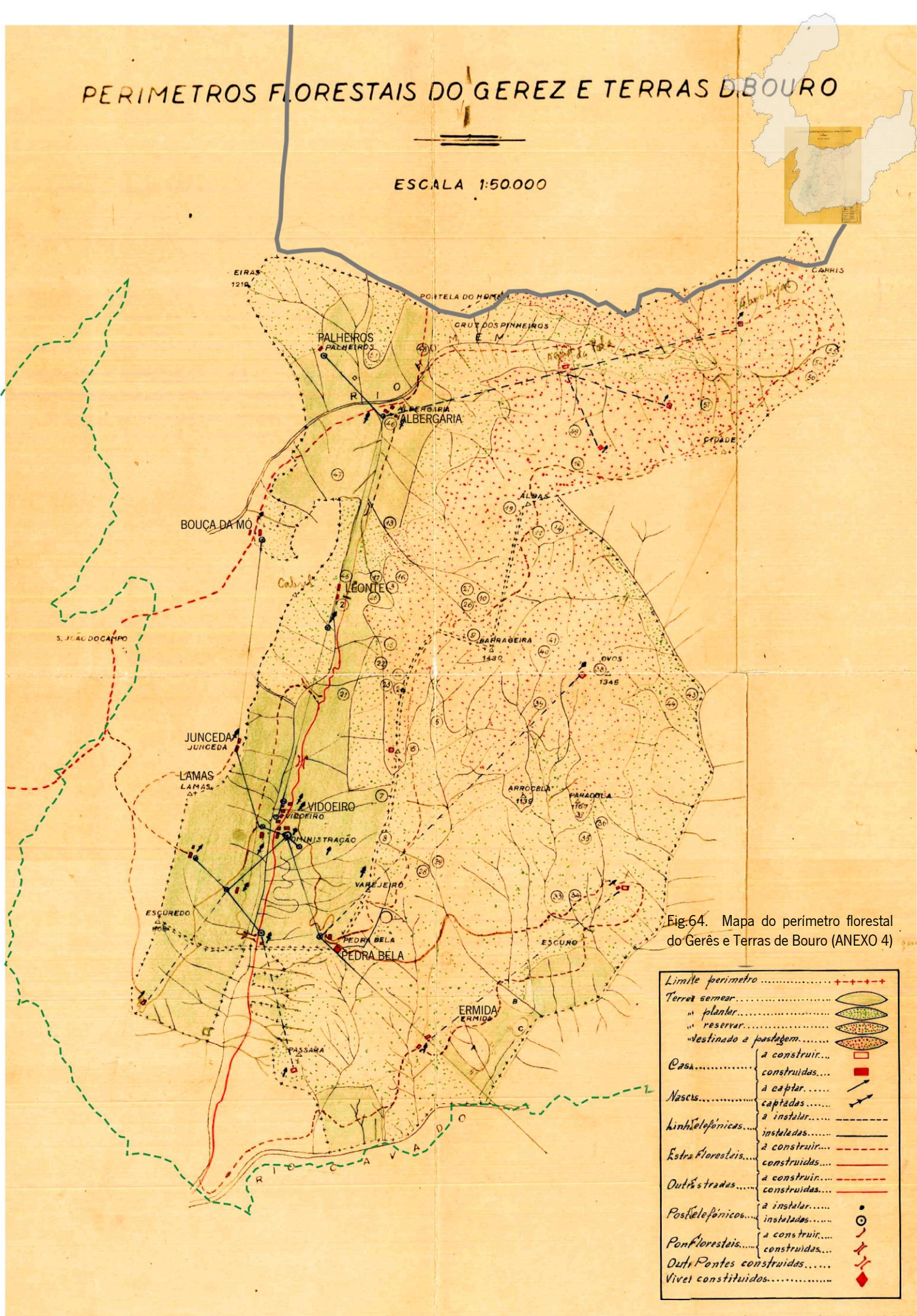


Fig.64. Mapa do perímetro florestal do Gerês e Terras de Bouro (ANEXO 4)

Limite perímetro	.....+.....
Terres semear	.....
" planter	.....
" reservar	.....
" destinado a pastagem	.....
Casa	a construir.....
	construídas.....
Nascos	a captar.....
	captados.....
linh'elefónicas	a instalar.....
	instaladas.....
Estra florestais	a construir.....
	construídas.....
Outr's estradas	a construir.....
	construídas.....
Post'elefónicas	a instalar.....
	instaladas.....
Pont'florestais	a construir.....
	construídas.....
Outr' Pontes construídas	.....
Vivei constituídos	.....

truir. O facto de a casa florestal da Preguiça não constar neste mapa significa que a sua construção foi posterior. No mesmo mapa é possível identificar a casa florestal da Bouça da Mó<sup>103</sup>, junto à linha de água, que segundo o Sr. Fernando foi destruída por causa da construção da barragem de Vilarinho das Furnas. Como existem exemplos de casas com uma morfologia totalmente distinta das tipologias apresentadas no capítulo anterior, inicialmente achava-se que o edifício das cavalariças, ainda existentes no terreno da Bouça da Mó, eram a Casa Florestal.

*«Agora só restam as cavalariças. Antigamente não se andava de carro na Mata da Albergaria<sup>104</sup>, iam de carro até à Bouça da Mó, ou até à Albergaria, dependendo do lado que vinham, e pegavam nos cavalos para atravessar a mata.»*

Assume que antigamente havia mais respeito pela natureza, mas também havia mais profissionais a trabalhar. Compara que antigamente havia mais de vinte guardas e que agora estão reduzidos a seis vigilantes da natureza para toda a zona do Gerês. No entanto, o respeito referido pelo Sr. Fernando está também relacionado com a relação que a população tinha com os guardas.

*«Era um pouco difícil. No tempo da floresta havia muitas mais restrições, havia muita fazenda. Os animais quando fugiam para as zonas de plantação ficavam retidos, ou então eram passadas multas.»*

Por outro lado, é importante referir que essa relação era maioritariamente entre locais, não existia a pressão turística de hoje a circular e a utilizar os lugares do Parque.

Houve ainda uma tentativa de compreender as mudanças sofridas no modo do habitar relativamente à Casa Florestal da Preguiça. Ainda que não haja um testemunho que anteceda a utilização atual da casa, é possível, através da tipologia, e do quadro geral de informação descrito no capítulo anterior, fazer uma comparação da realidade do passado e presente. Como se trata de um caso habitado, não foi possível fazer um desenho rigoroso do interior, ou fotografar todo o espaço envolvente, no entanto, através da descrição do inquilino conseguiu-se entender as principais alterações na casa.

---

<sup>103</sup> Identificada com o número (35.)

<sup>104</sup> A mata da Albergaria é um dos bosques mais representativos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Além dos carvalhais, possui ainda um troço da via romana, a via XVIII/Geira. Sendo que, atualmente, a estrada que a atravessa e faz ligação com Espanha, está aberta ao trânsito automóvel. É apenas nos meses de verão que o trânsito é condicionado pelo imposto de uma taxa num horário específico e determinado pelos agentes responsáveis pelo controlo da circulação de motorizados no interior desta área protegida.

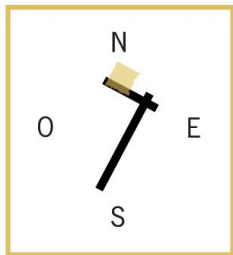
Há uma clara compartimentação entre os espaços sociais das zonas mais privadas que estão representadas no esquema da figura 65. Os antigos anexos destinados a dar apoio aos instrumentos de trabalho do guarda-florestal são agora quartos assim como o lado oposto, da cozinha e antigo escritório concentra as zonas comuns da casa. A instalação sanitária, que já se localizava no interior separa as duas zonas referidas.

É de lembrar que a casa da Preguiça se trata do único projeto construído em espelho relativamente ao projeto tipo base, classificado no capítulo II como tipo 2.

No final da entrevista, o Sr. Fernando admite que é lamentável o estado em que as casas de guarda se encontram, referindo que o futuro da Preguiça, onde mora, será o mesmo que as outras assim que ele a abandonar.

*«Agora faltam me 5 ou 6 anos para a reforma, e depois os serviços querem que a gente saia. Eu ainda vou tentar, a ver se fico mais algum tempo, mas pronto. Era preferível ficar aqui, porque estavam habitadas as casas. Assim que eu saia vai ficar como as outras, todas caídas no chão. É o futuro. Se eu sair daqui o futuro é ficar como as outras»*

# CASA FLORESTAL DE PREGUIÇA (37.)

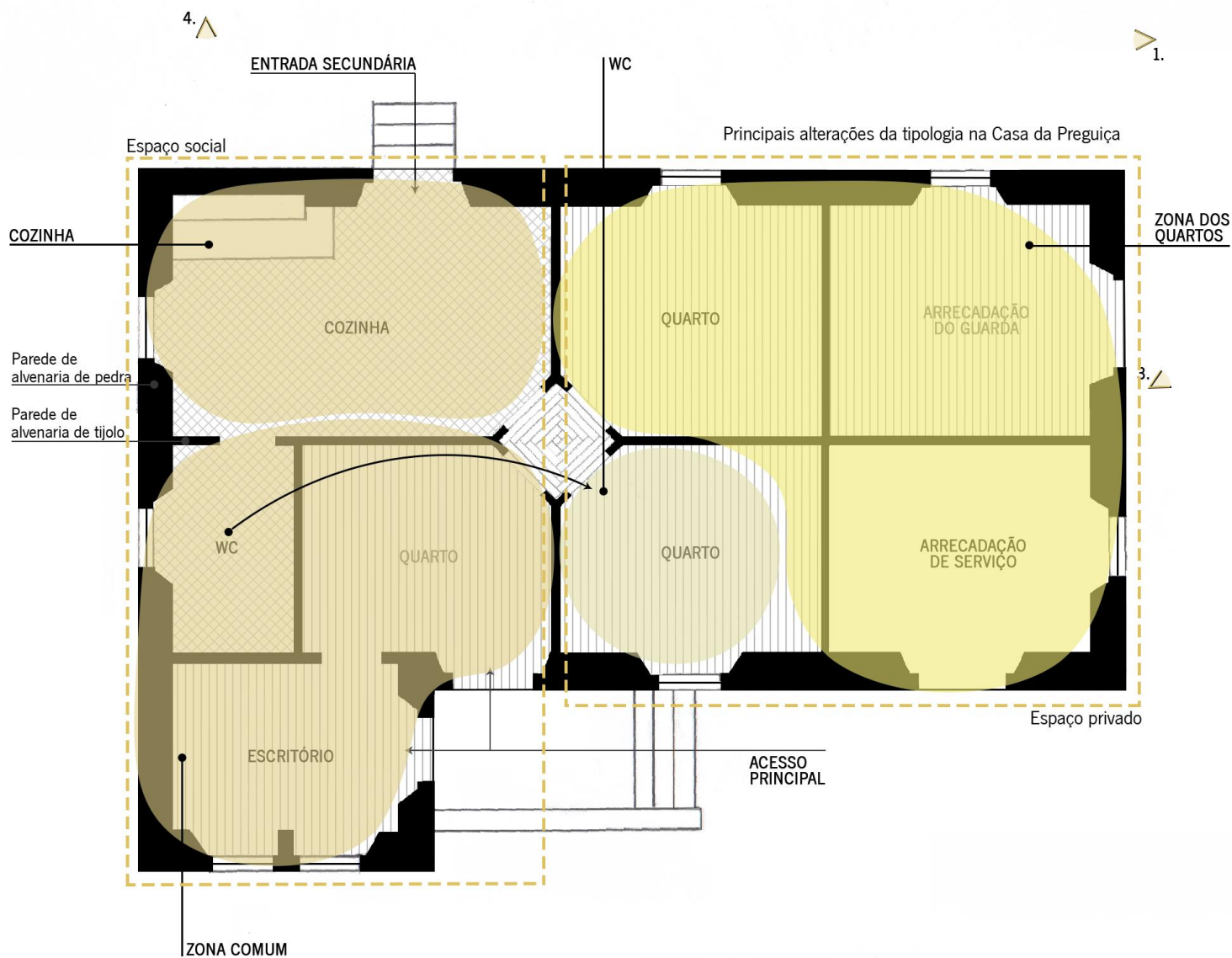


1 Traseiras da casa



2. Entrada da casa

Fig.65. Principais alterações da tipologia da Casa Florestal da Preguiça



3. Campos de cultivo



4. Lareira



2.

Fig.66. Alçados Casa Florestal da Preguiça



A Casa Florestal de Travanca (19.), localiza-se no concelho dos Arcos de Valdevez, em Cabana Maior, situado em pleno bosque no alto da montanha. Esta, foi a casa onde o Sr. Paulo Pereira nasceu, filho do falecido Avelino Rodrigues Pereira, guarda-florestal do Parque até aos 75 anos.<sup>105</sup>

Natural de Cabeceiras de Basto, Avelino Pereira, foi chamado para trabalhar como guarda em Gondoriz, na casa Florestal da Lombadinha<sup>106</sup>, só posteriormente, por volta de 1966 é que se mudou para Travanca, uma vez que era mais perto da escola dos seus filhos. Mais tarde, em 1970, com a desocupação da Casa Florestal do Mezio, aquando da reforma do guarda que lá vivera, a família Rodrigues Pereira mudou-se para lá, mais uma vez devido à proximidade da vila. Quando se reformou e sendo obrigado a sair, construiu uma casa ao lado.

A necessidade da família se mudar, confirma a definição de “isolada” no anexo 2 pela distância considerável da casa com as aldeias vizinhas. O Senhor Paulo relembra as dificuldades em ir para a escola naquele tempo:

*«Os meus irmãos ainda andaram na escola em Vilar de Lajes, mas eu não. Na altura tinham de sair às sete da manhã para estar às oito horas na escola, às vezes a chover... Quando vinha neve, o meu pai levantava-se às quatro ou cinco da manhã, com uma pá para a ir limpar, para os meus irmãos não chegarem molhados à escola.»*

É surpreendente o contraste das diferentes realidades que o mesmo lugar pode albergar, assim como as similitudes que permanecem no território, capazes de nos transportar para o passado e compreender os distintos modos de vida.

A possibilidade de pernoitar no parque de campismo, enquanto fechado ao público permitiu-me experienciar a solidão da serra. No entanto, o isolamento que evoca não é sinónimo de silêncio, as noites eram preenchidas por barulhos vários. O vento nas árvores, o som do chocalho das vacas na montanha e o uivar dos lobos confrontava com o cantar matinal dos pássaros, que também não permitia dormir mais.

Por mais estranho que pareça, e apesar do Sr. Paulo se ter mudado por duas vezes em

---

<sup>105</sup> Na entrevista foi dada a indicação acerca da idade do senhor, mas não necessariamente o ano específico.

<sup>106</sup> Segundo o Senhor Paulo, desde essa altura que a Lombadinha não voltou a ser habitada por mais nenhum guarda. E a Casa Florestal do Mezio, após a sua reforma passou para a posse da camara.



busca de uma maior proximidade à vila a sua realidade não era a mesma, o vazio que este lugar transparece era preenchido por uma família numerosa e pela população que lá passava constantemente. O Sr. Avelino vivia com a mulher e os seus oito filhos, cinco rapazes e duas raparigas, no entanto, albergava muita gente na sua casa. Em resposta aquilo que sente mais falta, o Sr. Paulo responde:

*«Da mocidade, de canalha, tenho saudades, até venho aqui todos os dias, de manhã e à noite. No verão andava sempre aí os filhos dos turistas do Porto e andávamos sempre na cobiada com eles, alguns ainda nos vêm visitar.... Andava sempre muita gente, chegamos a dormir 50 pessoas aqui. Por exemplo, quando era a matança do porco, vinha a família de Cabeceiras de Basto e andávamos aqui 80 pessoas. Ficavam muitos no sótão a dormir, com colchões ou mantas.»*

Esta sensação de viver em comunidade tornou-se em certa forma análoga com a abertura do parque de campismo, um sítio tão remoto como este aproxima as pessoas que lá ficam e os barulhos da noite são abafados pelas conversas entre os visitantes que estão de passagem.

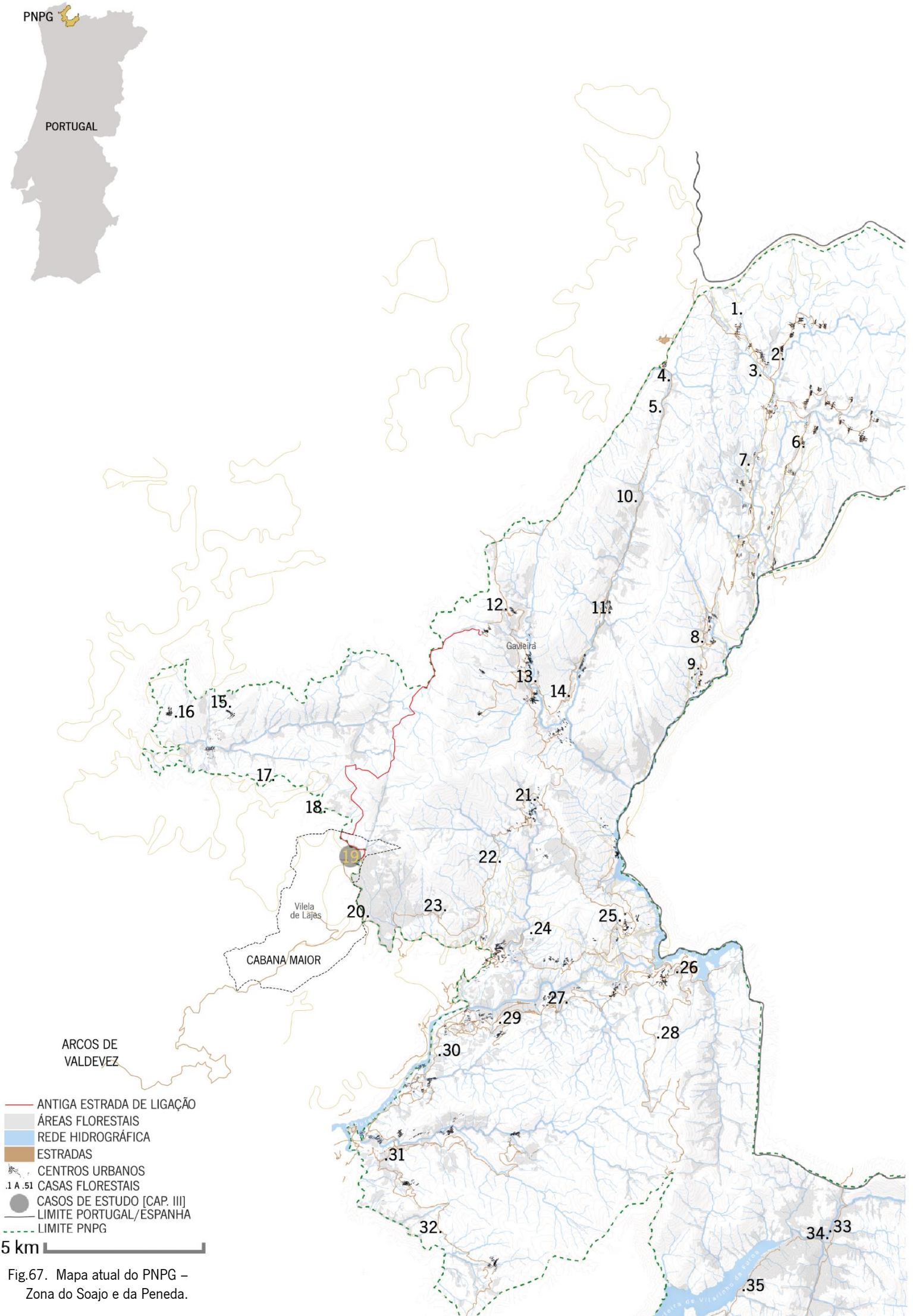
Travanca não funcionava apenas como casa de guarda-florestal, mas também como um interposto para as populações que vivam mais longe, uma vez que era um local de passagem para os habitantes da Gavieira que queriam ir ao centro da vila nos Arcos de Valdevez.

*«Antigamente a estrada estava arranjada, a estrada para a Gavieira era por aqui, se quisessem ir até aos Arcos vinham por aqui pelo meio da serra que era mais perto. Alguns deixavam as coisas, traziam a comida para o mês de lá de baixo e só depois é que levavam lá para cima. Por exemplo, vinham cá dormir às terças à noite, depois iam com o meu pai para a feira, ele saía sempre às três e meia quatro da manhã com os animais. Depois compravam dois ou três porcos e traziam até Cabana Maior<sup>107</sup>, iam dormir a casa, levavam qualquer coisa, o que podiam, e só depois é que vinham buscar os animais a pé.»*

Ao contrário daquilo que é descrito nas fontes bibliográficas acerca da difícil relação entre o guarda-florestal e as populações locais, Avelino Pereira «Nunca se chateou com ninguém, dava-se bem com toda a gente», o seu filho lembra que na altura vivia-se

---

<sup>107</sup> A população da Gavieira.



- ANTIGA ESTRADA DE LIGAÇÃO
- ÁREAS FLORESTAIS
- REDE HIDROGRÁFICA
- ESTRADAS
- CENTROS URBANOS
- CASAS FLORESTAIS
- CASOS DE ESTUDO [CAP. III]
- LIMITE PORTUGAL/ESPANHA
- - - LIMITE PNPg

5 km

Fig.67. Mapa atual do PNPg – Zona do Soajo e da Peneda.

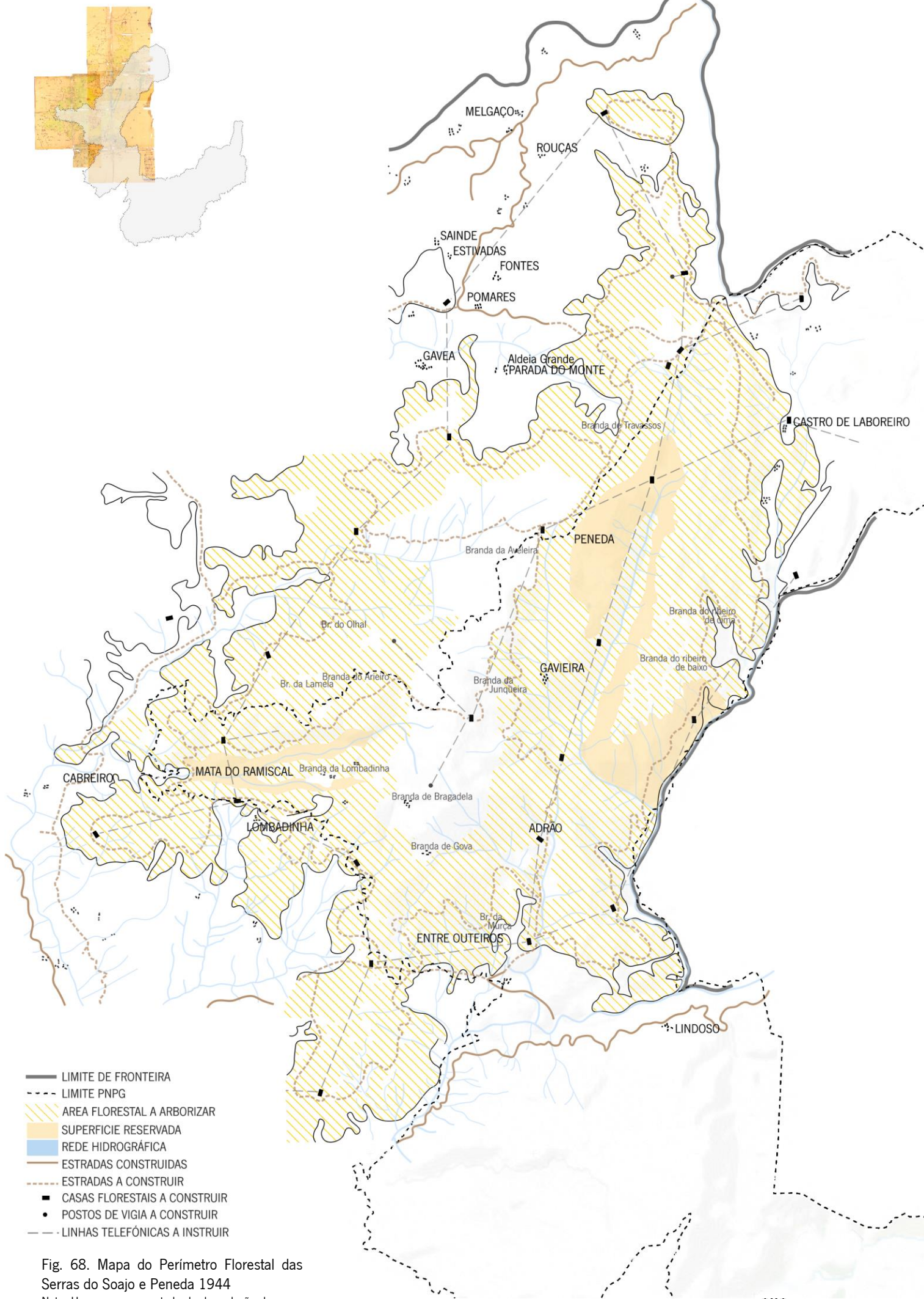


Fig. 68. Mapa do Perímetro Florestal das Serras do Soajo e Peneda 1944

Nota: Uma vez que o estado de degradação do mapa original tornava mais complexa a sua leitura, optou-se por redesenhá-lo utilizando-o apenas como base.



Fig.69. Casa Florestal de Travanca,  
passado vs presente.

mais em comunidade, «nunca levávamos de comer para a escola, hoje comíamos numa casa, amanhã íamos comer noutra», assim como tem memórias da mãe na casa do forno<sup>108</sup>, cozia o pão duas vezes por semana, para a família e para quem lá passasse, «presunto e pão havia sempre». Descreve ainda vários episódios da profissão do pai e a proximidade que tinha com os outros trabalhadores, na altura das plantações, diz ter ido muitas vezes para a serra ajudar.

*«la muitas vezes com os jornaleiros para cima. Havia um que fazia a comida para vinte ou vinte e tal no meio da serra, cada um com a panela, levávamos ou massa ou batatas e comíamos. O meu pai podia vir a casa, mas ficava com os jornaleiros, a tomar conta e a vigiar por causa do carvão e do azevinho, era proibido, embora o meu pai às vezes fechava os olhos.»*

As histórias que partilhava permitia-me fazer uma relação com as minhas viagens de campo, em busca das cinquenta e uma casas do PNPG. Embora certamente com equipamentos mais desenvolvidos, torna-se semelhante o desenrasque para fazer o almoço e o jantar com uma cozinha improvisada no acampamento. As idas à mercearia nas vilas mais próximas a pé sempre que faltava algo para cozinhar, fazia-me questionar acerca das dificuldades acrescidas que as populações tinham para se deslocar. E, apesar da atual facilidade de acessos e do carro ser uma possibilidade comum, o planeamento das viagens e a seleção dos alimentos era sempre necessária e rigorosa, uma vez que em regiões como estas as distâncias medem-se de forma diferente por causa da topografia acidentada.

As dificuldades do mundo rural são bastante evidentes, sendo ainda mais agravadas no mundo serrano, pelas dificuldades criadas pela topografia e pelo clima agreste. Apesar de na altura em que as casas eram habitadas existir transportes públicos, estes eram limitados e era sempre necessário um percurso a pé desde as paragens do autocarro. No caso da família Pereira tinham de percorrer o caminho desde o Mezio<sup>109</sup> até Travanca<sup>110</sup>, percurso este que tem uma duração de pelo menos quarenta minutos (Fig. 67).

---

<sup>108</sup> Equipamento adjacente à casa do guarda.

<sup>109</sup> Identificada no mapa (Fig.67) com o número (20.)

<sup>110</sup> Identificada com o número (19.)



Fig.70. Casa Florestal do Mezio,  
passado vs presente.

O projeto de arborização representado no mapa de 1944<sup>111</sup>, além de confirmar a proximidade das casas com as linhas de água, e o seu posicionamento junto aos limites dos perímetros florestas, permite ainda comparar a mancha que se propunham arborizar com a mancha arborizada atual. Com a continua desflorestação torna-se cada vez mais difícil perceber aquilo que foi plantado pelos jornaleiros<sup>112</sup> e que os guardas-florestais tanto tentaram proteger. O Sr. Paulo assume a falta de limpeza das matas e a falta que os guardas fazem à floresta, acabando por desabafar acerca da situação do Parque:

*«...e teve arborizado, mas com os incêndios e como os guardas começaram a desaparecer já não resta quase nada, na altura a malta tinha respeito aos guardas e pronto, estava sempre tudo cheio de pessoal, turistas e não era a pagar, estava tudo aberto. Agora está tudo vazio, só ficou este bocadinho aqui porque é bastante húmido, se não já tinha ido também. Ardeu tudo. Na altura em que o meu pai se reformou, passando um ano já tinha desaparecido tudo.»*

Atualmente a casa do guarda-florestal e a envolvente não é muito distinta da imagem que possuía anteriormente, os espaços são apenas utilizados de forma diferente. Como já referido, o edifício da casa não é utilizado como habitação, mas como espaço de receção e convívio, possui apenas um pequeno quarto utilizado nos turnos da noite e um espaço de arrumos.

Enquanto habitação do guarda, os espaços interiores eram utilizados de formas ligeiramente diferentes das identificadas anteriormente. O suposto quarto dos pais, ao lado do escritório, era utilizado como sala comum, mas também servia para os hóspedes pernoitarem. Um dos arrumos era utilizado como quarto, com um corredor que permitia o acesso direto ao exterior, onde se localizava uma escada vertical de acesso ao sótão.

Atualmente, a casa florestal já sofreu pelo menos uma intervenção no interior, onde foram eliminadas algumas das paredes originais e construídas outras. São estes tipo de intervenções que mereciam um estudo prévio, uma análise coesa das casas florestais e da história que contam.

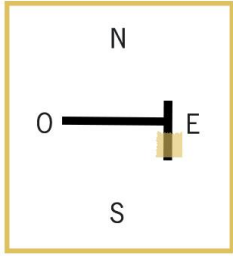
Apesar de ser um assunto complexo, e “não haver receitas para a preservação da memó-

---

<sup>111</sup> A incerteza relativamente ao ano de construção, tal como descrito no capítulo anterior, permanece. Segundo a pesquisa e as informações dadas pela população, Travanca teria sido contruída por volta dos anos 20. No entanto, o mapa representativo do perímetro florestal de 1944 (Fig.68), expõe as várias casas a contruir nesta região. Não há certezas de que a selecionada seja efetivamente a de Travanca uma vez que não vem descrito na legenda do mapa original nem na memória descritiva do projeto de arborização. No entanto, com a sobreposição do mapa tudo indica que o seja, considerando assim que está em falta a Casa Florestal da Junqueira.

<sup>112</sup> Trabalhador pago ao dia.

# CASA FLORESTAL DE TRAVANCA (19.)

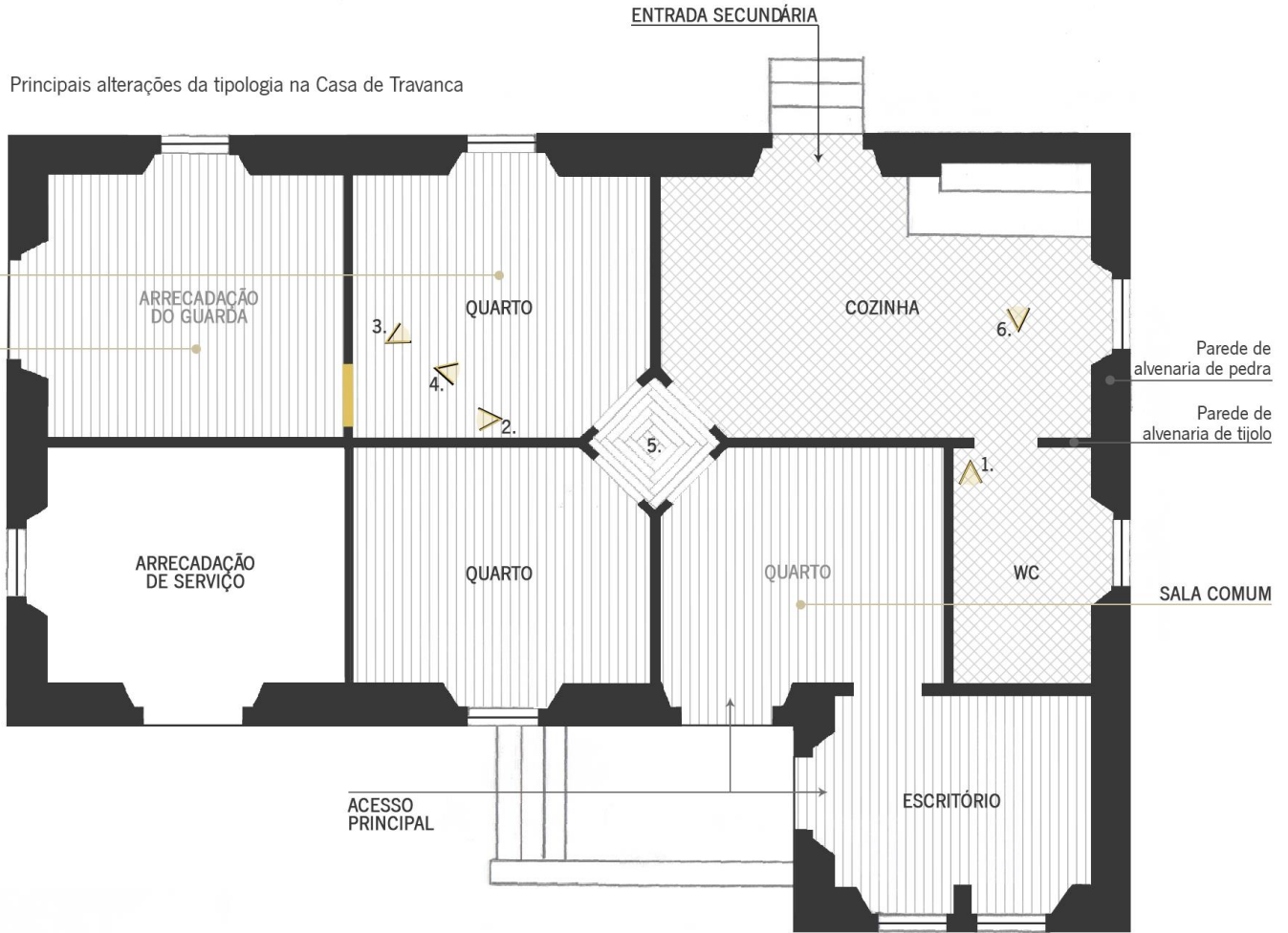


1. Receção do Parque de Campismo de Travanca



2. Asna Simples

Fig.71. Principais alterações da tipologia da Casa Florestal de Travanca



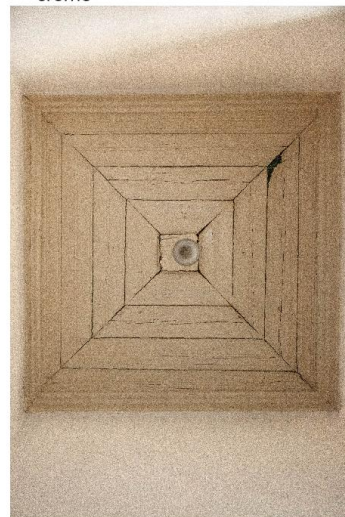
3. Quarto



4. Núcleo de circulação



5. Pormenor do teto em madeira - cor creme



6. Lareira





Fig.72. Alçados Casa Florestal de Travanca.





Fig.73. Casa Florestal de Travanca,  
Passado 1984 vs presente.

ria do lugar”<sup>113</sup> mais do que fazer é necessário compreender uma vez que uma intervenção ignorante, é também a descaracterização do património. A intervenção visa, à partida, responder a novas necessidades funcionais, no entanto, quando é dada uma resposta que não é devidamente alicerçada num desenho consciente e informado sobre as características da preexistência perde-se a imagem que representa.

No exterior, elementos como a casa do forno, e os abrigos para os animais, o tanque de água e o espaço de cultivo em socacos permanece. Imaginar as vivências daquela família neste lugar não é difícil. Contudo, os socacos são agora ocupados por tendas e árvores, outrora inexistentes, permitindo condições de luz/sombra adequadas à prática de campismo. Foram ainda acrescentados dois blocos de balneários em espaços diferentes pela inclinação íngreme do terreno e uma vedação que delimita o acampamento. No entanto sente-se a continuidade do território que o envolve, assemelhando-se a um acampamento selvagem<sup>114</sup>, com um riacho que o atravessa, e animais que o envolvem, chegando mesmo raposas a percorrer o interior da zona de campismo, o que se tornou comum durante a minha estadia em Travanca.

Neste território é possível ler as camadas do tempo aqui identificadas, além da época dos guardas-florestais, existem ainda vestígios da branda<sup>115</sup> de Vilar de Lajes que os antecedem. Assim estes abrigos foram primeiro utilizados como refúgios dos pastores, depois como um local para guardar os animais da população que utilizava a casa do Sr. Avelino como ponto intermediário entre a vila e as suas casas, e hoje, aparentemente sem utilidade, abrigam os animais selvagens que conseguem trespassar a vedação.

Na fig. 74 são então identificados os espaços com os diferentes usos assumidos ao longo do tempo, onde consta uma constante comparação entre épocas. Através do corte mostra-se a relação da casa com a envolvente, onde foram selecionadas partes do terreno que tanto representam as realidades do passado traduzidas pelas vivências do Sr. Paulo, assim como do presente, relativas à minha experiência enquanto utente do parque de campismo. Esta distinção entre passado e presente é feita com a utilização de cor quando relativa à atualidade e o preto e branco enquanto habitação do guarda-florestal.

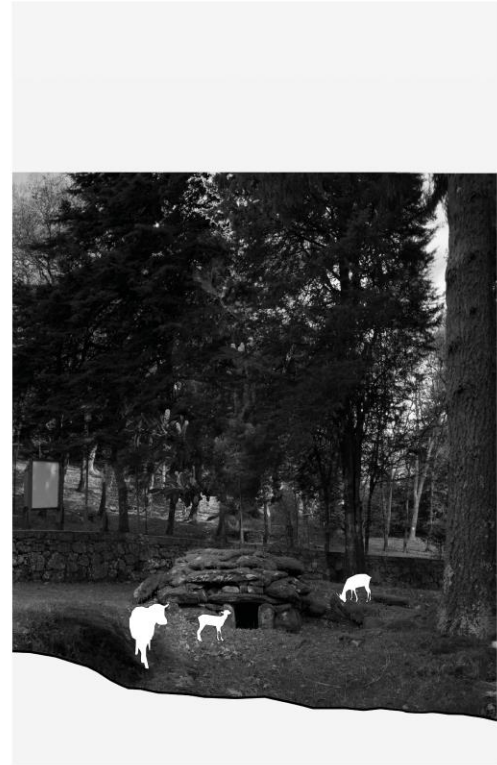
---

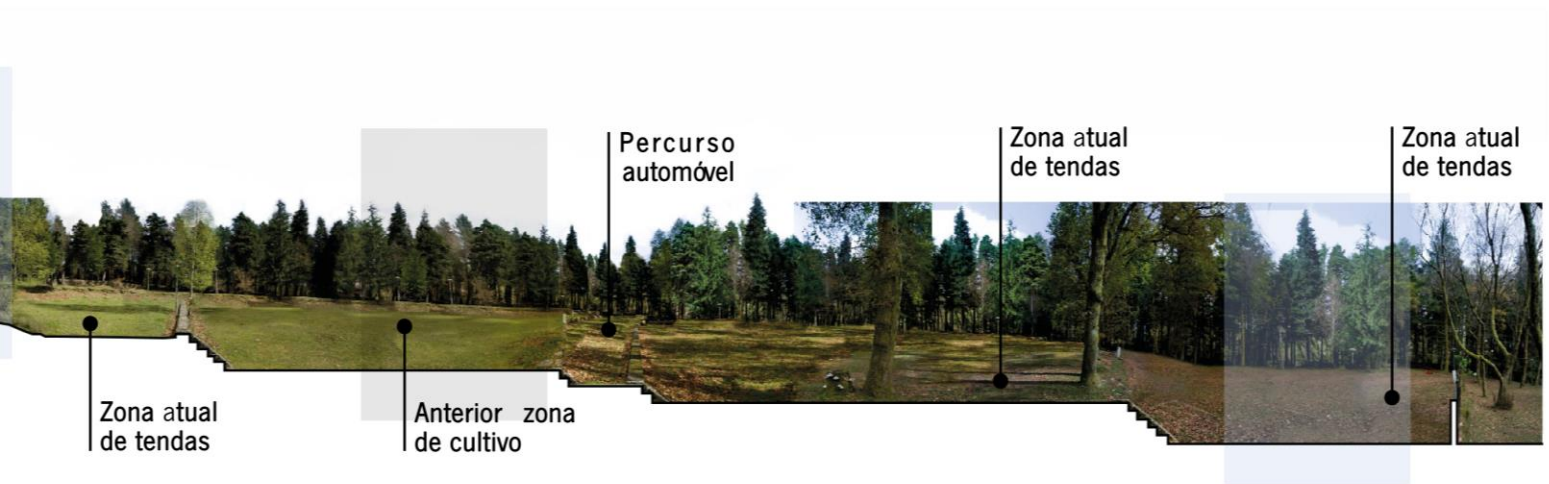
<sup>113</sup> PESSANHA, M. (2003). Pág.77.

<sup>114</sup> O acampamento selvagem, significa passar a noite longe de parques de campismo em que o foco principal é a natureza.

<sup>115</sup> As brandas eram núcleos habitacionais temporários utilizados no verão aquando da altura da transumância, as populações deslocavam-se das suas habitações de inverno, as inverneiras, para as zonas mais altas da serra para alimentar o gado nas zonas de pastagem.

Fig.74. Diferentes usos – comparação passado vs presente







## **NOTAS FINAIS | Conclusão**

Possibilidades de intervir no construído. Que futuro?





## **Possibilidades de intervir no contruído. Que futuro?**

“Na fúria igualitária e uniformizante do nosso tempo, a caminho da destruição de todas as belezas criadas por cada povo na sua maneira de ser, melhor e muito mais reage quem mais e melhor, mais conscientemente, voltar a si próprio.” <sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> TOMÉ 2002, 100.



Fig.76. A caminho da Casa Florestal da Lombadinha.

Após a análise das casas e do contexto em que surgiram a questão coloca-se, que destino dar às casas de guarda-florestal?

É importante referir que o valor de conjunto que lhes é atribuído, como imagem caracterizadora do território, de um tempo e respetivos modos de vida não pressupõe uma solução única. Apesar de terem sido construídas sob uma mesma intenção, com as mesmas características gerais, trata-se de 51 lugares distintos. O contexto serrano que partilham não condiciona a identidade única que cada uma possui, cada lugar conta uma história diferente. Assim, torna-se necessário ter em atenção as necessidades específicas de cada local, uma vez que a condição atual de cada casa carece de uma resposta diferente. Tal não invalida o olhar das casas como conjunto, a desvalorização da imagem que representam é também a desvirtualização do património. Perde-se o todo pela descaracterização das partes.

Luísa Jorge, arquiteta do ICNF, põe em hipótese a venda das casas a privados uma vez que há um elevado número de interessados: “seria, sem dúvida, o caminho mais fácil, (...) segundo uma lógica imediatista e puramente economista”<sup>117</sup>. Mas não será o caminho mais fácil, aquele com mais potencial para a degradação da sua imagem?

Tal como Fernando Távora referia em relação ao estudo da casa portuguesa, “Tudo há que refazer começando pelo princípio”<sup>118</sup>, o que serve de mote para reforçar a importância do estudo e conhecimento da história inerente ao conjunto edificado para poder refletir sobre o presente e consequentemente possibilitar um futuro.

Mas afinal o que leva ao abandono deste património construído? A desvalorização estilística, e a falta de apropriação/vivência abre portas ao vandalismo e à ruína.

Inerente ao conceito de património arquitetónico, o valor de uso revela-se fundamental. A perda de função provoca um sentido de esvaziamento do carácter social e cultural do objeto e a vontade de intervir surge ancorada à tentativa de recuperação da sua função. Assim, este processo surge como instrumento para resgatar o edifício e lhe oferecer um novo papel social que responda tanto à degradação física como funcional.

Para revalorizar os equipamentos florestais e manter vivo o património é importante articular os conteúdos culturais com as oportunidades de desenvolvimento. E a arquitetura representa essa procura de articulação entre os vestígios do passado e as necessidades sociais e económica

---

<sup>117</sup> JORGE 2003.

<sup>118</sup> TÁVORA, 1947.

Fig.77. Aldeia de Estrica -Sistelo



atuais, é o ponto de equilíbrio entre o trabalho de análise e divulgação e posteriormente a resposta às questões urgentes do presente. O objeto a intervir, solicita simultaneamente uma resposta técnico-funcional, e o maior cuidado na proteção do seu valor.

É certo que a procura de uma resposta funcional e pragmática de um edifício é constantemente alvo de contradições, de onde surgem conflitos com o valor histórico e artístico do edifício. Assume-se até, o debate entre o direito de intervenção, e a ideia de que os edifícios deveriam atravessar os séculos de maneira intocada, seguindo o curso do destino.

No fundo este confronto assenta entre a visão poética de Ruskin (1819-1900), que está relacionada com a ideia romântica da ruína, condenando o renascer de uma obra, que se opõe à intervenção<sup>119</sup> de Viollet le Duc (1814-1879), que desconsidera a fidelidade histórica em favor da coerência da lógica arquitetónica. Qual será o caminho a seguir relativamente às casas-florestais?

A Carta de Cracóvia (2000), tendo como objetivo a conservação do património, seja arquitetónico, urbano ou paisagístico, assume que a defesa do património cultural assenta em diferentes tipos de intervenções, através do controlo do meio ambiental, manutenção, reparação, restauro, renovação ou reabilitação. No entanto, também afirma que se deve evitar reconstruções totais dos edifícios, salvo algumas exceções do âmbito social ou cultural que devem ser fundamentadas com documentações precisas.

Assim sendo, em que ponto a ruína pode ser considerada conservação? A ruína é um fragmento do passado, é o que ficou da transformação, a última forma elementar construída que resiste ao confronto com o tempo. A ruína é o resultado da ação da natureza sobre a matéria, e por isso objeto de várias leituras e significados antagónicos. A sua existência no tempo garante a sua capacidade e qualidade de persistência, ao mesmo tempo que expressa perda ou degradação da materialidade.<sup>120</sup> Em parte, o termo ruína, possui aqui um sentido carregado de

---

<sup>119</sup> É de referir que Ruskin não deve ser tomado como defensor do abandono e das ruínas, também ele zelava pela conservação e manutenção dos edifícios. Permitia pequenas intervenções com o intuito de preservar o monumento, no entanto quando perdiam utilidade confrontava-se com a morte certa e natural que, segundo o autor, qualquer edifício está destinado.

<sup>120</sup> “A ruína foi lida como o resto de um edifício que forneceu uma resposta cultural até determinado momento histórico, e que perdeu gradualmente essa funcionalidade mais restrita e concreta, ganhando uma presença de sentido material e visual. O valor da ruína, ultrapassando o dado histórico, consistia assim no seu carácter expressivo, na sua capacidade evocativa e na evidencia de antiguidade- enquanto arte e enquanto memória – condensando valores de passado e de presente. Esta síntese não é apenas temporal, mas também espacial; não assumia uma valorização autónoma, mas existia em confronto com um território e uma paisagem, transmitindo-lhe o sentido de lugar.” TOMÉ 2002, 232.



Fig.78. Aldeia submersa de Aceredo.

culpa, que se afasta do romantismo ou do sentido filosófico, “fins de História”, mas antes da confirmação de que pouco ou nada se fez para evitar a “desonra e a indignidade”<sup>121</sup>.

Mas será que, a ruína não se poderá também coordenar com o caracter bucólico do lugar? Em determinados casos, devido ao estado de conservação atual de algumas casas florestais, talvez não seja viável a sua recuperação. A ação do tempo pode ser assumida, dependendo das circunstâncias locais e da condição física do edifício, baseando-se no fascínio pela ruína, com qualidades estéticas evidenciadas pela sobreposição da natureza na obra humana.

No entanto, esta posição não significa o abandono do objeto no panorama da imagem das casas florestais. O plano de intervenção pode assumir a ruína como parte de um percurso, um posto de descanso ou de paragem, ou outras possibilidades que devem ser ponderadas em função do sítio exato onde se localizam. Por outro lado, pode ser uma forma de elucidar as consequências do abandono e da falta de preservação do património.

Já a ideologia que se opõe à intervenção do conjunto, quando existem condições favoráveis para tal, parece apresentar-se como uma falsa bipolarização. O conceito de intervenção não é sinónimo de conservação? A falta de esforço em manter vivas as memórias que estes vestígios transportam não é permitir a destruição do património?

O objeto em abandono, pode ser reconhecido enquanto um simples fragmento que existiu, tornando-se uma oportunidade para a intervenção e adaptação das novas realidades que lhes são associadas. No entanto, a ausência de um equilíbrio aproxima o objeto de estudo da sua própria destruição.

Na década de 40, também Raul Lino respondia a este confronto, defendendo que o processo de intervenção implicava o reconhecimento dos momentos intrínsecos ao objeto, a época de construção, o tempo e vida e por fim o da condição atual. Para o autor o tempo e vida era o que dava fundamento à necessidade de preservação do contributo das várias épocas, sendo que o momento de intervenção determina a posição do arquiteto como um dos agentes de transformação. O que implica uma consciência de que esse momento é mais uma das diversas modificações que teve ou pode vir a ter, onde é expressa a sua contemporaneidade.

“Assim, mais do que fazer, é preciso aprender, primeiro, a ver, a escutar, a sentir a própria realidade, ouvindo o que as coisas têm para nos dizer e ensinar”<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> SILVA, 2014, 44.

<sup>122</sup> PESSANHA 2003, 77.



Fig.79. Passadiços de Sistelo.



Na Carta de Cracóvia (2000), são ainda referidos os diversos procedimentos que se deve enfrentar antecedendo as diferentes ações de preservação, tais como investigações prévias, testes ou controlos. Daí que mais do que intervir, torna-se imprescindível o reconhecimento do objeto, permitindo adquirir conhecimentos do passado que possam ser utilizados e possibilitar um futuro.

Não existem receitas para a preservação da memória, mas é importante aprender com os conhecimentos do passado para assim poder tomar melhores decisões que permitam conservar os monumentos. A sobreposição de camadas que vemos hoje no PNPG são capazes de demonstrar as diferentes imagens que o Parque teve ao longo dos tempos. Caso haja a extinção dos vestígios que o caracterizam e que lhe deram forma, perder-se-á uma parte integrante da história.

É deveras importante vê-las como conjunto, mas não se torna menos relevante a reflexão a cerca do destino individual de cada casa tendo em conta a sua condição distinta e o local em que se inserem. A tentativa de tornar as casas florestais num retiro turístico acabou por não ser viável. Tal como se verificou, a utilização da mesma função em locais tão distintos, apesar de todas as semelhanças, teve diferentes resultados mediante o contexto específico do lugar em que se inserem. Daí ser indispensável ponderar a circunstância de cada uma sem perder a ideia do todo.

O carácter único do território, enquanto Parque Nacional, oferece inúmeras oportunidades a serem ponderadas e que podem contribuir tanto para a preservação do património natural como do património arquitetónico. A urgente necessidade de proteção da fauna e flora, assim como dos animais selvagens não aponta para o afastamento da população ou visitantes. Exige antes, um maior controlo capaz de diminuir a pressão turística, tendo como divisa a conservação do PNPG e que ao mesmo tempo dê possibilidades ao desenvolvimento económico através de atividades lúdicas.

Assim, a intervenção no património tem capacidades para responder aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>123</sup> anunciados pela ONU<sup>124</sup>. As dimensões principais que dividem as ações mundiais assentes nesta estratégia: a social, ambiental, económica e institucional, possuem metas que podem ser corporizadas no PNPG. Como por exemplo a implementação de

---

<sup>123</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são uma agenda mundial, composta por 17 objetivos e 169 metas para serem atingidos até 2030.

<sup>124</sup> Organização das Nações Unidas.



Fig.80. A caminho da Casa Florestal da Lombadinha.

políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura local, descrita no objetivo 8, “Trabalho digno e crescimento económico”. No objetivo 12, “Produção e consumo sustentável”, possui metas como a garantia da consciencialização e informação do desenvolvimento sustentável e dos estilos de vida que devem estar em harmonia com a natureza. Ou ainda a conservação dos ecossistemas de montanha, do objetivo 15, “Proteger a vida terrestre”.

Em favor do desenvolvimento, que futuro dar às casas de guarda-florestal? O crescente uso de trilhos pedestres parece ser uma oportunidade para não se perder a ideia de conjunto das casas de guarda. A criação de uma rota florestal permitiria não só a manutenção do património, seja de equipamentos ou caminhos construídos no Estado Novo e que atualmente se encontram degradados, assim como seria uma oportunidade de promoção da história florestal, uma vez que é cada vez menos reconhecida.

Esta rota poderia ainda cruzar percursos pedestres existentes, seja trilhos como a GR 50, que atravessa todo o Parque Nacional em 19 etapas, ou de romaria, como os caminhos de Santiago e a via Mariana do Soajo à Peneda. Desta forma, as casas florestais poderiam fornecer os mais variados apoios, dependendo das diferentes necessidades locais, funcionando como albergues de peregrinos ou caminhantes, postos de paragem, abrigo e descanso ou até mesmo de abastecimento.

A criação de uma rota florestal com visitas guiadas poderia ser uma forma de limitar o número de visitantes nas zonas sensíveis do Parque e ao mesmo tempo transmitir conhecimentos acerca do ambiente e da história florestal. Assim, surge a hipótese de utilizar determinadas casas como centros de educação ambiental ou laboratórios para o reconhecimento, estudo e monitorização da fauna e flora. Um posto avançado de observação tornaria desnecessária a criação de parques biológicos, onde se encontram animais selvagens em cativeiro para uma mera satisfação das atividades lúdicas que por sua vez se contrapõem aos objetivos da criação do Parque Nacional. Além de que a presença humana seria benéfica para a redução de incêndios, principalmente das matas protegidas, uma vez que a circulação de visitantes proporciona a vigilância necessária e que atualmente não existe.

Uma estratégia devidamente planeada, olhada simultaneamente na pequena e grande escala, pode ser a solução para o problema essencial do Parque, a conservação da natureza, ao passo que contribui para um desenvolvimento económico sustentável.

No entanto, não nos devemos apoiar apenas em soluções de carácter turístico, mas sobretudo em hipóteses que integram as comunidades locais e as suas necessidades. O que não impede o cruzamento entre ambos.



Fig.81. Barragem de Vilarinho das Furnas.

A Convenção de Faro (2005), oferece um quadro que envolve a sociedade nos processos de decisão e gestão do património cultural, com objetivos de salvaguardar e promover o património. Qualquer programa de intervenção apenas ganha sentido quando reconhecido pelos locais.

A utilização dos equipamentos florestais, sobretudo aqueles que se localizam mais próximo das povoações, como posto de socorro/médico por exemplo, poderia ser benéfico tanto para os residentes como visitantes. Uma vez que a população local tem de se deslocar aos centros das vilas do concelho onde vivem para assistência médica. Sendo que, alguns povoados se encontram a pelo menos uma hora de distância, o que também acontece com alguns percursos pedestres. Assim este posto poderia funcionar como uma rede de apoio que abrange todo o Parque, funcionando periodicamente em locais estratégicos.

Em determinadas zonas, os equipamentos florestais poderiam ser utilizados como apoio das atividades locais, a prática da agricultura ou da pastorícia. Onde fossem criadas áreas de confeção e transformação de produtos de que é exemplo a laranja em Ermelo<sup>125</sup>, ou ainda centros de artes e ofícios tradicionais.

Ao criar condições para residentes do PNPG, permitiria a conservação das práticas tradicionais e, conseqüentemente, a preservação do ambiente natural. Um equipamento social, ou de ponto de encontro no alto das serras talvez motivasse os pastores a vigiar o gado em vez de o deixar à solta, tornando-se vítima do lobo. O que resulta posteriormente no abate dos animais selvagens, atualmente em vias de extinção, em prole da defesa do gado.

Tendo em consideração as grandes distâncias das serras, determinadas pela topografia, um simples espaço de refeição poderia ser benéfico seja para os locais como também para os visitantes do Parque. Pode ainda ser posta em consideração a possibilidade de algumas casas florestais funcionarem como habitação, seja permanente ou temporária. A determinar em função das especificidades de cada lugar.

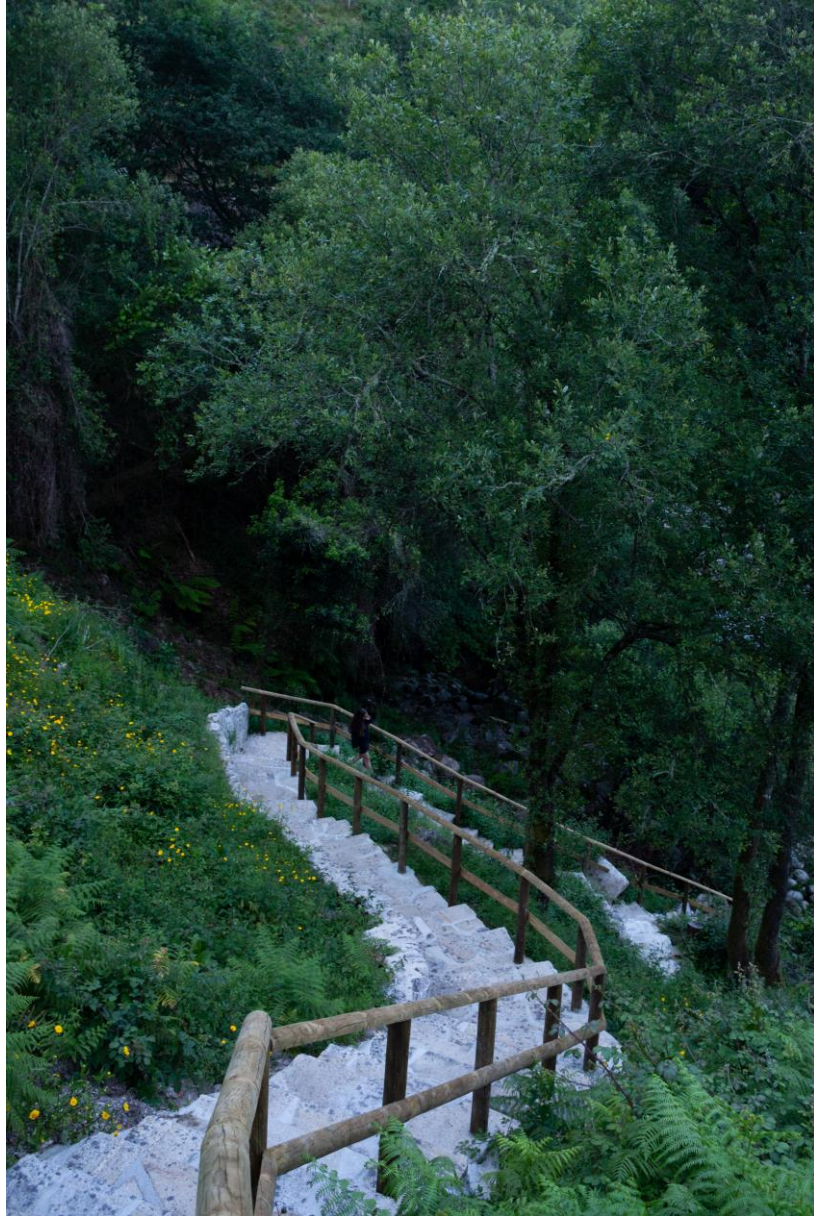
Aqui são apenas lançadas hipóteses a ser devidamente estudadas em função do panorama geral e individual das casas-florestais, visando refletir várias possibilidades para que este património possa ser visto como uma oportunidade e não apenas ancorado à nostalgia daqueles que lá viveram.

Ciente da situação silenciosa, a presente dissertação pretende ser, pela positiva, o contributo para uma reflexão que aponta para a salvaguarda deste património. Pretende destacar a

---

<sup>125</sup> Freguesia do concelho de Arcos de Valdevez.

Fig.82. Soajo



revalorização fundamental que falta cumprir, através da seleção fotográfica que traduz a triste realidade atual. Documentar o abandono e degradação que contaminam a paisagem, que também carece de medidas de proteção e preservação. E ainda revelar o valor arquitetónico, histórico e sentimental que as casas evocam e que inevitavelmente se irá perder, mas cuja memória reclama o seu registo.

Há de facto uma conotação negativa que deriva sobretudo de uma época ditatorial e que, conseqüentemente está associada a intervenção dos serviços florestais na região serrana. Provocando uma diminuição substancial da população local, pela redução drástica do espaço necessário para o funcionamento de uma economia baseada no pastoreio. No entanto, a época em que surgiu e as condições associadas não impede a necessidade do estudo e proteção de um património responsável pela construção da paisagem num território tão importante como o PNPG.

A paisagem trata-se de um “componente essencial do ambiente humano”, é a “expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural” e a “base da sua identidade”<sup>126</sup>, tal como descrito na Convenção Europeia da Paisagem (2000). Daí que seja indispensável promover o reconhecimento do património cultural, uma vez que “no seu conjunto, constituem uma fonte partilhada de memória, compreensão, identidade, coesão e criatividade”<sup>127</sup>, sendo que o objetivo da conservação dos edifícios com valor histórico é “o de manter a sua autenticidade e integridade”<sup>128</sup> Também na Carta de Cracóvia (2000) é referida a importância do conjunto, a consideração pelo todo, assumindo que no contexto territorial são uma parte essencial do património e que por vezes os edifícios podem não se “destacar pelo seu valor arquitetónico especial”, mas que devem ser preservados “como elementos de continuidade urbana”.<sup>129</sup>

No fundo, a dissertação procura obter um equilíbrio entre o trabalho de análise e divulgação que, longe de encerrar as questões abordadas, procura servir como ponto de partida para futuras iniciativas através da reflexão que confronta o estado atual de degradação e as possibilidades futuras. Visa sobretudo consciencializar a importância da memória, uma vez que se trata de um registo único, porém cada vez mais escasso. Daí que além do reconhecimento do objeto de

---

<sup>126</sup> ICOSMOS 2000.

<sup>127</sup> ICOSMOS 2005.

<sup>128</sup> Carta de Cracóvia 2000.

<sup>129</sup> “(...) devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica” Carta de Cracóvia 2000, 3.



Fig.83.Serra Amarela.



estudo, tornou-se fundamental a interação com a população local e antigos residentes das casas florestais, que facultaram um conhecimento indispensável.

A experiência pessoal, ao longo de quatro meses a percorrer o Parque Nacional Peneda-Gerês, permitiu uma maior capacidade de análise e reflexão que foi fundamental para o levantamento de questões. Confirmando que, o estudo e compreensão do património é imprescindível e deve anteceder qualquer decisão de intervenção, uma vez que servirá como influência ou orientação no ato de projetar. O afastamento da realidade intrínseca ao objeto arquitetónico não suscitaria as mesmas questões que se levantam com a experiência do lugar.

É de referir, que o reconhecimento feito das casas florestais do PNPG, e a aproximação local originou mais questões que propriamente respostas. Permanecendo sempre, a vontade de contribuir para a conservação e valorização deste património.

Devemos esperar o fim ou reagir?



OCUPAÇÃO



ABANDONO



Fig.84. Que futuro?



## **Referências Bibliográficas**

ADRIÃO, J. (2021) **50 anos do Gerês: cheira mal, cheira a Lisboa**. Observador. Consultado em junho 04, 2021, em <https://observador.pt/opiniaio/50-anos-do-geres-cheira-mal-cheira-a-lisboa/>

ARAÚJO, H. (2016). **Uma Casa na Serra D'Arga - Projeto de Reabilitação**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, FAUP, Porto, Portugal.

ARQUITETOS, O. D. (2004). **Arquitetura popular em Portugal**. Lisboa: Ordem Dos Arquitetos.

AZEVEDO, J. C. (1994). **Parque Nacional da Peneda-Gerês. Um Éden Verde num Espaço Ecológico**. Vila do Gerês: Sabatina.

BARBOSA, J. F. (2013). **Um olhar no património arquitetónico e histórico, da identidade e valor humano, à memória no tempo**. In Revista Arquitetura Lusíada, N. 4 (1.º semestre 2012): p. 83-96.

BARBOSA, R. (2020). **Minas dos Carris na Serra do Gerês**. Disponível em: <http://carris-geres.blogspot.com/2020/04/a-casa-florestal-de-palheiros.html>

BRIGOLA, J. C. (2008). **Domenico Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil**. Dantes Editora.

CAPITEL, A. (1983) **El tapiz de Penélope: Apuntes sobre ideas de restauración e intervención arquitectónica**. In Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid. N.244. p. 24-34.

CAPUCHA, L., et al. (2006). **Guião de educação ambiental: conhecer e preservar as florestas**. Lisboa: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.icnf.pt/api/file/doc/196bec07c5905cb6>.

Carta de Cracóvia. (2000). **Princípios para a conservação e o restauro do património construído**. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartade-cracovia2000.pdf>

CARNEIRO, M. I. S. (2011). **As casas dos cantoneiros do Algarve: de conservação das estradas a património a conservar**. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património. Lisboa: DCSG.

CHOAY, F. (2017). **Alegoria do Património**. São Paulo: Estação Liberdade.

COSTA, S. (1934) **No Gerez – A Natureza e o Homem**. Gerês: Liga Defesa do Gerês.

Diário da República. **Decreto-Lei 4/78**. Série I n.º 9/1978 de 11 de janeiro.

Diário da República. **Decreto-Lei 19/93**. Série I-A de 23 de janeiro.

Diário da República – **Decreto-Lei 22/2006**, Série I – A, N.º 24, no dia 2 de fevereiro 2006.

Diário da República. **Decreto-Lei 613/76**. Série I n.º 174/1976 de 27 de julho.

Diário do Governo. **Decreto 187/71**. Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. Série I n.º 108/1971 de 08 de maio. Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/16641/decreto-187-71-de-8-de-maio>.

Diário do Governo. **Decreto nº 550/75**. Ministério do Equipamento Social e do Ambiente. Série I n.º 226/1975 de 30 de setembro. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/114154/decreto-lei-550-75-de-30-de-setembro>.

Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. (1939). **Projeto de Arborização do Perímetro Florestal da Serra do Gerez e Terras de Bouro**. 1ª Repartição Técnica. Cedida pelo ICNF.

Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. (1944). **Projeto de Arborização do Perímetro Florestal das Serras do Soajo e Peneda**. 1ª Repartição Técnica. Cedida pelo ICNF.

DEVY-VARETA, N. (1987). **Serra Minhota**. In Revista da Faculdade de Letras e Geografia. Vol.3. 264-267.

DEVY-VARETA, N. (1989). **Os Serviços Florestais no Século XIX. Os Homens e as Ideias**. FINISTERRA Revista Portuguesa de Geografia. Vol.24. Nº 47. 105-116.

DEVY-VARETA, N. (1993). **A floresta no espaço e no tempo em Portugal. A arborização na Serra da Cabreira (1919-1975)**. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana. FAUP, Porto, Portugal.

DEVY-VARETA, N. (2003). **O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)**. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I Série. Vol.XIX. 447-455.

DEVY-VARETA, N. & ALVES, A. A. M. (2007). **Árvores e Florestas de Portugal. Floresta e Sociedade. Uma história em comum**. Lisboa: Público, Comunicação Social, SA. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

FERNANDES, J. M. (2005) **A Arquitetura em Portugal nos anos 1930-40. Do ‘Modernismo’ ao ‘Estado Novo’: Heranças, Conflitos, Contextos**. In: DC. Revista de crítica arquitetónica 13-14. pp. 60-67.

FERNANDES, F. M. (2003). **Português Suave. Arquiteturas do Estado Novo**. Lisboa: IPPAR.

FORTY, A. (2000). **Words and Buildings**. United States of America: Thames & Hudson.

GAMA, M. D. (2010). **Conservação da Natureza do Parque Nacional da Peneda Gerês. O Passado e o Presente. Que futuro?** Porto. Canhões de Pedra e FAPAS.

GAUSSEN, H. (1940). **O ambiente físico e a floresta em Portugal**. In: Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, tome 11. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/rgpso\\_0035-3221\\_1940\\_num\\_11\\_3\\_1159](https://www.persee.fr/doc/rgpso_0035-3221_1940_num_11_3_1159).

GERMANO, M. A. (2000). – **Regime florestal, um século de existência**. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.

GOMES, N. R. (2021). **Camara de Terras de Bouro quer colocar um teleférico do Gerês à Pedra Bela. Público.** Consultado em maio 11, 2021, em <https://www.publico.pt/2021/04/16/local/noticia/camara-terras-bouro-quer-colocar-teleferico-geres-pedra-bela-1958721>

GONÇALVES, J. M. (2017). **Pedreanes e Engenho.** Disponível em <https://pinhaldorei.net/lugares-recantos/pedreanes-e-engenho/>

ICOMOS. (2000). **Convenção do conselho da europa sobre a paisagem.** Conselho da Europa, Florença. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/41%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20europeia%20da%20paisagem%20-%20Conselho%20da%20Europa%202000.pdf>.

ICOSMOS. (2005). **Convenção quadro do conselho da europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade.** Conselho da Europa, Faro. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/49%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20quadro%20Conselho%20Europa%20valor%20patrim%C3%B3nio%20sociedade%202005.pdf>.

J. COLONIZAÇÃO INTERNA (1939). **Reconhecimento dos baldios do continente.** Lisboa. Ministério da Agricultura.

JORGE, L. (2003). **Um património de referência.** In revista Arquitetura e Vida 42, pp. 48-54.

LAMEIRA, G. & ROCHA, L. (2019). **Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974].** Porto: FAUP.

LINO, R. (1941) **A propósito da Sé do Funchal, a restauração de Monumentos.** In Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes IX, Lisboa.

LINO, R. (1992). **Casas portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitetar das casas simples.** Lisboa: Cotovia, Lda.

LEAL, J. (2000). **Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional.** Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LIMA, M. (1939). **Gerez (Quadros e canções).** Famalicão: Grandes oficinas Gráficas, Minerva.

LUSA, A. B. (2020). **Incêndio no Gerês: Meios aéreos ajudam no combate às chamas.** Público. Consultado em maio 11, 2021, <https://www.publico.pt/2020/08/10/sociedade/noticia/incendio-geres-nevoeiro-fumo-impedem-uso-meios-aereos-1927593>

LUSA, A. B. (2020). **Parque Nacional da Peneda-Gerês faz 50 anos. Celebrações arrancam domingo.** Renascença. Consultado em maio 11, 2021, em <https://rr.sapo.pt/noticia/vida/2020/10/09/parque-nacional-da-peneda-geres-faz-50-anos-celebracoes-arrancam-domingo/210312/>.



MACEDO, A. & REGALO, H. & BARROS, A. J. (2011). **Parque Nacional da Peneda-Gerês- 40 Anos**. Lisboa. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

MAIA, A. M. (2020). **Carlos acompanha lobos desde criança: “A ideia de que o lobo é mau ainda não se extinguiu”**. Público. Consultado em maio 11, 2021, em <https://www.publico.pt/2020/10/01/p3/fotogaleria/carlos-acompanha-lobos-desde-crianca-ideia-de-que-lobo-mau-ainda-nao-se-extinguiu-402813>

MAIA, A. M. (2021). **Gerês: o destino do “guardador de rebanhos” está traçado?** Público. Consultado em maio 11, 2021, em <https://www.publico.pt/2021/01/24/p3/fotogaleria/geres-destino-guardador-rebanos-esta-tracado-405333>.

MARTINS, J. (1933). **Chaminés portuguesas**. In *Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*. N. 10 (3.º série): p. 15.

MEDEIROS, C. A. (2005). **Geografia de Portugal. Atividades Económicas e Espaço Geográfico**. Lisboa: Círculo de Leitores.

MENÉRES, J. (1976). **Parque Nacional da Peneda-Gerês**. Porto: Ministério da Educação, investigação e cultura.

MONIZ, G. C. (2005). **Arquitetos e Políticos. A arquitetura institucional em Portugal nos anos 30**. IN: *DC Papeles 13-14*, pp.68-79. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/2365>.

MORALES, I. S. (2003). **Do contraste à analogia: desenvolvimentos do conceito de intervenção arquitetónica**. In *Jornal de Arquitetos*. N.213. p. 68-75.

MOREIRA, L. (2021). **GNR cria Centro de Socorro e Resgate de Montanha na Vila do Gerês**. Terras de Bouro, Consultado em maio 11, 2021, em <https://www.jn.pt/local/noticias/braga/terras-de-bouro/gnr-cria-centro-de-socorro-e-resgate-de-montanha-na-vila-do-geres-13606693.html>

MOZOS, M. (2009). **Ruínas**. [DVD] Portugal: O som e a fúria.

NUNES, J. S. (1935). **O bairro operário da C.P. em Torres Vedras**. *A arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação* 3, pp. 10-11.

PALLASMAA, J. (2018). **Essências**. Barcelona: Gustavo Gil, SL.

PANCADA, C. A. (2018). **O valor da memória como processo de reabilitação patrimonial e arquitetónica**. Lisboa: FAUP.

PESSANHA, M. (2003). **Siza: Lugares sagrados – monumentos**. Porto: Campo das Letras.

PINHO, J. (2018) **Evolução histórica dos organismos no âmbito da administração pública florestal (1824-2012)**. *CULTIVAR- Cadernos de Análise e Prospetiva*. N11. 81-94

POLANAH, L. (1992). **A Propósito do Comunitarismo na Serra do Gerês**. Terras de Bouro. Câmara Municipal de Terras de Bouro.

RADICH, M. C. & ALVES A. A. M. (2000). **Dois séculos da Floresta em Portugal**. Lisboa: Celpa.

REI, M. N. (1914). **Arborização e Agricultura**. Figueira da Foz: Associação d'instrução popular.

RIEGL, A. (2014). **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo. Perspetiva.

RODRIGUES, D. (2017). **Património Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica**. In revista online do museu de lanifícios da Universidade da Beira Interior. Pp 45.

RODRIGUES, D. N.C. (2019). **As Casas de Guarda-Florestal no concelho de Amarante - Património em risco**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, FAUP, Porto, Portugal.

ROSAS, L. M. C. (1995). **Monumentos Pátrios. A arquitetura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)**. Dissertação de doutoramento em História de Arte, FAUP, Porto, Portugal.

SANTOS, B. S. (1994). **A modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. Tempo social. Revista Social. USP,5 (1-2): 31-52.

SILVA, B. S. (2014). **Portugal em Ruínas**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SILVA, J. B. A. (1815). **Memoria sobre a necessidade e utilidade do Plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de Pinhaes nos areas de Beira-mar; seu methodo de sementeira, costeamto e administração**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.

SILVA, J. S. (2007). **Árvores e florestas de Portugal. Floresta e sociedade**. Uma história em comum. Lisboa: Fundação Luso-Americana.

SILVA, P. L. (2022). **Duas cabras-monteses encontradas com a cabeça decepada na Peneda-Gerês**. O Minho. Consultado em março 29, 2022, em <https://ominho.pt/duas-cabras-monteses-encontradas-com-a-cabeca-decepada-na-peneda-geres/>

SILVA, R. F. M. (2011). **O Gerês: de Bouro a Barroso- Singularidades Patrimoniais e Dinâmicas Territoriais**. Porto: Edições Afrontamento.

SOUSA. T. M. (1919). **Conferência Florestal de 1916**. Lisboa: Tipografia La Bécarre.

SOUSA. T. M. (1919). **Os pinhaes. Como se conservam – Como se augmentam**. Porto: Oficinas do «Commercio do Porto».

SOUSA. T. M. (1926). **Mata do Gerês. Subsídios para uma monografia florestal**. Coimbra: Imprensa da universidade.

SOUSA, T. M. (2009). **GEREZ. Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas.** Terras de Bouro: Camara municipal de Terras de Bouro.

SOUSA, T. M. (2009). **Serra do Gerez. Estudos – Aspetos – Paizagens.** Terras de Bouro: Camara municipal de Terras de Bouro.

TÁVORA, F. (1947). **O Problema da Casa Portuguesa.** In: Cadernos de Arquitetura nº1. Lisboa: Editorial Organizações.

TEIXEIRA, P. (2016). **Desenhar e construir a paisagem. O Povoamento Florestal entre Mira e Quiaios, na primeira metade do século XX.** Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, FCTUC, Coimbra, Portugal.

THEMUDO, J. C. F. (1940). **Cadernos do ressurgimento nacional. Repovoamento florestal.** Lisboa: S.N.I.

TOMÉ, M. (2002). **Património e restauro em Portugal (1920-1995).** Porto. FAUP.

VIANA, P., et al. (1999). **Território, povoamento, construção: manual.** Gerês: Associação do Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês.

VIEIRA, J. N. (2007). **Árvores e Florestas de Portugal. Floresta portuguesa. Imagens de tempos idos.** Lisboa: Público, Comunicação Social, SA. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

VELOSO, M. T. (1981). **Editorial. Giesta-Revista dos Amigos do Parque Nacional da Peneda-Gerês.** N°4, Porto.

#### **Fontes Eletrónicas:**

<https://www.adere-pg.pt/pt/>

<http://carris-geres.blogspot.com>

<https://cpf.pt/>

<https://dre.pt/dre/home>

<https://icnf.pt/>

<http://icomos.pt>

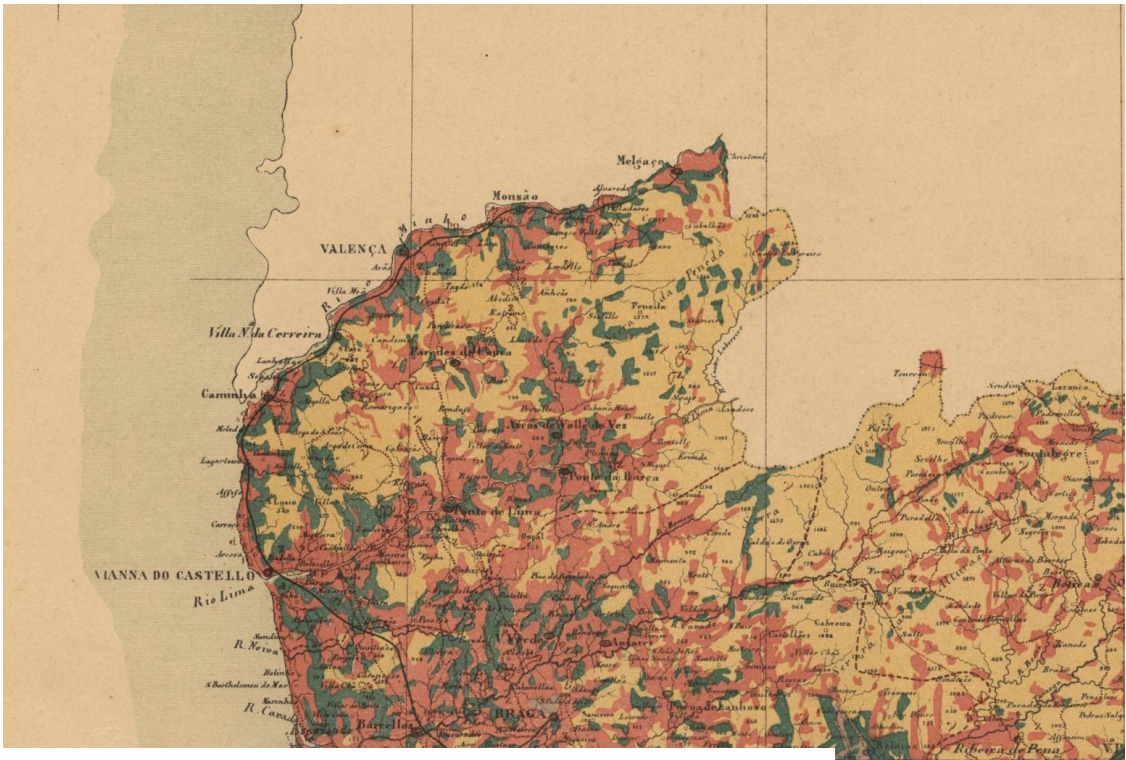
<http://opinhaldorei.blogspot.com/>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

<https://www.unesco.org/en>



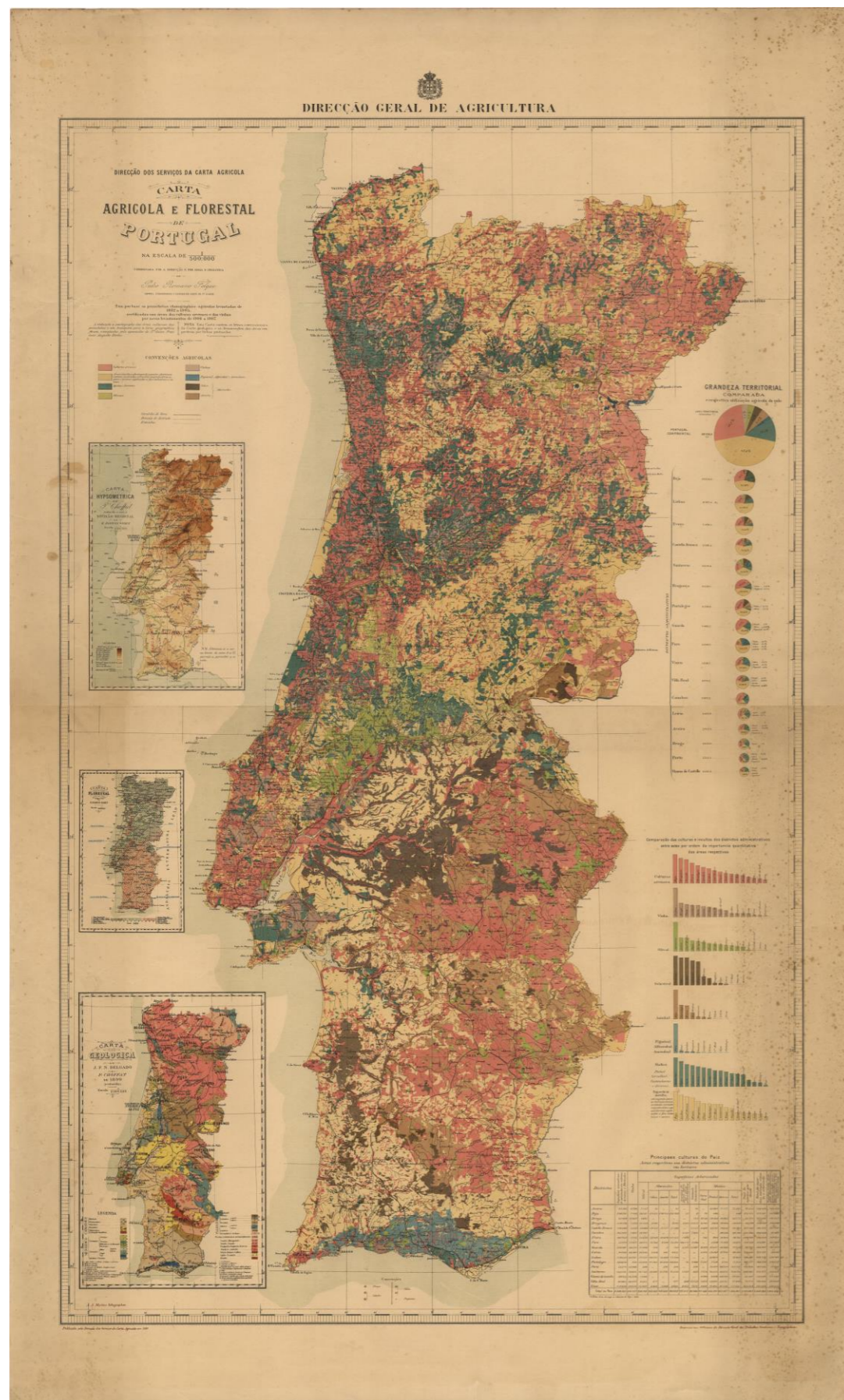
**Anexos**



Anexo 1. Cartografia datada de 1910

Carta Agrícola Florestal de Portugal – Aproximação do PNPG

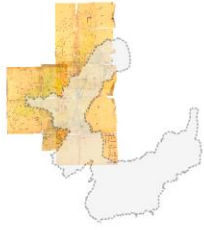
Fonte: <https://am.uc.pt/bib-geral/nabaisconde/item/44656>



Anexo 1. Cartografia datada de 1910  
Carta Agrícola Florestal de Portugal  
Fonte: <https://am.uc.pt/bib-geral/nabaisconde/item/44656>

CONCELHO	FREGUESIA	CASAS FLORESTAIS DO PARQUE NACIONAL PENEDA-GERÊS  C.F. - CASAS FLORESTAIS C.A. - CASAS ABRIGO		DATA		LOCALIZAÇÃO		ACESSO AUTOMÓVEL			TELECOMUNICAÇÕES			ESTADO DE CONSERVAÇÃO					TIPOLOGIA					FUNÇÃO							
				DE CONSTRUÇÃO	DE RECUPERAÇÃO	ISOLADA	POVOADO	S/ACESSO	TERRA BATIDA	CALÇADA	ASFALTO	S/ACESSO	TELEMÓVEL	INTERNET	TANQUE DE ÁGUA	ANEXOS	VIVEIRO/CAMPO DE CULTIVO	RUÍNA	ABANDONO	EM UTILIZAÇÃO	MAU ESTADO	RAZOÁVEL	BOM ESTADO	FACHADA		PLANTA	ÁREA			POSTERIOR A DE HABITAÇÃO	ATUAL
																								C/REBOCO	S/REBOCO		PROJETO-TIPO	ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO M2	A. B. DEPENDENTE (ANEXOS, FORNO ETC) M2		
MELGAÇO	CASTRO DE LABOREIRO	1	C.F DA PORTELINHA			X		X			X	X		X	X	X			X		X		T3A						Abandono		
		2	C.F. DE CORRISCADAS				X		X			X	X			X			X			X		T3B	112		326			Abandono	
		3	C.F. DAS VEIGAS		2003		X			2	X		X	X		X	X			X			X		T2	108	32	438			Bar do Lobo
	LAMAS DE MOURO	4	C.F. LAMAS DE MOURO			X			X			X	X			?	?			X		X		T2					Bar?	Associação de Caça?	
		5	C.A. BICO DO PÁSSARO			X			2	X		X	X			?	?			X		X		T3B	117		440	Alojamento turístico		Abandono?	
	CASTRO DE LABOREIRO	6	C.F. DE CAINHEIRAS				X		2		X	X		X	X	X			X			X		T3B	103	72	310			Abandono	
		7	C.A. DO BARREIRO				X		3	2	X	X	X		X	X			X			X		T3A	108		440			Abandono	
		8	C.F. POUSIOS DE CIMA				X			X	X	X	X		X	X			X			X		T3B	110		452			Abandono	
		9	C.F. POUSIOS DE BAIXO				X	2		X				SÓ MEO	X	X			X			X		T3B	108		438			Abandono	
ARCOS DE VALEDEVEZ	GAVIEIRA	10	C.F. DE TIEIRAS			X		2		X	X	X	X	X	X			X			X		T2	105		540			Abandono		
		11	C.F SR. DA PENEDA	ANOS 60			X			X		X	X		X	X			X	?		X		T2	105		705			Abandono? (Usada como arrumos dos antigos residentes)	
		12	C.F. S. BENTO DO CANDÓ				X			X		X	X		X	X			X		?	X		T3B	105		600			Abandono? (Usada pelos locais como arrumos - feno)	
		13	C.F. DA GAVIEIRA		1993		X			X		X	X		X				X		X		T2						Sede da Junta		
		14	C.A. DO BALEIRAL				X			X		X	X		X	X			?	?		X		T3B	105		540	Alojamento turístico		Turismo Rural?	
	CABREIRO	15	C.F DE LORDELO	ANOS 50			X		2		X	X		X	X	X			X			X		T3B	105		750			Abandono	
		16	C.F DE VILELA SECA				X		X		X	X		X	X	X			X			X		T2	105	14,5	750			Abandono	
		17	C.F. DA LOMBARDINHA				X		X		X	X		X	X	X			X			X		T3A						Abandono	
	GONDORIZ	18	C.F. DA JUNQUEIRA				X		X		X	X		X	X			X		X		X		T3A						Abandono	
		19	C.F DE TRAVANCA	ANOS 20			X			X		X	X	X	X	X			X			X		T2	106	15	1888			Bar/recepção - Parque de Campismo	
	SOAJO	20	C.F. DO MEZIO	ANOS 60	2014		X			X		X	X	X	X	X			X			X		T2	105		1514			Restaurante das Portas do Mezio	
		21	C.A. DE ADRÃO	ANOS 50			X		2		X	X		X				X			X		T3B	105		759,5	Alojamento turístico		Utilizada pelos GIPS		
		22	C.A. DE MURÇO		ANOS 90		X			X		X	X	X	X			X			X		T2	105		605	Alojamento turístico		Abandono		
		23	C.F. ENTRE-OS-OUTEIRO				X		2		X	X	X	X	X	X			X			X		T2	105		500			Abandono	
		24	C.F. DO RAMIL				X		X		X	X		X	X	X			X			X		T3B	105		720			Abandono	
25		C.F. DE PARADELA				X		2		X		X	X	X	X			X			X		T3A	125		640			Abandono		
PONTE DA BARCA	LINDOSO	26	C.F. DE LINDOSO			X		2		X	X	X	X	X			X		X		X		T2	120		500			Usada como arrumos pelos Sapadores		
		27	C.F. DE CIDADELHE			X		2		X	X	X	X	X	X			X			X		T2	120		500			Abandono		
		28	C.F. DE PORTO CHÃO		RECENTE		X		X		X	X	X	X	X			X			X		T2	120		10000			Abandono?		
	BRITTELO	29	C.A. SR DA PENHA				X		2		X	X	X	X	X			X			X		T3A	120		10000	Alojamento turístico		Abandono		
		30	C.F. DE BRITTELO				X		2		X	X		X	X			X			X		T2	120		10000			Abandono		
		31	C.F. DE REBORDINHOS				X		2		X	X		X	X			X		X		X		T3A	120		500			Núcleo Museológico de S. Miguel de Entre Ambos os Rios	
TERRAS DE BOURO	CAMPO DO GERÊS	32	C.A. DA PENADOEIDO			X		2		X	X		X	X			X			X		T3A					Alojamento turístico		Abandono		
		33	C.F. DA ALBERGARIA		1989			2		X	X	X	X	X			X			X		X		T2	121	37,3	2437			Abandono	
		34	C.F. DE LAGOS				X		2		X	X	X	X	X			X			X		T2						Centro de Recuperação das Aves		
		35	C.F. DA BOUÇA DA MÓ				X		X		X	X		X	X			X			X		DISTINTA	145,6		354,4			Destruída, restam apenas as cavalariças		
	VILAR DE VEIGA	36	C.F. DE LEONTE	ANOS 30			X			X		X	X	X	X			X			X		T1	122,7	34	5112			Abandono		
		37	C.F. DA PREGUIÇA	ANOS 40	1996		X			X		X	X	X	X			X			X		T2	98,9	110	1680			Habituação		
		38	C.F. DA JUNCEDA				X		X		X	X	X	X	X			X			X		T1	99	35	456			Abandono		
		39	C.F. DO VIDOIEIRO				X		X		X	X	X	X	X			X			X		DISTINTA	83,2	53	805			Abandono		
		40	C.F. DO ZAGANHO	ANOS 50	1991		X		X		X	X		X	X			X		X		X		DISTINTA	141	121	1276	Associação do Mel		Abandono	
		41	C.F. DE LAMAS				X		X		X	X	X	X	X	X			X		X		T1	98,8	35	2380			Abandono		
		42	C.F. DA PEREIRA		2003		X		X		X	X	X	X	X			X			X		DISTINTA	102	36	1817			Sede do Grupo Desportivo do Gerês		
		43	C.F. DA ASSUREIRA	1904	2021		X		X		X	X	X	X	X			X			X		DISTINTA	141	121	1276			Casa de Chá		
		44	C.F DA PEDRA BELA				X		X		X	X	X	X	X			X			X		T3B	154		1737			Abandono		
MONTEALEGRE	PITÕES	49	C.A. PITÕES DAS JUNIAS			X			X													T3B					Alojamento turístico	Museu- Centro de interpretação do planalto da Mourela			
	SEZELHE	50	C.F. DE SEZELHE			X		X														T3B									
	COVELÃES	51	C.F. DAS LEIRAS			X		X														T3B	104		2896			Alojamento turístico?			

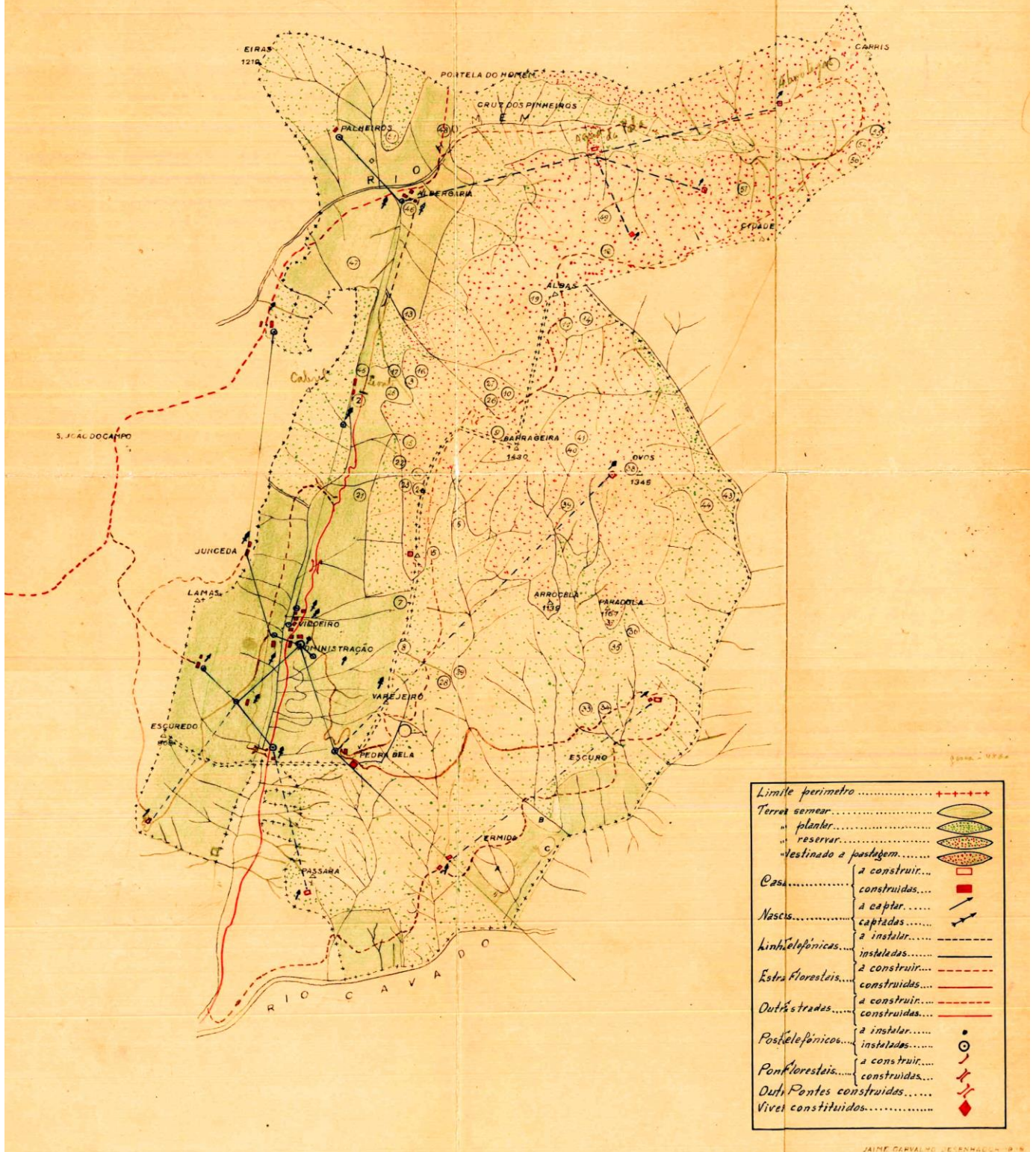




Anexo 3. Mapa do Perímetro Florestal das Serras do Soajo e Peneda 1944  
 Fonte: ICNF

# PERIMETROS FLORESTAIS DO GEREZ E TERRAS DBOURO

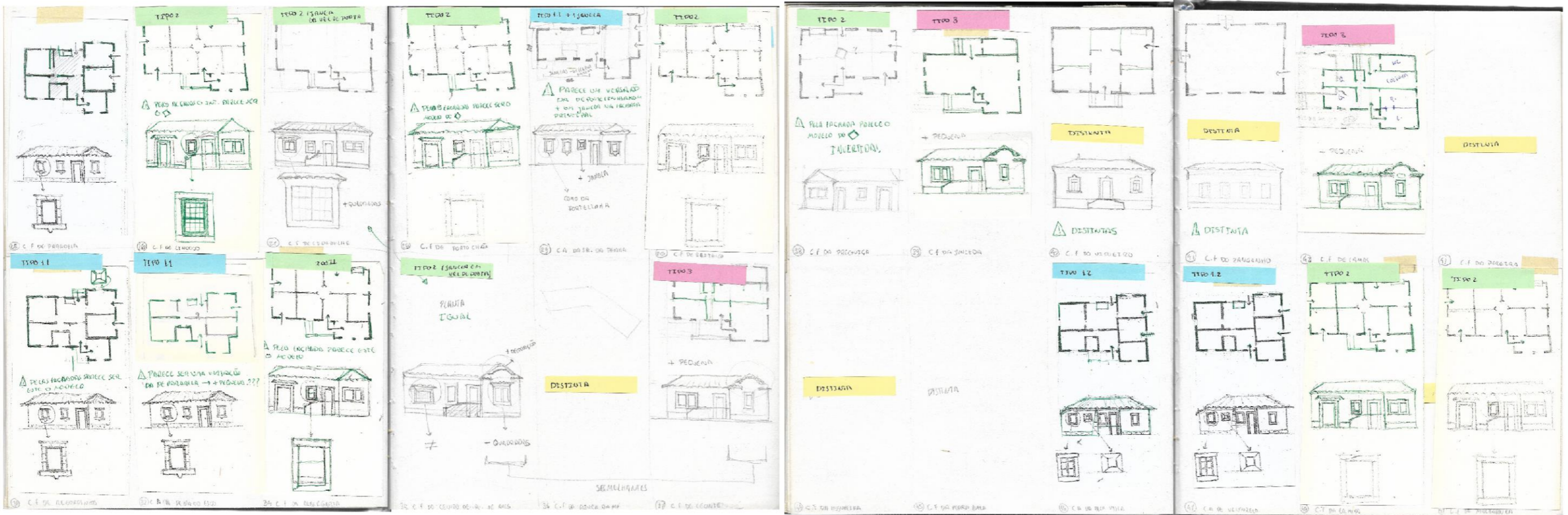
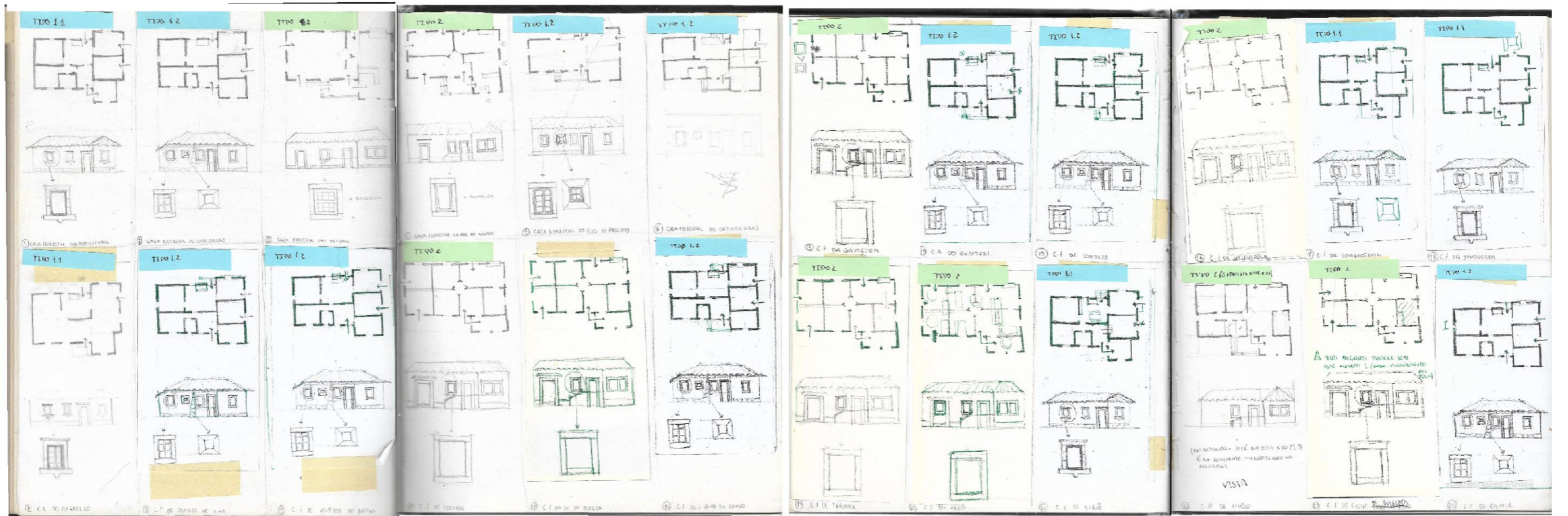
ESCALA 1:50.000



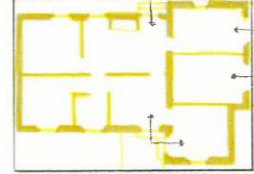
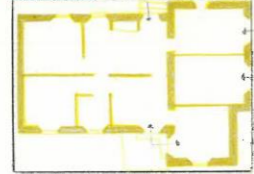
Anexo 4. Mapa do Perimetro Florestal do Gerês e Terras de Bouro 1939  
Fonte: ICNF



Anexo 4. Mapa do Perímetro Florestal do Gerês e Terras de Bouro 1939  
 Aproximação do mapa  
 Fonte: ICNF



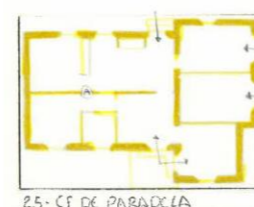
TIPO 3A



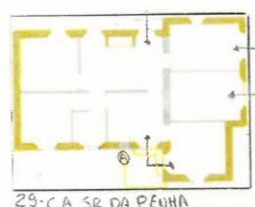
SUPosição ATENDES DAS FACHADAS



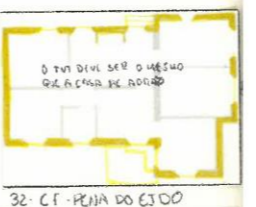
A) JANELA EM VEZ DE PORTA  
B) S/ PORTA DE ENTRADA DEDETA AVES



A) DESENHO PARECE TER C VÃOS



A) + 1 JANELA (PARALELA COM O MURDO)

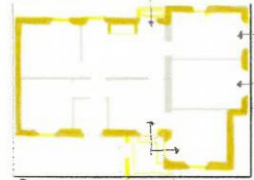
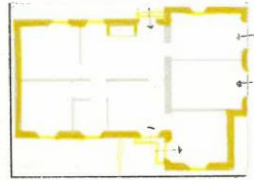
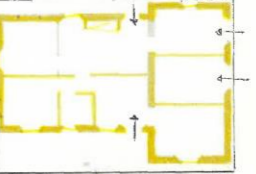


A) JANELA EM VEZ DE PORTA  
B) TUDO DEVE SER O MESMO QUANTO A FORMA DE ACESSO

SUPosição INTERIUS DAS FACHADAS



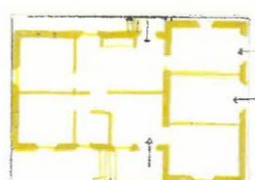
A) JANELA EM VEZ DE PORTA



LIGEIRAS ALTERAÇÕES



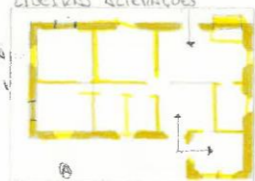
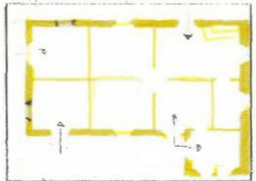
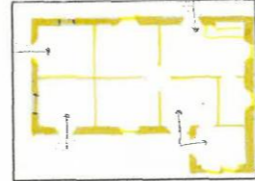
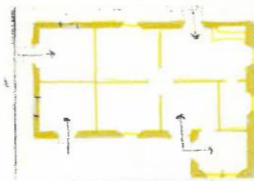
A) JANELA EM VEZ DE PORTA  
B) + UMA CANTADA TANT LUGARAS



A) JANELA EM VEZ DE PORTA



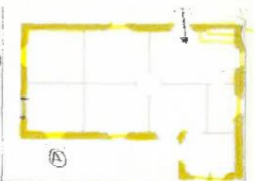
A) PORTE DOS ARQUITECTOS ALTARADA  
C) A 90º DESE DO CANTADA



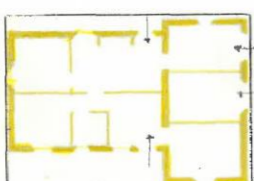
A) JANELA EM VEZ DE PORTA  
B) TANT PARECE NAO SER O MESMO



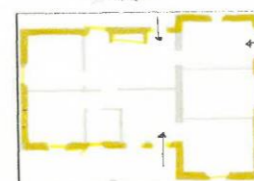
A) JANELA EM VEZ DE PORTA



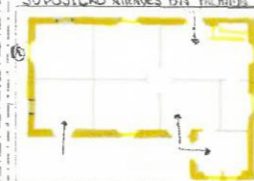
A) JANELA EM VEZ DE PORTA



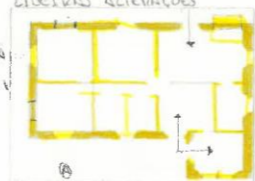
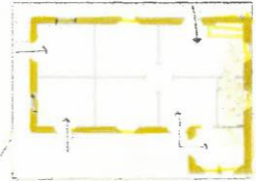
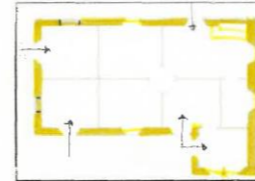
A) DESVIO JANELA



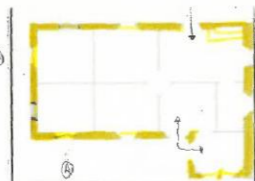
A) JANELA EM VEZ DE PORTA  
B) PARECE TER SIDO INTERIOR - PARECE TER HAVIAO UMA PORTA



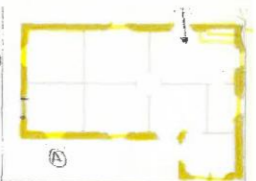
A) - JANELA EM VEZ DE PORTA



A) JANELA EM VEZ DE PORTA  
B) TANT PARECE NAO SER O MESMO

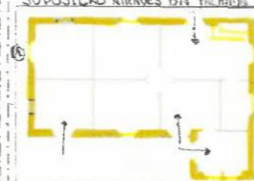
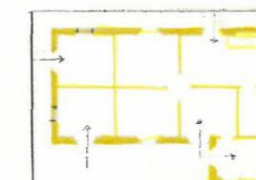
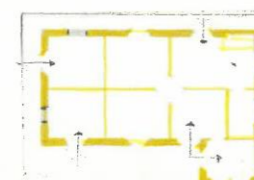
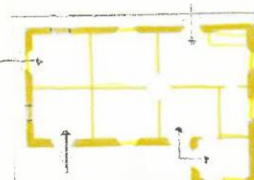
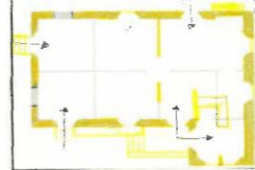


A) JANELA EM VEZ DE PORTA

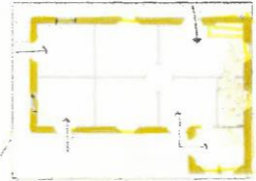
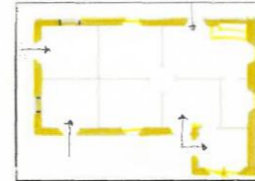


A) JANELA EM VEZ DE PORTA

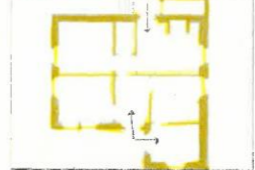
RECUPERADOS



A) - JANELA EM VEZ DE PORTA



TIPO 1



SUPosição ATENDES DAS FACHADAS

